EAP1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
(P. D. S.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - P.D.S.

Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro de 1984 (um mil novecentos e oitenta e quatro), às 10 horas, reuniu-se na Sede do Partido, no Setor Comercial Sul, Edifício Sofia, 2º andar, a Comissão Executiva Nacional do Partido Democrático Social-PDS. Presentes o Presidente e o Secretário-Geral, Senador José Sarney e o Deputado Homero Santos, respectivamente, além dos seguintes membros: Senadores Jorge Bornhausen e Amaral Peixoto, 1º e 2º Vice-Presidentes; Deputados Armando Pinheiro e Horácio Matos, 1º e 2º Secretários; Deputados Augusto Franco e José Camargo, 1º e 2º Tesoureiros; Deputado Bonifácio de Andrada, Senador Helvídio Nunes e Sr. Amaral de Souza, Vogais; Senador Aloysio Chaves e Deputado Nelson Marchezan, Líderes; Senador Lomanto Júnior, Deputado Ítalo Conti, Deputado Alcides Franciscato, Suplentes. Senador Carlos Chiarelli, Presidente do Movimento Trabalhista e Manoel Mário de Souza Barros, representante da Juventude Democrática Social. Aberta a reunião o Presidente José Sarney expôs aos membros da Executiva, a restituição, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao PDS, da coordenação da sucessão presidencial. Disse, entretanto, que o Partido não abrirá mão da continuidade do apoio, do estímulo e da orientação do seu líder maior, pois a su

cessão presidencial é mais uma etapa na consolidação do regime democrático, estabelecida como meta pelo Presidente João Figueiredo. Salientou o Presidente José Sarney que o Partido, ao reassumir a coordenação, decide não aceitar qualquer negociação que implique na alteração da legitimidade do Colégio Eleitoral,que irá eleger de forma indireta o próximo Presidente da República. Ao assumir em sua plenitude a grave responsabilidade de conduzir o processo sucessório, recomendou Sarney aos companheiros, que a Convenção, como órgão máximo do Partido, deva ser o foro máximo para dirimir quaisquer divergências e proceder a escolha dos seus candidatos o mais democraticamente possível, ressaltando,entretanto, que uma vez proclamada a decisão todos estarão obrigados a respeitá-la. A luta partidária é pela unidade, e disse, que a direção do PDS procederá com a maior isenção, procurando levar até a Convenção a unidade de juramento dos companheiros, em torno dos postulados partidários. Propôs, Sarney, que a Executiva traçasse suas diretrizes de condução do processo, que ele como Presidente, dentro do que reza o Estatuto partidário, as poria em prática com toda isenção. Na oportunidade em aparte, o Deputado Ítalo Conti, propôs e a Executiva aprovou por unanimidade que fosse delegada expressamente a missão de coordenação do processo sucessório ao Presidente do órgão, Senador José Sarney. Após, retomando a palavra o Senador Sarney passou a ler proposta de uma nota oficial que sairia da reunião, expressando a posição exata do Partido sobre tão importante matéria. A nota aprovada com emendas do Deputado Israel Pinheiro Filho e do Senador Helvídio Nunes foi aprovada por unanimidade e assinada pelos componentes da Executiva, que vai abaixo transcrita: " O PDS, em reunião de sua Comissão Executiva

Nacional, examinou, em todos os seus aspectos, a restituição pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República da delegação que lhe foi dada, pelo Diretório Nacional, para coordenar a sucessão, e decidiu: 1. - Assumir em sua plenitude a grave responsabilidade de conduzir o processo sucessório; 2. - Prestar integral apoio ao Presidente da Comissão Executiva Nacional, Senador José Sarney, no desenvolvimento das diversas etapas do processo, dentro das seguintes diretrizes: a) Reafirmar a legitimidade do Colégio Eleitoral, composto na forma da Constituição e da lei, onde o PDS nas eleições de 1982 foi majoritário, não aceitando qualquer negociação que implique em sua alteração. Nesse sentido, recomenda a seus membros adesão a este princípio; b) Ser a Convenção Nacional, órgão máximo do Partido, o foro legal para dirimir divergências e proceder a escolha de candidatos. Uma vez proclamada a decisão, todos estarão obrigados a respeitá-la; c) Entender que aos membros do PDS no Colégio Eleitoral, pelos Estatutos do Partido, impõe-se sufragar o nome do candidato escolhido em Convenção; d) Lutar pela unidade partidária, para que as divergências e controvérsias, comuns em um partido democrático, jamais comprometam o espírito de coesão e solidariedade que existe em toda agremiação política, com deveres maiores para com o País e seus ideais. 3. - Proceder a amplo estudo da realidade nacional, para fornecer subsídios e sugestões ao futuro Presidente da República, com vistas à superação dos grandes problemas sociais, econômicos e políticos do próximo período governamental. Nesse sentido recomenda que a Convenção Nacional aprove programa mínimo de governo. 4. - Renovar sua solidariedade ao Presidente João Figueiredo, pelo que tem feito em favor das instituições democráticas e confiar na conti-

nuidade do apoio, estímulo e orientação, do seu líder maior, em momento de tão significativas decisões políticas, para êxito do Partido. Brasília, 10 de janeiro de 1984." Com a palavra o líder Nelson Marchezan se congratulando com a Executiva, alertando que antes de tudo, ao se manifestar pela manutenção das prerrogativas do Colégio Eleitoral, o PDS não está fazendo o jogo dos seus adversários. Disse que o Presidente Figueiredo ao estender suas mãos ao diálogo não foi procurado com um projeto correto e abrangente por parte da oposição. Prosseguindo nos trabalhos da reunião o Partido decidiu proceder um amplo estudo da realidade nacional,para fornecer subsídios e sugestões ao futuro Presidente da República, recomendando que a Convenção Nacional aprove programa mínimo de governo. Decidiu também fazer registrar em ata, o seu profundo pesar pelo falecimento da Deputada Ivete Vargas e reafirmou o seu apoio e seu interesse na continuidade do acordo com o PTB,de maior importância para o País. Por proposta de Manoel Mário Barros, Secretário-Geral da Juventude Democrática Social, é registrado em ata, o posicionamento do Senador José Sarney, que com firmeza conduziu os trabalhos da melhor maneira possível. Aprovou-se, depois de constatada a regularidade do seu trâmite, pedidos de filiação partidária feitos diretamente ao Diretório Nacional pelas seguintes pessoas: 1. Allan Kardec Carvalho Rodrigues, 2. Gilberto Sampaio da Silva, 3. Acyr Pitanga Seixas Filho, 4. Archimedes Gonçalves Leite, 5. Eny Etienne Dessaune de Alencastro e Silva, 6. Esdram de Araújo da Glória, 7. José Antônio de Alencastro e Silva, 8. José Dion de Melo Teles, 9. Leonardo David Penna de Moraes Cordeiro, 10. Maria Alzira Penna de Moraes Cordeiro, 11. Sidney Ribeiro de Paula, 12. José Rodrigues de Sousa, 13. Dinorá Nepomuce

no Carvalho, 14. Paulo Abi-Ackel, 15. José Ribamar da Silva, 16. Joabson Martins Cahú Júnior, 17. Antônio Castelo Branco Júnior, 18. Antônio Lisboa Neves Lopes, 19. Evênia Rocha de Souza, 20. Feliciana Castelo Branco de Oliveira Cardoso, 21. Kátia Andrade de Oliveira, 22. Maria da Paixão Rocha Moreira, 23. Mariano Aguiar de Oliveira, 24. Nilma de Fátima Gabriel, 25. Paulo Cruz de Azevedo, 26. Wellington Amorim de Oliveira, 27. Afrânio Rocha de Souza, 28. Evandro Rocha de Souza, 29. Maria Sebastiana Martins Bogéa, 30. Waldomiro Cordeiro Silva e 31. Edson Candeira de Albuquerque. Ao encerrar a reunião ficou decidido que o Diretório Nacional será convocado no curso da última semana do próximo mês de março, visando a eleição do 3º Vice-Presidente da Executiva, cargo vago com o falecimento do Senador Nilo Coelho e obedecendo a dispositivo estatutário (parágrafo 2º, art. 20) a fim de aprovar os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário referentes ao exercício de mil novecentos e oitenta e três (1983), o Orçamento Partidário relativo a mil novecentos e oitenta e quatro (1984) e o II Plano Bienal de Ação Partidária. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos. E para constar, eu, Deputado Homero Santos, Secretário-Geral do P.D.S. lavrei e assinei esta ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelos membros da Comissão Executiva. Brasília, 10 de janeiro de 1984.

EAP 1984.01.10
pds

NOTA OFICIAL DIVULGADA PELO DIRETÓRIO NACIONAL DO PDS, EM 10 DE JANEIRO DE 1984, APROVADA À UNANIMIDADE PELA COMISSÃO EXECUTIVA .

O PDS, em reunião de sua Comissão Executiva Nacional, examinou, em todos os seus aspectos, a restituição pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República da delegação que lhe foi dada, pelo Diretório Nacional, para coordenar a sucessão, e decidiu:

1. Assumir em sua plenitude a grave responsabilidade de conduzir o processo sucessório;

2. Prestar integral apoio ao Presidente da Comissão Executiva Nacional, Senador José Sarney, no desenvolvimento das diversas etapas do processo, dentro das seguintes diretrizes:

a. Reafirmar a legitimidade do Colégio Eleitoral, composto na forma da Constituição e da lei, onde o PDS nas eleições de 1982 foi majoritário, não aceitando qualquer negociação que

implique em sua alteração.

Nesse sentido, recomenda a seus membros adesão a este princípio;

(b.) Ser a Convenção Nacional, órgão máximo do Partido, o foro legal para dirimir divergências e proceder à escolha de candidatos. Uma vez proclamada a decisão, todos estarão obrigados a respeitá-la;

(c.) Entender que aos membros do PDS no Colégio Eleitoral, pelos Estatutos do Partido, impõe-se sufragar o nome do candidato escolhido em Convenção; (letra "c" art. 79 - Estatuto PDS

(d.) Lutar pela unidade partidária, para que as divergências e controvérsias, comuns em um partido democrático, jamais comprometam o espírito de coesão e solidariedade que existe em toda agremiação política, com deveres maiores para com o

País e seus ideais.

3. Proceder a amplo estudo da realidade nacional, para fornecer subsídios e sugestões ao futuro Presidente da República, com vistas à superação dos grandes problemas sociais, econômicos e políticos do próximo período governamental.

Nesse sentido recomenda que a Convenção Nacional aprove programa mínimo de governo.

4. Renovar sua solidariedade ao Presidente João Figueiredo, pelo que tem feito em favor das instituições democráticas, e confiar na continuidade do apoio, estímulo e orientação, do seu líder maior, em momento de tão significativas decisões políticas, para êxito do Partido.

EAP 1984. 01. 10
pds

Brasília, 16 de janeiro de 1984.

Meu caro Ernani do Amaral Peixoto

Ao postular, perante meus colegas de Partido honrosa indicação para candidatar-me à Presidência da República, não poderia fazê-lo senão com base em conjunto de idéias e princípios, desenvolvidos e sedimentados durante minha vida pública.

Em coerência com esses princípios tenho o prazer de remeter-lhe, em anexo, diretrizes, e dizer que desejo receber suas valiosas críticas e sugestões.

São, como verá, linhas gerais sobre as quais, com a ajuda que confio receber, ocorrerão desdobramentos e reformulações que nos permitirão formular programas e proposições que espero submeter à Convenção de nosso Partido.

Agradecendo sua valiosa contribuição, subscrevo-me,

Marco Maciel

EAP 1984.01.10
pds

Participação e Compromisso

Marco Maciel

Brasília (DF), Janeiro de 1984

3A

A sociedade brasileira requer, no seu atual estágio de evolução histórica, a consolidação de democracia *estruturada em instituições legítimas e estáveis, e a promoção do* desenvolvimento *em bases harmônicas e integradas.*
A ação do governo, como instrumento da vontade geral, deve ser exercida com fundamento nos seguintes compromissos:

Realização de *eleições diretas* em todos os níveis, como forma de garantir a autenticidade e representatividade política que a Nação deseja; fortalecimento do Poder Judiciário, mediante a *atribuição de prerrogativas e modernização do aparelhamento necessários à pronta realização da justiça;* e do Poder Legislativo, para que exerça o efetivo *controle e fiscalização da ação governamental* e seja proeminente na função de fazer as leis.

D*escentralização e integração da atividade governamental* a fim de robustecer os organismos regionais e o papel dos Estados e Municípios na Federação, evitando-se a superposição de esforços e o desperdício de recursos.

Adoção de *processos participativos na Administração Pública,* de modo a fomentar eficazmente a criatividade e as energias da comunidade na construção do desenvolvimento e da paz social.

Proteção e *valorização da família; estímulos a programas comunitários,* e *fortalecimento das instituições sociais,* políticas, sindicais, culturais e religiosas.

Incremento de políticas adequadas para todos os setores relevantes da vida nacional, especialmente *educação, saúde, alimentação, habitação, transporte coletivo, previdência social* e *segurança individual.*

E*stímulo aos programas de desenvolvimento científico e tecnológico,* de modo especial aqueles adaptados à nossa vocação de País preponderantemente tropical; *promoção dos valores e da identidade cultural da sociedade brasileira,* caracterizada por sua pluralidade.

I*mplantação de medidas que apóiem a livre iniciativa e a empresa privada,* destacadamente os pequenos e médios empreendimentos, propiciem a *geração de empregos,* a elevação e simultânea *distribuição da renda,* a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social, e resguardem os indivíduos e a sociedade da excessiva ingerência do Estado.

Execução de *programas nacionais de desenvolvimento que considerem nossa diversidade plurirregional,* disciplinem o processo de urbanização, promovam o acesso à propriedade fundiária, incorporem novas fronteiras econômicas e utilizem adequadamente os recursos naturais do País, em particular com vistas à auto-suficiência energética e à proteção do meio-ambiente.

R*evigoramento do processo de desenvolvimento nacional;* destinação da poupança nacional às atividades produtivas; execução de eficaz e equilibrada política de gastos públicos; e renegociação da dívida externa em condições que resguardem os interesses nacionais.

Provisão de meios que assegurem a *defesa da soberania nacional;* condução de *política externa ecumênica* nas relações diplomáticas e comerciais, que respeite os princípios de não-intervenção e auto-determinação, buscando a crescente afirmação do País, apoio ao seu desenvolvimento e construção de uma sociedade internacional mais justa.

EAP 1984.01.10
pds

PAULO MALUF
Av. Europa, 437
01449 - São Paulo

Caro Senador Amaral Peixoto

18 de janeiro de 1984.

Apresento à apreciação do prezado correligionário o meu programa BRASIL ESPERANÇA.

Gostaria de contar com sua valiosa contribuição , para detalhar e concluir o projeto. Enriquecido pela colaboração dos companheiros de partido, o programa BRASIL ESPERANÇA constituirá a plataforma do meu governo.

Indispensável é a participação da classe política,intérprete dos anseios do povo brasileiro.

À espera de suas sugestões, desde já agradeço e envio-lhe caloroso abraço.

Paulo Maluf

EAP 1984.01.10
pds

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 18 de janeiro de 1984.

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney,
Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional
do Partido Democrático Social.

Senhor Presidente e ilustre correligionário:

Venho, pela presente, formalizar perante a direção nacional do PDS minha intenção de ser o candidato do nosso partido à presidência da República, nas eleições que, na forma da Constituição, serão realizadas no dia 15 de janeiro de 1985.

A posição ora submetida ao partido é fruto das mesmas razões que me levaram a dedicar-me à causa pública. Nasceu e cresceu no caminho que percorri, em todos os Estados, de um a outro extremo do País. Consolidou-se no convívio e na solidariedade de tantos companheiros da classe política, à qual me orgulho de pertencer. Por toda parte, busquei inspiração e encontrei alento na escuta

4A

das reivindicações do nosso povo, de quem só recolhi mensagens de estímulo, esperança, fé e confiança no Brasil.

Por tais motivos, a presente postulação já não é só minha. É também, e principalmente, dos que comigo participam do desejo de viver numa sociedade mais justa, livre, feliz e pluralista, numa Pátria maior e mais rica.

Por intermédio do nosso partido, apresento-me à Nação com humildade diante de Deus. Tenho o coração aberto diante de nossa gente. Pretendo alcançar a Presidência tocado da certeza de que o ato de governar há de ser entendido, antes de tudo, como exercício de amor e de vontade de servir. Porque assim o creio, passo a expor os pontos cardeais do programa de trabalho que apresentarei ao País, antes da data da convenção do nosso Partido.

Senhor Presidente da Comissão Executiva:

Entendo que o próximo presidente da República deverá assumir o poder com o nítido compromisso de promover a reforma das instituições e a transformação da sociedade brasileira, conforme os fundamentos do programa do nosso partido. Assim, pretendo que o PDS não se limite a ser o partido de apoio parlamentar do governo. O Partido Democrático Social tem de ser o próprio governo.

Na área política, a principal preocupação do próximo presidente da República será levar a bom termo e consolidar a abertura política, na qual tanto se empenhou o presidente João Figueiredo. Considero essa tarefa minha responsabilidade cívica pessoal. A ela me dedicarei, com entusiasmo e ânimo firme. Para ela buscarei a colaboração direta e constante do poder legislativo. E convocarei, em nosso apoio, as mais destacadas expressões da inteligência brasileira. Juntos, faremos uma nova Constituição, capaz de dar eficácia, entre outros, aos seguintes pontos:

- a igualdade, a harmonia e a independência dos poderes do Estado, bem assim a competência e as prerrogativas do Congresso Nacional;

- a reforma do sistema judiciário, para tornar a justiça mais rápida e acessível a todos os brasileiros;

- o equilíbrio da Federação - inseparável entre nós da idéia de República - com a redistribuição de poderes, recursos, autoridade, encargos e obrigações, entre a União, os Estados e os Municípios;

- a criação de instrumentos eficazes para reduzir - e logo eliminar - as desigualdades entre as regiões e as pessoas; melhorar a distribuição da renda; estabelecer níveis salariais míni-

mos, compatíveis com a aspiração de todo trabalhador de constituir e manter uma família;

- a garantia - de forma permanente e clara - dos direitos humanos, cívicos e políticos; assim como das liberdades essenciais de opinião e crítica, e, em consequência, de imprensa; de associação e reunião; de organização sindical; de ir e vir; o direito ao trabalho; e todos os demais direitos, franquias e liberdades, que caracterizam e dignificam o regime democrático;

- a segurança urbana, nos lares e nas ruas, a fim de garantir que as famílias vivam em paz - a salvo, ao mesmo tempo, dos abusos de poder do Estado, e dos ataques e investidas dos que se colocam à margem da lei ou dela se servem para acobertar crimes e fugir à sanção da justiça;

- o apoio, o estímulo e o clima de liberdade que o Estado deve criar, para o desenvolvimento da ciência, da pesquisa, da invenção e da tecnologia, e a expressão das artes, das letras, do esporte, e de todas as formas de criação intelectual e de manifestação da cultura e da inteligência brasileiras;

- a proteção atenta do patrimônio nacional - histórico, artístico, arqueológico - assim como o efetivo e necessário equilíbrio da ecologia e a conservação dos monumentos, da paisagem e

das belezas naturais, do ar, do solo e das águas, e sua utilização para o turismo, o lazer e o repouso dos que trabalham;

- a limitação do papel do Estado à administração dos serviços essenciais e dos meios e estímulos reclamados pelo povo, a fim de que este efetivamente assuma os encargos, exerça os deveres, e usufrua os diretos implícitos nos conceitos de liberdade política e abertura econômica;

- a consequente diminuição dos excessos de gigantismo, intervencionismo e dirigismo estatais, que, nas últimas décadas, não cessaram de crescer e agravar-se.

Senhor Presidente,
Senhores membros do Diretório Nacional e do Partido:

Vejo o meu País numa perspectiva de justificado otimismo. As dificuldades que atravessamos têm o sinal da transitoriedade. Permanente é o desejo dos brasileiros de ver nossa economia retomar os níveis de crescimento que sempre marcaram suas aspirações. Sustentando a bandeira do nosso partido, haveremos todos, unidos, de permitir à nossa gente realizar, pelo trabalho e pelo esforço próprio, seus sonhos, ideais e destinos. Não podemos continuar a assistir o espetáculo deprimente da condenação de nossa mocidade

ao desemprego ou ao subemprego - e, portanto, à marginalização do processo econômico e do tecido social.

Somos contemporâneos de uma juventude inspirada por fascinante vocação para as conquistas de nosso tempo. Pretendo convocá-la a participar da cruzada de trabalho incessante do meu governo. Criarei, para esse fim, instrumentos de ação pautados no enriquecimento do espírito, a serviço da paz e do progresso espiritual e material

A liberdade de iniciativa deve deixar de constituir apenas um princípio. Para nós, a livre-empresa tem de ser um fato social concreto, base da atividade econômica. Empresas privadas fortes e competitivas são, inclusive, condição indispensável à criação, todos os anos, do milhão e meio de empregos novos, necessários a acolher os jovens que se incorporam à força de trabalho.

O setor privado aspira libertar-se da tutela do Estado. Só lhe pede que seja bom árbitro. Não um competidor favorecido, quase sempre monopolista. O empresariado nacional já deu cabal demonstração de sua capacidade de adaptar-se às crises e com elas conviver. Soube reagir com imaginação e sadia audácia aos desafios dos mercados interno e externo. Correspondeu com eficiência aos estímulos do governo para substituir a importação de energia e de numerosos e sofisticados equipamentos e produtos.

O Brasil tem o direito, o desejo, os meios - e, portanto, o dever - de reassumir o exercício de sua vocação de prosperidade. Pois a grandeza de uma economia não se expressa apenas em seus números. Do ponto de vista humano, concretiza-se no bem-estar e na qualidade da vida que proporciona aos que dela participam.

Reanimar as atividades produtivas é a preliminar do desenvolvimento econômico. Hoje. Não em futuro distante ou incerto. Mais: com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos de que dispomos. Assim, entendo que o progresso do nordeste, do norte e do centro-oeste deve ser considerado, ao mesmo tempo, o grande desafio à vontade política nacional, e a expressão de nossa capacidade de sentir e realizar grandes feitos.

Os problemas que afligem o nordeste brasileiro são antigos e conhecidos. Tal como são conhecidas suas soluções. O que nos tem faltado, há décadas, é a decisão política de resolvê-los, destinando à região os recursos tecnológicos, científicos, institucionais e financeiros adequados.

Redimir a terra e incorporar plenamente o povo nordestino ao progresso nacional é o maior, o mais sério, o mais imperativo compromisso nacional. Pretendo resgatá-lo no periodo 1985/91. Essa a solene promessa, o juramento histórico, sagrado, que ora faço perante o Brasil. Sem abandonar as ações emergenciais necessá

rias, vamos resolver os problemas em suas causas, não em seus efeitos aparentes.

A Nação tem vivido sob o peso de uma inflação pertinaz. Depois de baixar significativamente, na década passada, voltou a subir a níveis perigosos. Neste momento, o combate necessário à inflação ameaça colocar-nos diante de uma recessão que, simplesmente, temos de erradicar.

Os estímulos à produção deverão orientar-se, primeiramente, pelo objetivo de garantir o abastecimento satisfatório e abundante de alimentos e produtos destinados ao bem-estar e ao consumo internos. Mas um país como o Brasil não pode desprezar as oportunidades oferecidas pelo comércio internacional.

Nesse terreno, o Brasil deverá participar mais intensamente dos foruns nos quais se realizam as negociações e discussões multilaterais. Nelas assumiremos nossa posição de direito, seja como produtores e exportadores, seja como consumidores e importadores.

Cabe a nós mesmos defender os preços da nossa exportação nos mercados mundiais. Diversificar ainda mais a pauta e os países para os quais exportamos. Aumentar a parcela de mão-de-obra nacional, de matérias-primas, componentes e insumos domésticos, agregados a cada produto ou serviço vendido. Enfim, fazer da exportação um instrumento de ampliação das oportunidades de trabalho, de progresso econômico. e de realização individual.

A promoção do trabalho e do pleno emprego deverá corresponder uma política fiscal mais equânime, que pretendo alcançar por meio de uma reforma tributária ousada e inovadora. Transferindo a ênfase da arrecadação, dos impostos indiretos, para os diretos. Com alíquotas marcadamente diferenciadas para os produtos de consumo geral e os de luxo ou uso ostentatório. E, sobretudo, com mais justiça na taxação das rendas pessoais, aliviando-se a incidência de impostos sobre a remuneração do trabalho.

Quanto aos recursos estaduais e locais, os estados e municípios mais necessitados deverão ser beneficiados de vários modos: em sua competência tributária; nos impostos incidentes sobre suas importações e exportações; na distribuição dos impostos únicos; na participação nas receitas federais; na política de incentivos fiscais e de crédito.

Entendo que incumbe aos brasileiros gerenciar nosso desenvolvimento principalmente com recursos próprios. Empréstimos e financiamentos são limitados pela nossa capacidade de pagar. Por isso, têm papel apenas complementar.

O Estado deve melhorar a eficiência geral de seus serviços e empresas. A preocupação com a produtividade e o bom emprego dos recursos alocados deve ser constante. No Brasil, como no resto do mundo, comprovamos que, via de regra, o Estado não é eficiente como empresário. Assim, a política de desestatização deve ser revigorada e aprofundada. O Estado conservará a propriedade e o controle, apenas, das empresas de base e dos serviços essenciais de infra-estrutura, que lhe competem, nos termos da Constituição.

Nessas condições, a tarefa de governar o Brasil, no próximo período presidencial, compreende a abertura da economia. Empresas e empresários - grandes, médios e pequenos - devem sentir-se livres para competir dentro de modernas e civilizadas regras de mercado, e, assim, crescer e fortalecer-se.

País de nítida formação cristã, o Brasil está espiritual e culturamente ligado ao Ocidente. Desejamos conviver com todas as nações do mundo. Mas desejamos fazê-lo, no recíproco respeito à independência, à soberania, às crenças e aos valores, princípios e sistemas políticos e econômicos de cada uma.

Rejeitamos, por isso, qualquer forma de colonialismo, ou neocolonialismo, bem assim todo tipo de intervenção ou interferência de uma nação nos assuntos e negócios internos de outra.

Reconhecemos nas Nações Unidas, na Organização dos Estados Americanos, e nos demais organismos internaciaonais e regionais de que participamos, os foros adequados para a discussão, conciliação e solução pacífica dos diferendos entre estados soberanos.

Bem conhecemos, por tê-las vivido, e ainda vivê-las, as dificuldades com as quais se defrontam as nações irmãs latino-americanas, caribenhas, africanas, asiáticas, do Pacífico e do Oriente Próximo. Geograficamente situado no terceiro mundo, o Brasil é - por formação e por tradição - solidário com os países pobres. Os que mais sofrem e lutam por oferecer aos seus povos os benefícios da civilização e do progresso contemporâneos.

Por acreditar em tudo o que precede, e desejar sobre essa base assentar meu programa de governo, penso, considero e proclamo que a paz social é a prioridade nacional absoluta, e a justiça social o instrumento de sua conquista. Daí decorrem as grandes linhas do governo que pretendo chefiar, a partir de março de 1985:

1. A prioridade do bem-estar, a ser atingida através de políticas de educação, saúde pública e saneamento, alimentação, segurança social, moradia, emprego e salário.

A carência, a enfermidade, a subnutrição e a fome, insultam a

dignidade do homem, e sua condição de vértice da Criação. E são tanto mais ofensivas, em nosso caso, por acontecerem em terra fértil, propícia à abundância e à fartura.

O homem sem emprego - ou sem possibilidade de fazer o que sabe - é uma vítima da sociedade. Além de representar irrecuperável desperdício de vida, energia, e capacidade de contribuir para a harmonia do convívio humano. Minha promessa é trabalhar. E trabalhar para que todos tenham trabalho. Meu governo se compromete com políticas que tenham por fim assegurar emprego digno e remuneração compensadora a todo trabalhador. Conto, para implementar essas políticas, com o apoio e a cooperação vigilante e ativa das entidades sindicais de todos os níveis - tanto de empregados, como de empregadores. Nesse sentido, o governo criará estímulos para - sem prejuízo dos avanços técnicos e da atualização tecnológica - incentivar a formação, o treinamento e a utilização da mão-de-obra disponível no País.

As grandes endemias continuam a atingir milhões de compatriotas nossos. Consomem vidas sem conta. Debilitam no corpo e no espírito as energias e a vontade de trabalhar e produzir. Reduzem o convívio das famílias afetadas à mais triste sina. O dever de erradicar as endemias que assolam as populações pobres, principalmente as rurais, é indeclinável. A ele o Estado deve consagrar-se, em respeito, inclusive, à condição e à dignidade humana.

Meu governo se compromete a resolver os problemas fundamentais da educação, tais como: alfabetizar nossos milhões de analfabetos; dar escola às crianças que não estudam; formar, qualificar e habilitar os mestres; cooperar com os estados e municípios, para dar-lhes remuneração e condições satisfatórias para o exercício de seu trabalho apostolar.

A escola continuará a ser, também, no Brasil de hoje, o lugar onde as crianças devem receber o mínimo de alimentação, capaz de prevenir os males permanentes causados pelas deficiências alimentares na infância.

Programas como a merenda escolar, e outras formas de cuidado com as crianças carentes, são deveres irrenunciáveis da sociedade. Sua implementação é inadiável e constitui obrigação solidária do governo e das comunidades interessadas.

2. A prioridade do desenvolvimento equilibrado. Combaterei intransigentemente - em primeiro lugar, e com igual vigor - a inflação, a estagnação e a recessão. As políticas do novo governo serão dirigidas para resolver, de uma vez por todas, e em suas causas, os desequilíbrios, diferenças, injustiças e disparidades entre filhos e regiões da mesma Pátria.

Nesse quadro, a agropecuária é a primeira, a mais eficiente e

a mais rápida alternativa nacional para baixar preços, e assegurar o abastecimento interno de alimentos, energia e matérias-primas. A agroindústria, seu complemento natural, gera novos empregos e remuneração condigna, nos próprios locais de produção. Estimula as famílias a permanecer no meio a que se habituaram, e nele prosperar. E, assim, alivia a pressão dos que são forçados a viver em estado próximo da miséria, nas favelas, e na periferia das grandes cidades.

Por isso, vou apoiar decididamente os que produzem nas regiões tradicionais. Vou incentivar ao máximo os homens de coragem e determinação, que se lançam à abertura de novas fronteiras agrícolas. Vou prosseguir com a reforma agrária, para dar terras a quem as possa tornar produtivas com seu trabalho. E vou libertar os "bóias-frias" das humilhantes ições nas quais são obrigados a viver.

3. A prioridade da gestão, por meio da justiça fiscal, da eficiência da arrecadação, da produtividade do governo e suas empresas, e da austeridade nos gastos públicos, com eliminação das mordomias. Mas também, e não menos importante, da rigorosa observância das normas constitucionais e legais sobre a probidade e a boa gerência do orçamento, da arrecadação e da despesa pública.

O atual estágio de endividamento público apresenta gravíssi-

mos e perigosos problemas. Inclui-se, portanto, entre as primeiras incumbências do novo governo, renegociar nossa dívida externa, em termos de prazos, juros e carência. Banqueiros, governos amigos, instituições financeiras multilaterais, todos reconhecem que o Brasil precisa manter sua capacidade de crescer, até mesmo como pré-requisito para conservar sua capacidade de pagar, conforme nossa tradição de honrar os compromissos assumidos.

Pagaremos nossas dívidas - externa e interna - com o produto do nosso trabalho. Com o crescimento da nossa economia e, em consequência, de nossas exportações. Nunca, porém, com o agravamento dos sacrifícios dos pequenos e dos humildes.

A prioridade da gestão importa na defesa da moeda e na manutenção do poder de compra dos que vivem de remunerações, proventos e rendimentos fixos. Implica a manutenção das garantias de tempo de serviço. Impõe o resguardo das poupanças do público de quaisquer sobressaltos ou prejuízos à sua disponibilidade imediata e livre-movimentação. Requer proteção dos mutuários contra o reajuste ddas prestações da casa própria, acima de sua capacidade de pagar.

O Estado vigiará atentamente, para prevenir - ou, quando necessário, punir com exemplar energia - toda malversação, desvio, ou abuso da confiança do público, por parte de pessoas ou insti-

tuições, autorizadas a receber, guardar, intermediar, comprar, vender, ou aplicar valores, títulos ou papéis.

4. A prioridade da prosperidade. Estimular as atividades econômicas, como vou fazer, é o meio mais adequado à promoção do homem. O Estado paternalista e provedor universal não tem cabimento em nossa atualidade. Vamos valorizar, ao invés, o estudo, o trabalho, o mérito próprio, e o esforço pessoal.

5. A prioridade política, consubstanciada na institucionalização do Estado Social de Direito. Comprometo-me, perante o PDS e o Brasil, a tornar realidade a suprema aspiração e inspiração do nosso partido. Chegaremos a esse objetivo pelo caminho de uma nova Constituição: republicana em seus fundamentos; democrática em seu conteúdo.

Senhor Presidente do meu partido:

Chego a este ponto da minha carreira, trazido pela experiência de quem, por muitos anos, se dedicou às responsabilidades de uma vida empresarial digna e bem sucedida. Nesta, desejo colocar em destaque o exercício da presidência da sempre respeitada Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

Aqui compareço em função do mesmo espírito que me levou a aceitar as agruras e as satisfações da vida pública. Venho, depois de haver exercido, sucessivamente. os cargos de presidente da Caixa Econômica Federal; de prefeito da bela, grande, sempre querida cidade de São Paulo; de secretário de Estado dos Transportes; e de governador do Estado de São Paulo. Agora, também honradíssimo por ter sido o deputado federal que recebeu maior número de votos em toda a história parlamentar do Brasil.

Eis aqui, Senhor Presidente, o meu programa BRASIL ESPERANÇA. Esperança hoje, aqui, agora. Os brasileiros de nossa geração têm sido levados a esperar dias melhores, sempre mais adiante. Sempre fora do nosso alcance. O dia que passa parece reservar-nos, somente, novos sacrifícios. É verdade que temos progredido. E, honra seja feita aos presidentes da República dos últimos 20 anos, progredimos muito. Mas não o suficiente para compensar anos de retrocesso, décadas de estagnação, séculos de avanço lento, muitas vezes penoso. Por isso, reafirmo minha determinação de realizar nossas esperanças, hoje.

Sou homem religioso. Acredito na existência de um Pai supremo. Pai de bondade, que nos reservou tantas coisas belas e boas em nossa parcela do mundo. Temos de ser dignos do que recebemos. Os valores espirituais - como a fé, a esperança, o amor, a solidariedade e a gratidão - têm precedência sobre a procura e a pos-

se dos bens materiais. Incumbe a quem governa tratar uns e outros à luz da moral e da ética.

Essa a tarefa que me imponho. Em defesa da família brasileira. Em apoio das virtudes do nosso povo. Na certeza de que a melhor sustentação da soberania nacional é a nossa armadura interior. Assim, se um dia nossas Forças Armadas tiverem de exercer seu papel na defesa de nossa Pátria - ao lado dos equipamentos mais sofisticados - elas encontrarão sua fortaleza na realização destes ideais.

No longo percurso cuja primeira fase hoje concluo perante Vossa Excelência. procurei guardar fidelidade a mim mesmo, e aos nossos ideais comuns. Vi e ouvi nossos correligionários de norte a sul, e de leste a oeste - em todo o nosso vasto Brasil. Sinto e sei que posso corresponder às aspirações de progresso e bem estar do nosso povo. Como, igualmente, sinto e sei que posso conduzir o nosso partido à união. À vitória. À realização dos princípios e objetivos de ação política inscritos no manifesto e no programa do Partido Democrático Social.

Saio daqui para continuar a recolher sugestões dos companheiros do nosso partido e do povo. Assim, enriquecido pelas contribuições dos políticos, apresentarei à Nação, antes da nossa convenção, os projetos detalhados deste programa BRASIL ESPERANÇA.

Esperança hoje, aqui, agora - como disse antes.

Senhor Presidente, caros companheiros:

O Brasil real não é o que aparece através dos nossos problemas. O Brasil é sua imensa riqueza. Terra. Sol. Água. Solo e subsolo. Gente. Antes de tudo, porém, a nossa inabalável inclinação para o otimismo, a bondade, a grandeza.

Esse o Brasil no qual acredito. O Brasil do trabalho e da produção. Brasil de olhar sempre para a frente. Sem ódios. Sem rancores. Sem perseguições.

O meu Brasil se enxerga na alma coletiva e generosa do nosso povo. É o Brasil da fé. Brasil do otimismo confiante. Brasil-esperança. Esperança hoje, aqui, agora.

Esta é a hora e a vez do nosso partido, do nosso povo. Hora de ver realizadas as aspirações e concretizados os sonhos há muito acalentados. Esta é a hora do Partido Democrático Social. Hora do nosso programa. Hora dos nossos correligionários. Por isso, chamo este meu programa BRASIL ESPERANÇA. Hoje, aqui, agora!

Por todas essas razões, solicito a Vossa Excelência inscrever meu nome à convençao que elegerá o candidato partidário à presidência da República. Daquele ato cívico, o PDS haverá de sair engrandecido e pronto a assumir as responsabilidades que o Estado democrático reserva aos políticos e aos partidos. Juntos, vamos construir a Pátria com a qual sonhamos. Com a qual sonham os 120 milhões de nossos compatriotas.

Atenciosamente,

Paulo Maluf - Deputado Federal.

./20

EAP 1984.01.10
pds

II PLANO BIENAL DE AÇÃO PARTIDÁRIA

[de jan a jun 1984]

O Segundo Plano Bienal de Ação Partidária, uma exigência da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), e norma estatutária, destina-se a aparelhar o PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS com diretrizes capazes de assegurar o pleno desenvolvimento de suas atividades em período muito rico de eventos políticos, todos eles de transcendental importância para a vida partidária. Vigorando de 1984 a 1986, este Plano cobrirá uma etapa de grandes decisões políticas, todas elas destinadas a repercutirem intensamente nos destinos do Brasil. Tendo nos últimos dois anos completado todas as etapas da sua estruturação, o PDS está agora em condições de melhor implantar suas idéias e tornar realidade muitos de seus objetivos programáticos.

Na vigência do Primeiro Plano Bienal de Ação Partidária dois eventos caracterizaram o período: a renovação dos quadros de direção e a realização das eleições gerais de 1982.

Utilizando-se de faculdade legal, prorrogaram-se os mandatos dos diretórios municipais, providência que se recomendou pela necessidade de dar continuidade a um trabalho de estruturação do Partido a nível das bases, muito importante para a consolidação da nossa posição nos municípios brasileiros; renovaram-se integralmente, entretanto, os diretórios regionais e nacional, em ambiente de intensa e sadia disputa democrática que permitiu, de um lado, a dinamização da vida partidária pelo pleno aproveitamento dos mecanismos de mobilização interna e, de outro lado, pela renovação dos quadros de direção, mediante o acesso aos postos de liderança partidária de valores novos com grande potencial de contribuição ao trabalho partidário, que deve ser constante, dinâmico e inovador.

A campanha eleitoral de 1982 – o primeiro teste eleitoral do PDS – permitiu uma avaliação da estrutura partidária, representando elemento positivo para o bom desempenho do nosso

Partido, a nossa boa organização, principalmente a nível de base nos municípios.

A partir de diretrizes traçadas pela direção nacional, à qual competiu estabelecer as regras essenciais da campanha, inclusive mediante esforço bem sucedido de unificação da linguagem e do comportamento do Partido, segundo os princípios doutrinários e programáticos, foi possível mobilizar os quadros partidários em todos os municípios, podendo-se afirmar ter sido fundamental para o resultado final alcançado, a melhor estrutura de que hoje dispõe o PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS.

Conseqüência desse esforço, o PDS logrou alcançar todos os objetivos eleitorais: elegeu mais da metade dos prefeitos municipais (2.533); fez o maior número de governadores; constituiu as maiores bancadas nas Assembléias Legislativas da maioria dos Estados (476 deputados estaduais); elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados e manteve sua posição majoritária no Senado Federal. Desses resultados a principal conseqüência foi haver o PDS conquistado maioria absoluta no Colégio Eleitoral que, nos termos da Constituição, elegerá a 15 de janeiro de 1985 o futuro presidente da República.

Quanto à atuação permanente do Partido, exigida em texto constitucional (Constituição Federal, art. 152, § 2º, número III), logrou-se nos dois últimos anos maior difusão da doutrina e do programa do Partido, através das atividades de campanha, quando as nossas idéias puderam ser oferecidas a amplo debate em comícios, reuniões com entidades de classe e por meio de outras iniciativas.

A direção nacional consolidou a organização da Juventude Democrática Social (JDS), agrupamento de vanguarda do Partido que tem se constituído em elemento muito importante para o desenvolvimento das atividades partidárias. De igual modo, o MDS — Movimento da Mulher Democrática Social ampliou suas atividades, sendo de ressaltar-se a realização de um congresso a nível nacional, que trouxe a Brasília líderes femininas de todos os Estados e criou condições de discussão de importantes aspectos relacionados com a maior integração da mulher na vida política e administrativa.

Conquanto muitos dos aspectos contemplados no Primeiro Plano Bienal de Ação Partidária não tenham logrado realização,

nos seus aspectos fundamentais, ele cumpriu integralmente os seus objetivos. Cumpre, agora, dar continuidade a essa atividade planejada, estabelecendo-se os objetivos da nossa ação para os próximos dois anos.

SEGUNDO PLANO BIENAL

O Segundo Plano Bienal de Ação Partidária avulta de importância em virtude de dois eventos:

1. Eleição Presidencial;
2. Renovação dos Diretórios Partidários.

O PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS coloca-se na linha da defesa intransigente do sistema eleitoral consagrado no texto constitucional vigente, que é o da eleição do presidente da República, através do Colégio Eleitoral, em 1985. Nesse sentido, adota como diretriz a ser cumprida por sua representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, rejeitar qualquer iniciativa que tenha como objetivo alterar essas regras, e, como conseqüência, a perturbação do processo de eleição do presidente da República.

As eleições de 1982 realizaram-se já de conformidade com essas normas legais e constitucionais, sabendo o eleitorado que naquela oportunidade, enquanto elegia governadores, prefeitos, vereadores, senadores e deputados, estava, também, constituindo o Colégio Eleitoral do presidente da República. Isto é, com a eleição de 1982 teve início o processo de eleição do futuro presidente da República.

Cumpre à direção partidária unificar as diferentes correntes do Partido, na sustentação dessas regras, assegurando a livre concorrência na Convenção Nacional de quantos de apresentem candidatos a presidente da República.

A Convenção realizar-se-á segundo normas estatuídas em lei e outras adotadas através de regulamentação livremente discutida e votada pelos convencionais.

A unidade no Colégio Eleitoral deve constituir - se no compromisso maior de quantos ali representem o PDS. Dela dependerá o êxito do Partido no esforço que fez e fará para manter - se no Poder e, desse modo, poder continuar servindo ao povo brasileiro pela implantação do seu programa que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento do País e da realização social dos brasileiros.

RENOVAÇÃO DOS DIRETÓRIOS

O PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS renovará seus diretórios em 1985, em datas que serão estabelecidas pelo Diretório Nacional, nos termos da Lei nº 6.948, de 28 de setembro de 1981.

Recomenda-se aos diretórios municipais que a partir do segundo semestre deste ano inicie a mobilização partidária em suas jurisdições, com o objetivo de ampliar o número de filiados, promovendo, desse modo, o fortalecimento das bases do Partido.

Recomenda-se, também, que sejam realizados esforços visando ao fortalecimento da integração partidária, evitando - se, tanto quanto possível, a radicalização motivada pela eleição dos novos diretórios.

ATIVIDADE PERMANENTE

Em cumprimento à norma constitucional, que obriga os Partidos terem "atuação permanente" (Constituição Federal, art. 152, § 2º, número III), recomenda-se aos diretórios regionais e municipais:

a) divulgar, em caráter permanente, o corpo de doutrina e programa partidários, inclusive através

de ciclos de conferências, com debates, simpósios, e outras formas de difusão entre membros do Partido, entidades de classe e instituições comunitárias;

b) organizar e ativar os órgãos de cooperação e ação partidária, sobretudo os destinados a levar a mensagem partidária aos jovens, estudantes, trabalhadores e às mulheres;

c) intensificar a organização dos Diretórios Distritais, subdiretórios e dos núcleos de ação partidárias para atuarem nos bairros, vilas e povoados;

d) implantar, nos diferentes níveis, os órgãos de pesquisa e educação política, para estudo e debate de questões políticas e de interesse comunitário;

e) promover a filiação partidária para ampliar o número de militantes do Partido;

f) reunir periodicamente os órgãos de direção e ação (Estatuto, art. 7º, números II e III);

g) constituir junto aos Diretórios Regionais e Municipais as Comissões Técnicas, às quais incumbirá o levantamento e estudo de questões de interesse econômico e social para orientação da ação política do Partido;

h) promover reuniões periódicas da direção partidária com as bancadas do Partido para avaliação da ação parlamentar;

i) divulgar e defender nos parlamentos e por todos os meios de comunicação, o Programa do Partido, para a formação consciente da opinião pública, visando:

- à realização da democracia representativa e sua modernização institucional;

- ao desenvolvimento econômico e à transformação social, que proporcionem a paz social;

- à afirmação da soberania nacional;

- à integridade territorial;e
- à integração nacional.

DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA

Como assinalado no Primeiro Plano Bienal de Ação Partidária, o Programa do Partido é o documento inspirador da militância partidária, e deve ser a base da política de divulgação partidária.

Na forma ali expressa, e, considerando a realidade brasileira, o PDS buscará a realização de seus objetivos programáticos, convocando para esse fim quantos, no Governo ou nas Casas Legislativas, com eles tenham compromissos.

Para a divulgação do Programa, o Partido deverá mobilizar, especialmente, as suas bancadas no Congresso Nacional,nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, bem assim os seus líderes políticos e dirigentes partidários em todos os níveis.

Além disso, o Partido executará, através de seus quadros, ampla divulgação de outros documentos, projetos e assuntos de relevante interesse do povo com vista à informação e formação da opinião pública.

O Partido terá política de comunicação social com as seguintes preocupações:

- o fortalecimento da imagem do Partido;
- maior conhecimento da doutrina do Partido;
- conquista da adesão popular ao programa partidário.

Para tanto, será dinamizada a Assessoria de Divulgação da Comissão Executiva do Partido, responsável pela comunicação do PDS.

O Programa de Comunicação para o Partido visa a alcançar todos os seus níveis partidários, observando critérios de

regionalização e setorização de todo o material de divulgação do Partido. Essa tarefa deve ter em vista espaço e as camadas sociais as quais se destina a divulgação do Partido.

PROPAGANDA

Os diretórios partidários, em todos os seus níveis, darão prosseguimento à política da propaganda partidária estabelecida pelo Primeiro Plano Bienal de Ação Partidária, que tem como orientação principal o seguinte:

- promover a cobertura adequada (imprensa, rádio, televisão, alto-falantes, impressos, panfletos, etc) das reuniões e demais atividades partidárias, e das realizações do Governo;
- divulgar mensagens ilustradas, com desenhos de fácil assimilação, mostrando o pensamento do PDS e o trabalho do Governo para sua concretização;
- estimular a comunicação das realizações governamentais levando em conta os interesses de cada região;
- difundir **slogans** e símbolos visando à popularização do PDS.

EAP 1984.01.10
pds

Mário David Andreazza

Brasília. 01 de fevereiro de 1984.

Prezado amigo Amaral Peixoto.

Encaminho ao ilustre e estimado amigo o texto do meu discurso pronunciado em 24 de janeiro de 1984 na Sede do PDS em Brasília bem como o incluso exemplar do documento intitulado "DEMOCRACIA - TRABALHO - JUSTIÇA SOCIAL", onde se consubstanciam as idéias e os princípios básicos que ofereço ao exame e ao debate do PDS, com vistas à elaboração de um programa de governo que estabeleça diretrizes para o exercício do elevado cargo de Presidente da República ao qual confio ser conduzido com o apoio solidário dos meus companheiros de Partido.

No momento em que, em visita à Sede do Partido, diante do ilustre Senador José Sarney, submeto o meu nome à apreciação do PDS, renovo minha confiança em suas lideranças, que se dispõem a acompanhar-me, nesta fase de reafirmação dos propósitos que nos manterão unidos, no esforço que vimos desenvolvendo, em prol da realização dos grandes objetivos do nosso País e do bem-estar do povo brasileiro.

Cordial abraço

6

EAP 1984.01.10
pds

21415 Z RJVP
23721 H DFBR
10/2228
ZCZC XDF05155 10 2130
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
MINT BR

MINTER BSB 705 10/02 17:03

10/02/84

SR. SENADOR AMARAL PEIXOTO
MD. 2' VICE PRESIDENTE DA EXECUTIVA NACIONAL DO PDS
RUA VISCONDE DE ALBUQUERQUE, 1125 - LEBLON
RIO DE JANEIRO/RJ

GM/NR 1093 DE 10/02/84 - TENHO SATISFAÇAO COMUNICAR PREZADO AMIGO QUE DIAS 14 VG 15ET 16 CORRENTE VISITAREI ESTADO DE RIO DE JANEIRO VG ONDE CUMPRIREI PROGRAMAÇAO ET PARTICIPAREI EVENTOS PT NA OPORTUNIDADE TEREI PRAZER CUMPRIMENTAR ILUSTRE COR -RELIGIONARIO PT

MARIO DAVID ANDREAZZA
MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR

NNNN/LF 10 FEV/1801
935TXBSAB BR,7

21415 Z RJVP
23721 H DFBR

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. HOJE E TELEFONE PARA A ECT PAGUE DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

DDD+
21415 Z RJVP
23721 P DFBR
27/2103
ZCZC XDF13223 27 2100
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
MSR.
SENADOR AMARAL PEIXOTO
RUA VISCONDE DE ALBUQUERQUE
LEBLON - RJ

INFORMO AO PREZADO SENADOR QUE ESTAREI CHEGANDO AO RIO DE JANEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL VG DIA 30/03 VG AAS 10:30 HS PELO VOO 405 DA VARIG PT
AAS 15:00 HORAS DO MESMO DIA VG COMPARECEREI AA SOLENIDADE DA FUNDAÇAO ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE DEPUTADOS ESTADUAIS PEDESSISTAS VG A SER REALIZADA NO HOTEL GLORIA VG OCASIAOES EM QUE TEREI O MAXIMO PRAZER DE PODER ABRAÇA-LO PT

CORDIALMENTE

MARIO DAVID ANDREAZZA

NNNNN+
21415 Z RJVP
23721 P DFBR

7A1

EAP 1984.01.10
pds

TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA
CONFIABILIDADE A SUA RAPIDEZ E DISPOSIÇÃO

21415 Y RJVP
21102 A RJXR
14/2126
ZCZC XRR90027 14 2109
RJANEIRO/RJ

935TXRJOF BR
612277ESTG BR

SENADOR AMARAL PEIXOTO
RUA VISCON. DE ALBUQUERQUE 1125 - LEBLON
RIO DE JANEIRO - RJ

CONFIRMAMOS JANTAR MINISTRO ANDREAZZA VG SERAH REALIZADO NA SOCIE-
DADE HIPICA BRASILEIRA - RIO DE JANEIRO AAS 20:00 HS DIA 16.02.84
PT

ABRAÇOS

PAULO PIMENTEL

NNNN
21415 Y RJVP
21102 A RJXR

JAZ

Marlene Urgente

SENADO FEDERAL

EAP 1984.01.10
pdS

Recado para o Comandante

16/02/84

A Srª. Sueto, secretária do Deputado Paulo Maluf, telefonou de Brasília para o Senador para comunicar que o Deputado virá ao Rio, no próximo dia 20, segunda feira e que gostaria de ser recebido pelo Comandante por volta dás 17 horas. Pediu ainda a fineza de lhe telefonar para confirmação do encontro porque ele terá que retornar a São Paulo em virtude do casamento do filho no dia seguinte.

Ele ou a sua secretária podem ser Contactados pelo seguinte telefone em Brasília: 061 223 3645

Em, 16/02/84

Lauro.

8

20/02/84

Brasil Esperança

Paulo Maluf

EAP 1984.01.10
pds

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 18 de janeiro de 1984.

Ao eminente e inclito homem público, Senador Amaral Peixoto, oferece com o ilimitado apreço e admiração.

Paulo Michel
20/2/84

Excelentíssimo Senhor

Senador José Sarney,

Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional

do Partido Democrático Social.

Senhor Presidente e ilustre correligionário:

Venho, pela presente, formalizar perante a direção nacional do PDS minha intenção de ser o candidato do nosso partido à presidência da República, nas eleições que, na forma da Constituição, serão realizadas no dia 15 de janeiro de 1985.

A posição ora submetida ao partido é fruto das mesmas razões que me levaram a dedicar-me à causa pública. Nasceu e cresceu no caminho que percorri, em todos os Estados, de um a outro extremo do País. Consolidou-se no convívio e na solidariedade de tantos companheiros da classe política, à qual me orgulho de pertencer. Por toda parte, busquei inspiração e encontrei alento na escuta

9

das reivindicações do nosso povo, de quem só recolhi mensagens de estímulo, esperança, fé e confiança no Brasil.

Por tais motivos, a presente postulação já não é só minha. É também, e principalmente, dos que comigo participam do desejo de viver numa sociedade mais justa, livre, feliz e pluralista, numa Pátria maior e mais rica.

Por intermédio do nosso partido, apresento-me à Nação com humildade diante de Deus. Tenho o coração aberto diante de nossa gente. Pretendo alcançar a Presidência tocado da certeza de que o ato de governar há de ser entendido, antes de tudo, como exercício de amor e de vontade de servir. Porque assim o creio, passo a expor os pontos cardeais do programa de trabalho que apresentarei ao País, antes da data da convenção do nosso Partido.

Senhor Presidente da Comissão Executiva:

Entendo que o próximo presidente da República deverá assumir o poder com o nítido compromisso de promover a reforma das instituições e a transformação da sociedade brasileira, conforme os fundamentos do programa do nosso partido. Assim, pretendo que o PDS não se limite a ser o partido de apoio parlamentar do governo. O Partido Democrático Social tem de ser o próprio governo.

./2

Na área política, a principal preocupação do próximo presidente da República será levar a bom termo e consolidar a abertura política, na qual tanto se empenhou o presidente João Figueiredo. Considero essa tarefa minha responsabilidade cívica pessoal. A ela me dedicarei, com entusiasmo e ânimo firme. Para ela buscarei a colaboração direta e constante do poder legislativo. E convocarei, em nosso apoio, as mais destacadas expressões da inteligência brasileira. Juntos, faremos uma nova Constituição, capaz de dar eficácia, entre outros, aos seguintes pontos:

- a igualdade, a harmonia e a independência dos poderes do Estado, bem assim a competência e as prerrogativas do Congresso Nacional;

- a reforma do sistema judiciário, para tornar a justiça mais rápida e acessível a todos os brasileiros;

- o equilíbrio da Federação - inseparável entre nós da idéia de República - com a redistribuição de poderes, recursos, autoridade, encargos e obrigações, entre a União, os Estados e os Municípios;

- a criação de instrumentos eficazes para reduzir - e logo eliminar - as desigualdades entre as regiões e as pessoas; melhorar a distribuição da renda; estabelecer níveis salariais míni-

./3

mos, compatíveis com a aspiração de todo trabalhador de constituir e manter uma família;

- a garantia - de forma permanente e clara - dos direitos humanos, cívicos e políticos; assim como das liberdades essenciais de opinião e crítica, e, em consequência, de imprensa; de associação e reunião; de organização sindical; de ir e vir; o direito ao trabalho; e todos os demais direitos, franquias e liberdades, que caracterizam e dignificam o regime democrático;

- a segurança urbana, nos lares e nas ruas, a fim de garantir que as famílias vivam em paz - a salvo, ao mesmo tempo, dos abusos de poder do Estado, e dos ataques e investidas dos que se colocam à margem da lei ou dela se servem para acobertar crimes e fugir à sanção da justiça;

- o apoio, o estímulo e o clima de liberdade que o Estado deve criar, para o desenvolvimento da ciência, da pesquisa, da invenção e da tecnologia, e a expressão das artes, das letras, do esporte, e de todas as formas de criação intelectual e de manifestação da cultura e da inteligência brasileiras;

- a proteção atenta do patrimônio nacional - histórico, artístico, arqueológico - assim como o efetivo e necessário equilíbrio da ecologia e a conservação dos monumentos, da paisagem e

das belezas naturais, do ar, do solo e das águas, e sua utilização para o turismo, o lazer e o repouso dos que trabalham;

- a limitação do papel do Estado à administração dos serviços essenciais e dos meios e estímulos reclamados pelo povo, a fim de que este efetivamente assuma os encargos, exerça os deveres, e usufrua os diretos implícitos nos conceitos de liberdade política e abertura econômica;

- a consequente diminuição dos excessos de gigantismo, intervencionismo e dirigismo estatais, que, nas últimas décadas, não cessaram de crescer e agravar-se.

Senhor Presidente,

Senhores membros do Diretório Nacional e do Partido:

Vejo o meu País numa perspectiva de justificado otimismo. As dificuldades que atravessamos têm o sinal da transitoriedade. Permanente é o desejo dos brasileiros de ver nossa economia retomar os níveis de crescimento que sempre marcaram suas aspirações. Sustentando a bandeira do nosso partido, haveremos todos, unidos, de permitir à nossa gente realizar, pelo trabalho e pelo esforço próprio, seus sonhos, ideais e destinos. Não podemos continuar a assistir o espetáculo deprimente da condenação de nossa mocidade

ao desemprego ou ao subemprego - e, portanto, à marginalização do processo econômico e do tecido social.

Somos contemporâneos de uma juventude inspirada por fascinante vocação para as conquistas de nosso tempo. Pretendo convocá-la a participar da cruzada de trabalho incessante do meu governo. Criarei, para esse fim, instrumentos de ação pautados no enriquecimento do espírito, a serviço da paz e do progresso espiritual e material

A liberdade de iniciativa deve deixar de constituir apenas um princípio. Para nós, a livre-empresa tem de ser um fato social concreto, base da atividade econômica. Empresas privadas fortes e competitivas são, inclusive, condição indispensável à criação, todos os anos, do milhão e meio de empregos novos, necessários a acolher os jovens que se incorporam à força de trabalho.

O setor privado aspira libertar-se da tutela do Estado. Só lhe pede que seja bom árbitro. Não um competidor favorecido, quase sempre monopolista. O empresariado nacional já deu cabal demonstração de sua capacidade de adaptar-se às crises e com elas conviver. Soube reagir com imaginação e sadia audácia aos desafios dos mercados interno e externo. Correspondeu com eficiência aos estímulos do governo para substituir a importação de energia e de numerosos e sofisticados equipamentos e produtos.

O Brasil tem o direito, o desejo, os meios - e, portanto, o dever - de reassumir o exercício de sua vocação de prosperidade. Pois a grandeza de uma economia não se expressa apenas em seus números. Do ponto de vista humano, concretiza-se no bem-estar e na qualidade da vida que proporciona aos que dela participam.

Reanimar as atividades produtivas é a preliminar do desenvolvimento econômico. Hoje. Não em futuro distante ou incerto. Mais: com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos de que dispomos. Assim, entendo que o progresso do nordeste, do norte e do centro-oeste deve ser considerado, ao mesmo tempo, o grande desafio à vontade política nacional, e a expressão de nossa capacidade de sentir e realizar grandes feitos.

Os problemas que afligem o nordeste brasileiro são antigos e conhecidos. Tal como são conhecidas suas soluções. O que nos tem faltado, há décadas, é a decisão política de resolvê-los, destinando à região os recursos tecnológicos, científicos, institucionais e financeiros adequados.

Redimir a terra e incorporar plenamente o povo nordestino ao progresso nacional é o maior, o mais sério, o mais imperativo compromisso nacional. Pretendo resgatá-lo no periodo 1985/91. Essa a solene promessa, o juramento histórico, sagrado, que ora faço perante o Brasil. Sem abandonar as ações emergenciais necessá

rias, vamos resolver os problemas em suas causas, não em seus efeitos aparentes.

A Nação tem vivido sob o peso de uma inflação pertinaz. Depois de baixar significativamente, na década passada, voltou a subir a níveis perigosos. Neste momento, o combate necessário à inflação ameaça colocar-nos diante de uma recessão que, simplesmente, temos de erradicar.

Os estímulos à produção deverão orientar-se, primeiramente, pelo objetivo de garantir o abastecimento satisfatório e abundante de alimentos e produtos destinados ao bem-estar e ao consumo internos. Mas um país como o Brasil não pode desprezar as oportunidades oferecidas pelo comércio internacional.

Nesse terreno, o Brasil deverá participar mais intensamente dos foruns nos quais se realizam as negociações e discussões multilaterais. Nelas assumiremos nossa posição de direito, seja como produtores e exportadores, seja como consumidores e importadores.

Cabe a nós mesmos defender os preços da nossa exportação nos mercados mundiais. Diversificar ainda mais a pauta e os países para os quais exportamos. Aumentar a parcela de mão-de-obra nacional, de matérias-primas, componentes e insumos domésticos, agregados a cada produto ou serviço vendido. Enfim, fazer da ex-

portação um instrumento de ampliação das oportunidades de trabalho, de progresso econômico. e de realização individual.

A promoção do trabalho e do pleno emprego deverá corresponder uma política fiscal mais equânime, que pretendo alcançar por meio de uma reforma tributária ousada e inovadora. Transferindo a ênfase da arrecadação, dos impostos indiretos, para os diretos. Com alíquotas marcadamente diferenciadas para os produtos de consumo geral e os de luxo ou uso ostentatório. É, sobretudo, com mais justiça na taxação das rendas pessoais, aliviando-se a incidência de impostos sobre a remuneração do trabalho.

Quanto aos recursos estaduais e locais, os estados e municípios mais necessitados deverão ser beneficiados de vários modos: em sua competência tributária; nos impostos incidentes sobre suas importações e exportações; na distribuição dos impostos únicos; na participação nas receitas federais; na política de incentivos fiscais e de crédito.

Entendo que incumbe aos brasileiros gerenciar nosso desenvolvimento principalmente com recursos próprios. Empréstimos e financiamentos são limitados pela nossa capacidade de pagar. Por isso, têm papel apenas complementar.

O Estado deve melhorar a eficiência geral de seus serviços e empresas. A preocupação com a produtividade e o bom emprego dos recursos alocados deve ser constante. No Brasil, como no resto do mundo, comprovamos que, via de regra, o Estado não é eficiente como empresário. Assim, a política de desestatização deve ser revigorada e aprofundada. O Estado conservará a propriedade e o controle, apenas, das empresas de base e dos serviços essenciais de infra-estrutura, que lhe competem, nos termos da Constituição.

Nessas condições, a tarefa de governar o Brasil, no próximo período presidencial, compreende a abertura da economia. Empresas e empresários - grandes, médios e pequenos - devem sentir-se livres para competir dentro de modernas e civilizadas regras de mercado, e, assim, crescer e fortalecer-se.

País de nítida formação cristã, o Brasil está espiritual e culturamente ligado ao Ocidente. Desejamos conviver com todas as nações do mundo. Mas desejamos fazê-lo, no recíproco respeito à independência, à soberania, às crenças e aos valores, princípios e sistemas políticos e econômicos de cada uma.

Rejeitamos, por isso, qualquer forma de colonialismo, ou neocolonialismo, bem assim todo tipo de intervenção ou interferência de uma nação nos assuntos e negócios internos de outra.

Reconhecemos nas Nações Unidas, na Organização dos Estados Americanos, e nos demais organismos internaciaonais e regionais de que participamos, os foros adequados para a discussão, conciliação e solução pacífica dos diferendos entre estados soberanos.

Bem conhecemos, por tê-las vivido, e ainda vivê-las, as dificuldades com as quais se defrontam as nações irmãs latino-americanas, caribenhas, africanas, asiáticas, do Pacífico e do Oriente Próximo. Geograficamente situado no terceiro mundo, o Brasil é - por formação e por tradição - solidário com os países pobres. Os que mais sofrem e lutam por oferecer aos seus povos os benefícios da civilização e do progresso contemporâneos.

Por acreditar em tudo o que precede, e desejar sobre essa base assentar meu programa de governo, penso, considero e proclamo que a paz social é a prioridade nacional absoluta, e a justiça social o instrumento de sua conquista. Daí decorrem as grandes linhas do governo que pretendo chefiar, a partir de março de 1985:

1. A prioridade do bem-estar, a ser atingida através de políticas de educação, saúde pública e saneamento, alimentação, segurança social, moradia, emprego e salário.

A carência, a enfermidade, a subnutrição e a fome, insultam a

dignidade do homem, e sua condição de vértice da Criação. E são tanto mais ofensivas, em nosso caso, por acontecerem em terra fértil, propícia à abundância e à fartura.

O homem sem emprego - ou sem possibilidade de fazer o que sabe - é uma vítima da sociedade. Além de representar irrecuperável desperdício de vida, energia, e capacidade de contribuir para a harmonia do convívio humano. Minha promessa é trabalhar. E trabalhar para que todos tenham trabalho. Meu governo se compromete com políticas que tenham por fim assegurar emprego digno e remuneração compensadora a todo trabalhador. Conto, para implementar essas políticas, com o apoio e a cooperação vigilante e ativa das entidades sindicais de todos os níveis - tanto de empregados, como de empregadores. Nesse sentido, o governo criará estímulos para - sem prejuízo dos avanços técnicos e da atualização tecnológica - incentivar a formação, o treinamento e a utilização da mão-de-obra disponível no País.

As grandes endemias continuam a atingir milhões de compatriotas nossos. Consomem vidas sem conta. Debilitam no corpo e no espírito as energias e a vontade de trabalhar e produzir. Reduzem o convívio das famílias afetadas à mais triste sina. O dever de erradicar as endemias que assolam as populações pobres, principalmente as rurais, é indeclinável. A ele o Estado deve consagrar-se, em respeito, inclusive, à condição e à dignidade humana.

Meu governo se compromete a resolver os problemas fundamentais da educação, tais como: alfabetizar nossos milhões de analfabetos; dar escola às crianças que não estudam; formar, qualificar e habilitar os mestres; cooperar com os estados e municípios, para dar-lhes remuneração e condições satisfatórias para o exercício de seu trabalho apostolar.

A escola continuará a ser, também, no Brasil de hoje, o lugar onde as crianças devem receber o mínimo de alimentação, capaz de prevenir os males permanentes causados pelas deficiências alimentares na infância.

Programas como a merenda escolar, e outras formas de cuidado com as crianças carentes, são deveres irrenunciáveis da sociedade. Sua implementação é inadiável e constitui obrigação solidária do governo e das comunidades interessadas.

2. A prioridade do desenvolvimento equilibrado. Combaterei intransigentemente - em primeiro lugar, e com igual vigor - a inflação, a estagnação e a recessão. As políticas do novo governo serão dirigidas para resolver, de uma vez por todas, e em suas causas, os desequilíbrios, diferenças, injustiças e disparidades entre filhos e regiões da mesma Pátria.

Nesse quadro, a agropecuária é a primeira, a mais eficiente e

a mais rápida alternativa nacional para baixar preços, e assegurar o abastecimento interno de alimentos, energia e matérias-primas. A agroindústria, seu complemento natural, gera novos empregos e remuneração condigna, nos próprios locais de produção. Estimula as famílias a permanecer no meio a que se habituaram, e nele prosperar. E, assim, alivia a pressão dos que são forçados a viver em estado próximo da miséria, nas favelas, e na periferia das grandes cidades.

Por isso, vou apoiar decididamente os que produzem nas regiões tradicionais. Vou incentivar ao máximo os homens de coragem e determinação, que se lançam à abertura de novas fronteiras agrícolas. Vou prosseguir com a reforma agrária, para dar terras a quem as possa tornar produtivas com seu trabalho. E vou libertar os "bóias-frias" das humilhantes condições nas quais são obrigados a viver.

3. A prioridade da gestão, por meio da justiça fiscal, da eficiência da arrecadação, da produtividade do governo e suas empresas, e da austeridade nos gastos públicos, com eliminação das mordomias. Mas também, e não menos importante, da rigorosa observância das normas constitucionais e legais sobre a probidade e a boa gerência do orçamento, da arrecadação e da despesa pública.

O atual estágio de endividamento público apresenta gravíssi-

mos e perigosos problemas. Inclui-se, portanto, entre as primeiras incumbências do novo governo, renegociar nossa dívida externa, em termos de prazos, juros e carência. Banqueiros, governos amigos, instituições financeiras multilaterais, todos reconhecem que o Brasil precisa manter sua capacidade de crescer, até mesmo como pré-requisito para conservar sua capacidade de pagar, conforme nossa tradição de honrar os compromissos assumidos.

Pagaremos nossas dívidas - externa e interna - com o produto do nosso trabalho. Com o crescimento da nossa economia e, em consequência, de nossas exportações. Nunca, porém, com o agravamento dos sacrifícios dos pequenos e dos humildes.

A prioridade da gestão importa na defesa da moeda e na manutenção do poder de compra dos que vivem de remunerações, proventos e rendimentos fixos. Implica a manutenção das garantias de tempo de serviço. Impõe o resguardo das poupanças do público de quaisquer sobressaltos ou prejuízos à sua disponibilidade imediata e livre-movimentação. Requer proteção dos mutuários contra o reajuste ddas prestações da casa própria, acima de sua capacidade de pagar.

O Estado vigiará atentamente, para prevenir - ou, quando necessário, punir com exemplar energia - toda malversação, desvio, ou abuso da confiança do público, por parte de pessoas ou insti-

tuições, autorizadas a receber, guardar, intermediar, comprar, vender, ou aplicar valores, títulos ou papéis.

4. A prioridade da prosperidade. Estimular as atividades econômicas, como vou fazer, é o meio mais adequado à promoção do homem. O Estado paternalista e provedor universal não tem cabimento em nossa atualidade. Vamos valorizar, ao invés, o estudo, o trabalho, o mérito próprio, e o esforço pessoal.

5. A prioridade política, consubstanciada na institucionalização do Estado Social de Direito. Comprometo-me, perante o PDS e o Brasil, a tornar realidade a suprema aspiração e inspiração do nosso partido. Chegaremos a esse objetivo pelo caminho de uma nova Constituição: republicana em seus fundamentos; democrática em seu conteúdo.

Senhor Presidente do meu partido:

Chego a este ponto da minha carreira, trazido pela experiência de quem, por muitos anos, se dedicou às responsabilidades de uma vida empresarial digna e bem sucedida. Nesta, desejo colocar em destaque o exercício da presidência da sempre respeitada Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

Aqui compareço em função do mesmo espírito que me levou a aceitar as agruras e as satisfações da vida pública. Venho, depois de haver exercido, sucessivamente. os cargos de presidente da Caixa Econômica Federal; de prefeito da bela, grande, sempre querida cidade de São Paulo; de secretário de Estado dos Transportes; e de governador do Estado de São Paulo. Agora, também honradíssimo por ter sido o deputado federal que recebeu maior número de votos em toda a história parlamentar do Brasil.

Eis aqui, Senhor Presidente, o meu programa BRASIL ESPERANÇA. Esperança hoje, aqui, agora. Os brasileiros de nossa geração têm sido levados a esperar dias melhores, sempre mais adiante. Sempre fora do nosso alcance. O dia que passa parece reservar-nos, somente, novos sacrifícios. É verdade que temos progredido. E, honra seja feita aos presidentes da República dos últimos 20 anos, progredimos muito. Mas não o suficiente para compensar anos de retrocesso, décadas de estagnação, séculos de avanço lento, muitas vezes penoso. Por isso, reafirmo minha determinação de realizar nossas esperanças, hoje.

Sou homem religioso. Acredito na existência de um Pai supremo. Pai de bondade, que nos reservou tantas coisas belas e boas em nossa parcela do mundo. Temos de ser dignos do que recebemos. Os valores espirituais - como a fé, a esperança, o amor, a solidariedade e a gratidão - têm precedência sobre a procura e a pos-

se dos bens materiais. Incumbe a quem governa tratar uns e outros à luz da moral e da ética.

Essa a tarefa que me imponho. Em defesa da família brasileira. Em apoio das virtudes do nosso povo. Na certeza de que a melhor sustentação da soberania nacional é a nossa armadura interior. Assim, se um dia nossas Forças Armadas tiverem de exercer seu papel na defesa de nossa Pátria - ao lado dos equipamentos mais sofisticados - elas encontrarão sua fortaleza na realização destes ideais.

No longo percurso cuja primeira fase hoje concluo perante Vossa Excelência, procurei guardar fidelidade a mim mesmo, e aos nossos ideais comuns. Vi e ouvi nossos correligionários de norte a sul, e de leste a oeste - em todo o nosso vasto Brasil. Sinto e sei que posso corresponder às aspirações de progresso e bem estar do nosso povo. Como, igualmente, sinto e sei que posso conduzir o nosso partido à união. À vitória. À realização dos princípios e objetivos de ação política inscritos no manifesto e no programa do Partido Democrático Social.

Saio daqui para continuar a recolher sugestões dos companheiros do nosso partido e do povo. Assim, enriquecido pelas contribuições dos políticos, apresentarei à Nação, antes da nossa convenção, os projetos detalhados deste programa BRASIL ESPERANÇA.

Esperança hoje, aqui, agora - como disse antes.

Senhor Presidente, caros companheiros:

O Brasil real não é o que aparece através dos nossos problemas. O Brasil é sua imensa riqueza. Terra. Sol. Água. Solo e subsolo. Gente. Antes de tudo, porém, a nossa inabalável inclinação para o otimismo, a bondade, a grandeza.

Esse o Brasil no qual acredito. O Brasil do trabalho e da produção. Brasil de olhar sempre para a frente. Sem ódios. Sem rancores. Sem perseguições.

O meu Brasil se enxerga na alma coletiva e generosa do nosso povo. É o Brasil da fé. Brasil do otimismo confiante. Brasil-esperança. Esperança hoje, aqui, agora.

Esta é a hora e a vez do nosso partido, do nosso povo. Hora de ver realizadas as aspirações e concretizados os sonhos há muito acalentados. Esta é a hora do Partido Democrático Social. Hora do nosso programa. Hora dos nossos correligionários. Por isso, chamo este meu programa BRASIL ESPERANÇA. Hoje, aqui, agora!

Por todas essas razões, solicito a Vossa Excelência inscrever meu nome à convençao que elegerá o candidato partidário à presidência da República. Daquele ato cívico, o PDS haverá de sair engrandecido e pronto a assumir as responsabilidades que o Estado democrático reserva aos políticos e aos partidos. Juntos, vamos construir a Pátria com a qual sonhamos. Com a qual sonham os 120 milhões de nossos compatriotas.

Atenciosamente,

Paulo Maluf - Deputado Federal.

./20

EAP 1984.01.10
pds

.+
21415 Z RJVP
23721 L DFBR
22/1855
ZCZC XDF10552 22 1800
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
EXMO SR
SENADOR AMARAL PEIXOTO
R. VISCONDE DE ALBUQUERQUE,1125
LEBON/RJ

TLX/ESC/AC/CIRC. 019 DE 21FEV84.

AO FORMALIZAR DIRETORIO NACIONAL DIA 23PROPOSITO SUBMETER
MEU NOME AA CONVENCAO NACIONAL NOSSO PARTIDO COMO CANDIDATO
PRESIDENCIA DA REPUPLICA VG COM MUITA SATISFACAO DIRIJO '
FRATERNA SAUDACAO PREZADO COMPANHEIRO VG ESPERANDO MERECER
HONRA DE SUA CONSIDERACAO JUNTAMENTE DEMAIS POSTULANTES PT
DE IGUAL FORMA VG MUITO AGRADECERIA SUAS SUGESTOES PARA QUE
NOSSO PROGRAMA VG COM BASE NO DISCURSO BELO HORIZONTE VG
POSSA REFLETIR EFETIVAMENTE REALIDADE ET ANSEIOS NACIONAIS
VG COM FORTALECIMENTO ESTADOS ET MUNICIPIOS VG CONSOLIDACAO
PROCESSO DEMOCRATICO VG REALIZACAO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
ET SOCIAL PT ESPERANDO OPORTUNAMENTE CUMPRIMENTA-LO
PESSOALMENTE VG PERMANECENDO SUA DISPOSICAO ET RENOVANDO
EXPRESSOES MINHA AMIZADE ET CONFIANCA PT CORDIAL ABRACO
AURELIANO CHAVES DE MENDONCA PT

END: ED. BRASAL I 6' ANDAR SCS BRASILIA - DF FONE:2237788

NNNN+
21415 Z RJVP
23721 L DFBR

10

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT
TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

BRASILIA-DF., 25 DE FEVEREIRO DE 1984

PREZADO COMPANHEIRO,

AO REMETER-LHE O DOCUMENTO "PARTICIPACAO E COMPROMISSO", CONTENDO AS LINHAS BASICAS SOBRE AS QUAIS PRETENDO FUNDAMENTAR PROGRAMA DE GOVERNO A SER SUBMETIDO A MEU PARTIDO - E REFLETINDO IDEIAS E PRINCIPIOS SEDIMENTADOS DURANTE MINHA VIDA PUBLICA - EH MEU OBJETIVO QUE TAIS DIRETRIZES POSSAM SERVIR AO AMPLO DEBATE EM QUE AGORA SE EMPENHA A NACAO.

POR ISTO SOLICITO SUA ATENCAO PARA AS QUESTOES QUE TENHO O PRAZER DE SUBMETER-LHE. SUA PARTICIPACAO, ESTOU CERTO, MUITO CONTRIBUIRAH PARA ENRIQUECER ESSE DEBATE, EM BUSCA DE SOLUCOES PARA OS PROBLEMAS QUE O PAIS ENFRENTA.

AGRADECENDO SUA COOPERACAO, SUBSCREVO-ME,

ATENCIOSAMENTE,

MARCO MACIEL

EAP 1984.01.10
país

QUESTÕES PROPOSTAS A PARTIR DO DOCUMENTO

"PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO"

01. Concorda com o estabelecimento das eleições diretas para todos os níveis? De acordo com que critérios?

02. Que medidas concretas deveriam ser adotadas com vistas à melhor administração da justiça?

03. O Poder Legislativo deveria ter suas atribuições ampliadas? Caso afirmativo, indique o que se deveria fazer no que diz respeito a controle e fiscalização do Executivo, concepção e acompanhamento da execução da política econômica, elaboração de leis.

04. A que níveis se poderia dar, e como se promoveria, uma descentralização da atividade governamental?

05. Quais as responsabilidades que se atribuiriam às três esferas da administração pública (União, Estados e Municípios), ao se promover esta descentralização?

06. Indique medidas concretas capazes de conferir aos estados e municípios os meios necessários a assumir maiores responsabilidades.

07. Qual deveria ser o papel dos organismos regionais na formulação e execução de uma política nacional de desenvolvimento?

08. Como se poderia incrementar a participação comunitária na administração pública?

09. É função do poder público contribuir para o fortalecimento das instituições políticas, sindicais, culturais, religiosas e sociais em geral?

10. Quais seriam as medidas necessárias à efetiva proteção e valorização da família?

11. É a favor da atuação governamental na área do planejamento familiar? Por quê?

12. Indique quais são os principais problemas do País nos seguintes setores:
    a) saúde;
    b) alimentação e nutrição;
    c) educação;
    d) cultura;
    e) habitação;
    f) transporte coletivo;
    g) previdência social;
    h) segurança individual.

13. Aponte medidas capazes de solucionar os problemas indicados e outros que julgar importantes.

14. Que papel deve assumir o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil?

15. O que se pode fazer em apoio à livre iniciativa e à empresa privada, especialmente as pequenas e médias empresas?

16. Relacione medidas que seriam capazes de gerar empregos e tornar mais justa a distribuição da renda.

17. Como incluir, nos programas nacionais de desenvolvimento, critérios que levem em conta a diversidade pluri-regional do País e considerem, de modo especial, a realidade do Norte, Nordeste e Centro-Oeste?

18. Quais seriam as diretrizes básicas das políticas nacionais dos seguintes setores:
    a) desenvolvimento urbano;
    b) estrutura fundiária e expansão da fronteira agrícola;
    c) meio ambiente.

19. O que deveria o País empreender para atingir a auto-suficiência energética?

20. Cite medidas que deveriam ser adotadas com vistas à retomada do desenvolvimento nacional.

21. Qual seria a política de gastos públicos mais correta para impulsionar o desenvolvimento das atividades produtivas? Como se implementariam essas medidas?

22. Como se poderia controlar a dívida pública interna e coibir a especulação financeira?

23. A dívida externa brasileira deve ser renegociada? Caso afirmativo, em que termos?

24. Que medidas seriam necessárias para assegurar meios à defesa da soberania nacional?

25. Qual seria a política externa mais adequada aos interesses do País?

OBS.: Solicita-se o favor de devolver as considerações a respeito destas questões no prazo máximo de 30 dias. Responda para o seguinte endereço:

SCS – Edifício Serra Dourada, salas 112/14
Telex Nº 061-3755 – 70.300 – BRASÍLIA – DF

EAP 1984.01.10
pds

[fev 1984?]

TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA
CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

ECT

TELEGRAMA
RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

ECT

TELEGRAMA
RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

+
21415 X RJVP
21102 G RJTO
13/1925
ZCZC XRR090112 13 1907
RJANEIRO/RJ

935TXRJOC BR
612277ESTG BR

SENADOR AMARAL PEIXOTO
RUA VISCON. DE ALBUQUERQUE 1125 - LEBLON
RIO DE JANEIRO - RJ

GOSTARIA DE CONTAR COM A PRESENÇA DO PREZADO AMIGO AO JANTAR QUE OFERECEREI AOS ILUSTRES CORRELIGIONARIOS AAS 20:00 HS VG DO DIA 16.02.84 VG NA SOCIEDADE HIPICA BRASILEIRA VG RUA JARDIM BOTANICO PT

COM ABRAÇO DO

MARIO ANDREAZZK

NNNNN+
21415 X RJVP
21102 G RJTO

12

EAP 1984.01.10
pds

[fev 1984?]

CONVITE

Homenagem ao MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA

LIDERANÇAS DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDS-RJ), têm a honra de convidar V. Exa. para participar do almôço que será oferecido ao MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA, no próximo DIA 16 DE FEVEREIRO DE 1984, quinta-feira, às 12:30 horas, no IATE CLUBE BRASILEIRO, Estrada Fróes, 400, Icaraí, Niterói, pelos relevantes serviços prestados ao País e ao Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que deverão comparecer Ministros de Estado, Governadores, Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, Vereadores, Membros da Executiva e do Diretório Regional do PDS-RJ, Jornalistas e outras autoridades.

Traje: Passeio ou esporte fino **Pessoal e intransferível**

13

EAP 1984.01.10
pds

[de 14 mar a 10/11 ago de 1984]

Prezado Amaral Peixoto,

Tenho a satisfação de encaminhar ao amigo e correlegionário cópia de matérias inseridas na imprensa nacional sobre o nosso candidato Mário Andreazza.

Certo de que o seu apoio constitui a base sobre a qual repousa a nossa confiança na conquista da indicação partidária, com vistas à sucessão presidencial, receba o abraço do

Paulo Pimentel
Coordenador Político
da Campanha Pró-Andreazza

FGV
CPDOC

EAP pds 1984.01.10

Os documentos nº $14A_1$ a $14A_3$ do código EAP pds 1984.01.10 não serão digitalizados, todavia encontram-se disponíveis para consulta no CPDOC.

EAP 1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
(P D S)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - P.D.S.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 1984 (um mil novecentos e oitenta e quatro), às 10 (dez) horas, na Sede do Partido no Setor Comercial Sul, Edifício Sofia, 2º andar, nesta Capital, reuniu-se o Diretório Nacional do Partido Democrático Social - PDS, convocado para atender exigência contida no § 2º do art. 20 do Estatuto. O Senador José Sarney deu início à reunião, convidando a comporem a mesa, os líderes do Partido no Senado e na Câmara, Senador Aloysio Chaves e Deputado Nelson Marchezan; o Sr. Secretário-Geral, Deputado Homero Santos; o Primeiro Vice-Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen; o Primeiro Secretário, Deputado Armando Pinheiro e o Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados. Composta a Mesa, o Senador José Sarney expôs que a reunião, convocada de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos e na forma dos Estatutos do Partido, tinha como objetivos, a aprovação do orçamento financeiro de 1984, o balanço de 1983, o II Plano Bienal de Ação Partidária e a eleição do 3º Vice-Presidente do Partido, cargo vago pelo falecimento do saudoso companheiro Senador Nilo Coelho. Prosseguindo, o Senador José Sarney pediu que o Secretário-Geral procedesse a leitura do Edital de convocação. "A Comissão Executiva Nacional do PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS, tendo em vista o que determina o § 2º do art. 20 do Estatuto partidário, convoca o Diretório Nacio

nal para reunir-se no dia 28 de março de 1984, às 10 horas, na sede do Partido localizada no Setor Comercial Sul - SCS, Edifício Sofia, 2º andar, com a seguinte ordem do dia: a) apreciação e aprovação do orçamento de 1984; b) apreciação e aprovação do balanço financeiro de 1983; c) elaboração do Plano Bienal de Ação Partidária; d) eleição do 3º Vice-Presidente, em virtude de vaga na Comissão Executiva Nacional; e) outros assuntos. Brasília, 15 de março de 1984. Senador José Sarney, Presidente; Deputado Homero Santos, Secretário-Geral." Depois de lido o documento de convocação o Senador José Sarney pediu ao Primeiro Secretário, Deputado Armando Pinheiro, que fizesse a leitura do relatório da Tesouraria, apresentado pelo Tesoureiro, Deputado Augusto Franco, do processo de prestação de contas composto dos balanços Financeiro, Patrimonial e Orçamentário, relativos ao Fundo Partidário e demais recursos do exercício de 1983. Proferiu o parecer que foi pela aprovação das contas nos têrmos dos votos do Conselho Fiscal. Colocado o parecer em discussão e em seguida votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida relatou a proposta de orçamento do PDS para 1984, com a seguinte discriminação: Transferências Correntes:Cr$ 173.006.648,00 (cento e setenta e três milhões seis mil seiscentos e quarenta e oito cruzeiros). Receitas Diversas: Cr$ 216.491.286,00 (duzento e dezesseis milhões quatrocentos noventa e um mil duzentos e oitenta e seis cruzeiros) num total de Cr$ 389.497.934,00 (trezentos e oitenta e nove milhões quatrocentos noventa e sete mil novecentos e trinta e quatro cruzeiros) tendo o relator declarado que a proposta enquadrava-se nas exigências legais pelo que deveria ser aprovada. A matéria submetida a discussão não teve oradores inscritos. Encerrada a discussão foi posta em votação, a proposta de orçamento, aprovada por

unanimidade. Passou-se ao item 3 da pauta e para tal o Senador José Sarney pediu ao 1º Secretário que procedesse a leitura do Segundo Plano Bienal de Ação Partidária para conhecimento dos presentes e posterior discussão. O Deputado Adail Vettorazzo pediu vista da matéria e sua retirada da Ordem do Dia, para apreciação e discussão na próxima reunião do Diretório Nacional. O Presidente atendeu ao pedido de adiamento, sustando a discussão da matéria. O Senador Carlos Chiarelli usou da palavra, teceu elogios ao Ex-Governador Amaral de Souza e apresentou o seu nome à vaga de 3º Vice-Presidente do Diretório Nacional. A seguir o Sr. Amaral de Souza homenageou, postumamente, o Senador Nilo Coelho e agradeceu a solidariedade não somente dos companheiros de Partido do Rio Grande do Sul, mas de todo o PDS. Afirmou o seu empenho à fidelidade, como prática permanente na sua vida pública, mas deixou claro que não pleiteava vaga no Diretório Nacional e que reconhecia ser o Estado de Pernambuco o primeiro a ter esse direito. Disse que o momento brasileiro é de renúncia e de solidariedade e exortou a todos os companheiros a fortalecerem o PDS a fim de que se cumpra a elevada missão de partido verdadeiramente político. Com a palavra o Deputado Pedro Corrêa, Membro do Diretório, corroborou o que foi dito sobre o Senador Nilo Coelho e propôs o nome do Deputado Antônio Farias, o mais votado do PDS nas últimas eleições em Pernambuco. O Senador José Sarney, de acordo com a lei, consultou o Diretório sobre a eleição aberta o que foi aceito, sendo eleito e empossado o 3º Vice-Presidente da Comissão Executiva Nacional do Partido, o Deputado Antônio Farias. Usando da palavra o Deputado Antônio Farias declarou-se muito honrado com a escolha. Agradeceu o gesto do Rio Grande do Sul, através das palavras do Ex-Governador Amaral de Souza. Assumiu o compromisso de

lutar pelo fortalecimento do Partido, das instituições democráticas, honrando a memória do Senador Nilo Coelho. Dando prosseguimento, o Deputado Humberto Souto, com a palavra, exaltou o trabalho do Senador José Sarney, como homem público e Presidente do Partido bem como o Líder Nelson Marchezan, ambos, homens de alta linhagem política em busca de melhores dias para o nosso País, ao que agradeceu o Senador José Sarney. O Deputado Nilson Gibson falou sobre a apreciação da proposta da Emenda Constitucional nº 5 de 1983 que altera a redação do artigo 74 da Constituição. Afirmou ao Presidente que o PDS não é contrário às eleições diretas, apenas há divergências quanto ao calendário da votação para Presidente da República. O Sr. Deputado Oscar Alves manifestou-se, requerendo da Presidência e da Executiva do Diretório Nacional o cumprimento de uma decisão da última reunião do Diretório em constituir uma comissão interpartidária na busca do entendimento político para tomada de medidas complementares nos campos econômico, social e político para a consolidação da democracia. Falou da superficialidade das insistentes discussões sobre eleição direta e indireta para Presidente da República. "Referida questão está em segundo plano, pois o que o povo deseja é solução para os variados problemas que o angustiam como fome e desemprego, além de outros tantos". São aspectos de extrema relevância que estão sendo esquecidos. No binômio eleição direta e indireta não está a solução dos nossos problemas. É necessário trocar a teoria e o manifesto partidário pela ação, que o Governo seja o reflexo autêntico das propostas do nosso Partido, o melhor programa para a nação brasileira. Ressaltou, no entanto, o altruísmo, o entendimento e a compreensão na busca da unidade nacional de todos os membros da Executiva do Diretório. Falou a Srª Ana Maria Mendonça, Secretária-

Geral do Movimento da Mulher Democrática Social - Departamento Feminino do PDS,para louvar o ato do Presidente Figueiredo ao assinar o Decreto que adota a Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. O Senador Benedito Ferreira exaltou o Sr. Presidente da República em escolher o Sr. Nestor Jost para integrar sua equipe governamental e leu os termos da moção que lhe foi enviada com oitenta assinaturas de Membros do Diretório Nacional, Congressistas e companheiros. O Senador José Sarney manifestou-se solidário à moção, submetendo-a a votos, sendo aprovada por aclamação. Foi, em seguida, aprovado os Membros do Conselho Consultivo Nacional que ficou assim constituído: de um representante de cada Diretório Regional, de acordo com o art. 31 do Estatuto: ACRE: Deputado Estadual Adauto Brito da Frota; ALAGOAS: Dr. Theobaldo Vasconcelos Barbosa;AMAPÁ: Deputado Clark Platon; AMAZONAS: Senador Raimundo Parente; BAHIA: Deputado Eraldo Tinoco; CEARÁ: Deputado Flávio Marcílio; ESPÍRITO SANTO: Dr. Eurico Vieira de Resende; GOIÁS: Senador Benedito Ferreira; MARANHÃO: Deputado Jayme Santana; MATO GROSSO: Dr.José Monteiro de Figueiredo; MATO GROSSO DO SUL: Dr. José Elias Moreira; MINAS GERAIS: Deputado Christóvam Chiaradia; PARÁ: Deputado Manoel Ribeiro; PARAÍBA: Deputado Ernani Sátyro; PARANÁ: Dr. Paulo Cruz Pimentel; PERNAMBUCO: Senador Aderbal Jurema; PIAUÍ: Deputado Estadual Sebastião da Rocha Leal; RIO DE JANEIRO:Dr. Wellington Moreira Franco; RIO GRANDE DO NORTE: Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia; RIO GRANDE DO SUL: Deputado Victor Faccioni; RONDÔNIA: Dr. Dezival Ribeiro dos Reis; RORAIMA: Dr. Getúlio de Souza Cruz; SANTA CATARINA: Dr. Henrique Helion Velho de Córdova; SÃO PAULO: Deputado Cunha Bueno e SERGIPE: Senador Albano do Prado Pimentel Franco. Foi aprovado também, de acordo com o Art. 103, do

Estatuto, a criação das Coordenadorias Regionais, Política e Relações Externas; e a criação dos Departamentos de Relações Externas, Relações Comunitárias, Relações Partidárias e Relações com o Governo, tendo sido delegada ao Presidente da Comissão Executiva e do Diretório Nacional a sua composição. Foram aceitos os seguintes pedidos de filiação partidária ao Partido: 1) Maria Lúcia Moreira de Luca; 2) Benedito Tarcízio Correia e 3) Sônia Paiva. O Senador José Sarney agradeceu a presença de todos em nome da Comissão Executiva Nacional e foi encerrada a reunião, mandando lavrar a presente Ata que vai assinada por mim, Deputado Homero Santos, que a secretariei, pelo Presidente, Senador José Sarney, e por mais quem assim o desejar. Brasília, 28 de março de 1984.

EAP 1984.01.10
pds

[17/04 a 28/06/84]

1023.1611
✠
612402PDSB BR
512960PDSR BR
TLX.654/85

Arquivo

EXMO.SR.
SENADOR AMARAL PEIXOTO
DD.PRESIDENTE NACIONAL PDS
DIRETORIO NACIONAL PDS
BRASILIA-DF

SR.PRESIDENTE:

COMO EH CONHECIMENTO EMINENTE PRESIDENTE,APRESENTEI EMENDA SUBSTITUTIVA AA PROPOSTA EMENDA EXECUTIVA CONVOCANDO ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE.
MINHA EMENDA,FUNDADA VONTADE MAIORIA POVO BRASILEIRO E MAIS REPRESENTATIVAS ENTIDADES NACIONAIS,COMO A O.A.B.,CONVOCA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE,LIVRE,SOBERANA E EXCLUSIVA.
ENTRETANTO,DIANTE DISPOSIÇAO PDS APOIAR PROPOSTA GOVERNO,ENTENDO NOSSO PARTIDO DEVERIA ENVIDAR TODOS ESFORÇOS SENTIDO MELHORAR EMENDA EXECUTIVA E NEGOCIAR APROVAÇAO REFORMA TRIBUTARIA COMO CONSEGUIR MELHOR DISTRIBUIÇAO RENDAS ESTADOS E MUNICIPIOS,CUJA SITUAÇAO DE PENURIA EH DO CONHECIMENTO DE VOSSA EXCELENCIA E DO NOSSO PARTIDO.
ESTA SUGESTAO NAO SOH TEM BASE NA SUA JUSTEZA,COMO EVITARAH MANOBRA PROTELATORIA DO GOVERNO,QUE AO QUE CONSTA PRETENDE INSERIR REFORMA TRIBUTARIA NO PACOTE DE AUMENTO DE IMPOSTOS,CRIANDO UM SERIO E GRAVE CONSTRANGIMENTO,PARA TODOS NOS.

CORDIAIS SAUDAÇOES.

DEPUTADO FEDERAL NELSON MARCHEZAN
PRESIDENTE DIRETORIO REGIONAL PDS/RS.

✠
612402PDSB BR
512960PDSR BR

16

EAP 1984.01.10
pds

DIRETAS-JÁ!

24/04/84

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Deputado Flávio Marcílio.

Senhores Deputados.

Na tribuna do Congresso Nacional, na Democracia há o privilégio do parlamentar falar aos representantes do povo e à Nação, pelos meios de comunicação.

Esta tribuna foi profanada e mutilada pelas medidas de emergência, que entre outras truculências proibe o povo de ver e ouvir pela televisão e pelo rádio o que fazem, desfazem ou não fazem seus representantes sobre matéria vinculada à sua ruína ou salvação.

Com os líderes e companheiros da oposição e da sociedade civil, participei da Democracia direta, exercitada pelo povo em vinte mil comícios realizados nos quatro mil municípios do País, mobilizando cinqüenta milhões de brasileiros. Mais do que ouvir, a Nação se fez ouvir.

O Governo e a minoria do PDS que ainda o suporta não organizaram uma concentração sequer, furtaram-se ao contencioso democrático, desaforaram a causa popular do tribunal da opinião pública para a desqualificação, inaceitável na espécie, de uma Convenção partidária e um Colégio Eleitoral infestados de parentes, apaniguados e interceptadores da voz original das urnas.

O povo forjou a palavra "já" como sua arma cívica, análoga ao legendário "Não" de João Neves da Fontoura, na Aliança Liberal de 1930, para demolir o muro entre a Nação e o Estado; entre o Brasil das mordomias e o Brasil da fome; entre a corrupção extensa, intensa e impune e a moralidade como fundamento da República; entre a impostura do Colégio Eleitoral e a autenticidade das "Diretas já", contra medidas ditas de emergência,

porque realmente emergem da vontade imperial de César, podendo irresponsavelmente invadir lares na busca de pessoas ou apreensão de coisas, impressos, documentos e cartas, dissolver reuniões pacíficas, truculentamente impedir que os brasileiros venham ao Congresso Nacional e que o Congresso Nacional vá aos brasileiros pelos meios de comunicação.

Medidas de emergência, não as da força, mas as populares, são as oferecidas à Nação pelo PMDB, que pela urgência não aguentam esperar pela posse do Presidente eleito em 1984 pelo voto direto, consistentes, entre outras, ainda que em caráter incidental, do seguro-desemprego, das frentes de trabalho, do bonus alimentar, financiados com parte do superavit da arrecadação fiscal.

Pela 16ª vez caminhei pelo Brasil entre multidões, mais uma vez vi a pavorosa geografia da fome, do medo e da revolta, das afrontosas desigualdades sociais.

As praças e ruas do Brasil se encheram de colossais e sonoras assembléias de protesto e repúdio ao Governo.

Vi milhões de homens e mulheres desempregados e subempregados pela insânia da recessão, reclamando o direito de ajudarem a construir a prosperidade da Nação.

Vi os trabalhadores, rejeitando o confisco da lei salarial desumana, que os obriga a pagar, com a deterioração de seus ganhos, os custos de uma pretensa política de combate à inflação.

Vi, também, a força da mulher brasileira, cidadã, trabalhadora e dona de casa, reivindicando igualdade, educação pública, moradia decente e custo de vida suportável. Vi brasileiros das regiões mais pobres, sobretudo os nordestinos, exigindo o fim do escândalo de hegemonias estaduais, pela regionalização inaceitável e concentradora do desenvolvimento.

Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil deles universitários, clamando por novos empregos e acesso à educação, numa economia roída pelo câncer de cinco milhões de desempregados, doze milhões de subempregados, quarenta milhões de seres em miséria absoluta, até 60% de máquinas desocupadas, inviabilizando o estratégio setor de bens de capital e penalizando o capital de risco com a falência e a concordata, enquanto premia o capital especulativo no cassino da jogatina com as ORTNs, o "over-night" e o "open-market".

Vi os artistas, as Igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores, deixarem o palco, as novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras pelos palanques do povo.

Vi minorias determinadas em romper as algemas da discriminação, negros forçando as portas da igualdade de oportunidade, índios, os donos originais da terra hoje sem terra, reconhecidos e delirantemente aplaudidos na figura autóctone e reivindicatória de Juruna.

Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil; vi a história brotar nas ruas e na garganta do povo; vi pela onipotência de voto direto a ressureição da participação política e das pressões legítimas pelos preteridos e injustiçados;

Vi o maior movimento de homens, mulheres, jovens e instituições dos quase quinhentos anos de nossa existência; vi legiões de democratas armarem suas tendas de luta, não em torno de líderes carismáticos ou legendas partidárias, mas para a conquista de governos que lhes sejam o irmão aliado e não o carrasco.

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a Democracia; vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados convencerem-se de que não há direitos nem bem estar sem cidadania e se conscientizarem de que a má política os destrói e só uma boa política pode salvá-los.

Acautelem-se os detentores do poder. As massas injustiçadas podem decidir - empurradas pelo desespero - ser mais conseqüente e glorioso, entre morrer de fome, doença desassistida, assaltando ou assaltado, lutar e até morrer por governos de que tenham o controle pela origem, pelos benefícios e pela temporariedade.

É o povo, não a horda. Brada pela vida, não por vingança. Marcha sem ódio, mas também sem medo, para o convívio do amor e da paz. Desalojado da política pela força, condenado à abstinência da liberdade e da justiça social, o sofrimento ensinou o povo a distinguir a Democracia, com a inevitável precariedade de homens que elegem homens para governar homens, corrigível pela periodicidade de mandatos, da magia dos demagogos, que prometem transformar fatos em prodígios, ou da jactância providencialista dos golpes armados, que acenam com milagres, que na realidade se tornam calamidades para flagelo do povo.

Enfim, o povo sabe que "diretas já" não são solução para tudo, mas que sem elas não há solução para nada.

Um governo com povo pode errar e ser pacificamente destituído pelo "impeachment" ou substituído pelas urnas, enquanto um governo sem povo erra corrompendo, corrompido, pela incompetência, mas é indefinidamente mantido pela força, ainda que com feições supostamente civis, como o Colégio Eleitoral.

"Diretas-já" são precursoras da Constituinte em 1986. As Forças Armadas, às quais rendo pelo PMDB homenagem de respeito e admiração, juram defender a Constituição e uma Constituição digna deste nome há de ser escrita pelo povo para sua defesa. Falo majoritariamente pela Nação autorizado pela quase unanimidade da população brasileira, pelos mais numerosos e mais concorridos comícios da história pátria, por centenas de instituições civis e religiosas alistadas no voluntariado da libertação do País, tenho a serena convicção de que falo pelos partidos políticos, todos eles, inclusive a maioria do eleitorado, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Vereadores e de ponderável número de deputados e senadores do PDS.

Formulo agora o apelo da tradição republicana do Brasil aos Senadores e Deputados do PDS para que, como representantes legítimos do povo, ouçam a voz e as reivindicações do povo, aprovando a Emenda Dante de Oliveira.

A mensagem republicana é a das "Diretas já", aprovada de fato pela soberania popular, reunida e exercitada nas milhares de ruas e praças do Brasil.

O Governo quer rejeitá-la com o inadmissível instituto do veto, sendo apenas o detentor de minoria intransigente, que impatrioticamente se obstina em prevalecer sobre a maioria de votos, controlados pela oposição.

A intolerância oficial e minoritária não admite que a Constituição seja emendada, ainda que por maioria absoluta, quando na Constituinte soberana, que a vontade política do povo convocará para 1986, a Constituição pode ser aprovada por maioria simples.

A Nação me autoriza a anunciar que quer o diálogo.

O diálogo público, perante a imprensa, o rádio e a televisão, testemunhado e fiscalizado pelo acesso livre às galerias e dependências do Congresso Nacional.

Portanto o diálogo sem a mordaça da censura, sem o General Newton Cruz tirar abusivamente os interlocutores dos ônibus e automóveis das cercanias de Brasília, ameaçados por baionetas, metralhadoras, camburões, cães amestrados e pregos nas estradas. Afinal Brasília é a Capital política do País, deve primar e assegurar o direito esencial de ir e vir, não é as Malvinas para os arreganhos da força, que acabam em desastre e vergonha.

O Coronel Kurt Pessek tentou dialogar sobre a prisão de jornalistas e jejuadores pró-diretas.

Bateram-lhe o telefone na cara e o General Newton Cruz foi jogar peteca, enquanto brasileiros jaziam trancafiados

incomunicáveis em enxovias com endereço desconhecido. Forjaram a incomunicabilidade perfeita: os detidos não podem comunicar-se para se defender e seus carcereiros sequer comunicam a seus familiares e advogados onde estão depositadas suas vítimas.

A oposição se solidariza, com fervor e emoção, aos deputados estaduais, prefeitos, vereadores, coordenados pelo prestigioso Vice-Governador de São Paulo, Orestes Quércia, mulheres, trabalhadores, estudantes, profissionais liberais e empresários, brasileiros de todas categorias sociais, que vieram a Brasília como cidadãos e são maltratados como indesejáveis.

Sr. Presidente do Câmara dos Deputados:

Como é duro, perigoso e humilhante ser brasileiro num Brasil coagido por medidas coercitivas atrabiliárias e do qual a cidadania foi banida!

O PMDB, por decisão unânime da Comissão Executiva do Diretório Nacional, decidiu pedir segurança, que também deve amparar o Poder Legislativo, ao Supremo Tribunal Federal. A injustiça contra um é ameaça contra todos. O orador brasileiro é o nome cívico de Ruy Barboza; cantor da liberdade, o de Castro Alves; Menestrel das Alagoas, o do imortal Teotônio Vilela; o advogado brasileiro, o de Sobral Pinto, patrono da Nação nesta causa perante a suprema instância judiciária. A seu pedido, com ele colaboraram o saber e a bravura dos companheiros Raphael de Almeida Magalhães e do Deputado Federal, Professor Flávio Bierrenbach.

Reforço extraordinário trará às razões que provam a inocorrência de graves perturbações da ordem ou calamidade justificadoras da suspensão de garantias, as corajosas e democráticas palavras proferidas pelo General Euclides de Figueiredo, deputado federal por São Paulo, na Sessão de 29 de outubro de 1946, a propósito da situação e episódios semelhantes aos que ora nos afligem:

"Rejeito, pois, os extremos: tanto o de se considerar agravo à Assembléia tudo quanto se passa, individualmente, com cada qual de nós e um grupo qualquer de populares, como o de se deixar passar sem julgamento e repulsa os impropérios e insultos que venham diretamente à coletividade, com a responsabilidade de pessoas cuja qualificação as obriga às maiores provas de respeito às instituições nacionais. E, pessoalmente, preferiria renunciar a todas as prerrogativas do meu elevado e honroso mandato de deputado pelo Distrito Federal, a vê-las dependentes das garantias da força bruta, que, um dia, servirá para mantê-las, mas poderá também ser empregada para suprimí-las"

"A realização de eleições populares no Brasil e a possibilidade de realizá-las no futuro, tantas vezes quantas forem necessárias à sagração da vontade popular, de poder o cidadão escolher pelo voto os seus dirigentes e os seus legisladores e de imprimir ao destino da Nação o seu pensamento, talvez tudo isto constituir-se sonho e "falsos profetas e demagogos vulgares", sonho de que nós, representantes do povo, somos aqui, graças ao 29 de Outubro, a mais sadia realidade."

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Chegamos da Candelária, a Catedral da participação popular na cidadania, chegamos do Anhangabaú, o Vale do Povo, chegamos como maioria da Nação para dialogar.

Não chegamos como proprietários da verdade, mas com a humildade de quem a busca, esteja ela onde estiver. Quem se dispõe a dialogar há de ter propostas, que aceitas são compromissos.

Eis os compromissos básicos do PMDB, expostos circunstanciadamente em seu Programa, no documento "Esperança e Mudança" e em meu discurso "Travessia":

1 - Assembléia Nacional Constituinte em 1986.

2 - Retomada imediata do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e soberania nacional, que requer o imediato rompimento dos acordos com o FMI.

3 - Moratória da dívida externa, por um período não inferior a cinco anos e o estabelecimento de taxas de juros e prazos compatíveis com nossa capacidade de pagamento.

4 - Reforma financeira profunda, para eliminar as distorções do sistema de financiamento público e privado, matrizes da especulação, da inflação e dos juros extorsivos. Estas reformas devem começar pela reestruturação da dívida pública que não deve mais esterilizar recursos fiscais, pela desdolarização, pela revisão do instituto da correção monetária, pelo saneamento financeiro das empresas públicas.

5 - A reforma fiscal deverá eliminar a regressividade do sistema tributário, prover recursos não inflacionários para a recuperação da economia e articular uma administração racional de incentivos e subsídios. O remanejamento fiscal deverá comtemplar uma redistribuição efetiva dos recursos a favor dos Estados e Municípios. Restauração, enfim, da Federação.

6 - O reaparelhamento fiscal deverá ter como objetivo o aumento dos gastos sociais em Educação, Saúde e Saneamento, Transportes Coletivos de Massa e Habitação Popular. O programa de gastos sociais terá caráter emergencial diante da gravidade da situação, promovendo a criação de empregos e a distribuição de alimentos. O Programa de Emergência será financiado com o excesso da arrecadação fiscal, hoje esterilizado na administração da dívida pública.

7 - Política salarial justa, pois o trabalhador não pode pagar por uma crise pela qual não é responsável.

8 - Política Agrícola planejada e Reforma Agrária, regionalmente diferenciada, que garantam o crescimento da produção de alimentos, a formação de estoques reguladores e renda condigna e ocupação produtiva para o homem da terra. Reforma agrária não meramente cartorária e com estocagem especulativa de terras.

9 - Política industrial que impeça a desarticulação do parque produtivo pela recessão e incentive a capacidade nacional de inovar nas áreas estratégicas do desenvolvimento tecnológico contemporâneo, como a informática, a micro-eletrônica e a bio-engenharia.

10 - Eliminação das desigualdades regionais através de um Programa de Salvação do Nordeste e da Amazônia, com suficientes verbas públicas para gerar renda e emprego permanente, conjugados com a reestruturação da forma da posse e uso da terra.

Estes compromissos básicos, para que não se contaminem pelo caráter outorgativo dos tutores do povo, o PMDB, como pré requisito, exige que sejam submetidos à crítica e ao julgamento da soberania popular, insubstituível para aceitá-los, hierarquizá-los em prioridades ou rejeitá-los. Só assim, em seu nome e por sua delegação expressa serão executados por Presidente da República, eleito pelo voto universal, inclusive dos analfabetos, secreto e direto. Todo esse universo está abrangido no grito popular de guerra e de esperança: "Diretas já".

O País é o território, a Nação é a história e a civilização, o Povo é a Pátria.

Não há Pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade.

A Pátria é o Povo e o Povo vencerá.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1984

Deputado ULYSSES GUIMARÃES

EAP1984.01.10
pds

CÂMARA DOS DEPUTADOS

abril 1984

MANIFESTO À NAÇÃO

Os Deputados Federais e os Senadores pelo Partido Democrático Social que este subscrevem, eleitores na Convenção Nacional que irá indicar o seu candidato à Presidência da República, identificados pelos mesmos pensamentos e idéias, e CONSIDERANDO:

a) que o Presidente João Figueiredo, ao devolver a Delegação de Poderes que lhe foi outorgada pelo PDS, para coordenar a indicação de um candidato de consenso à Presidência da República, liberou os Deputados Federais e os Senadores do seu Partido, abrindo ao Congresso Nacional a oportunidade de eleger o candidato que melhor lhe aprouver, gesto que, pela sua grandeza, ante a rotina dos últimos vinte anos, ainda não chegou à consciência dos candidatos ora em campanha;

b) que os candidatos que se apresentaram até o momento precisam ajustar-se à nova realidade política e evitar os choques de mentalidade, que só contribuem para tumultuar o processo eleitoral e enfraquecer o poder do Congresso Nacional, inclusive com manifestações favoráveis às eleições diretas imediatas e à redução do mandato presidencial, posto que o Colégio que irá eleger o futuro Presidente da República não se compõe de ingênuos, e, sim, de homens altamente qualificados, esclarecidos e independentes, para os quais tal comportamento constitui um dos pontos mais negativos da campanha;

c) que os Deputados Federais e os Senadores são responsáveis pela eleição do futuro Presidente, e que não estão dispostos a ceder a ameaças nem a votar por dinheiro, cargos, promessas, preferência pessoal ou gra

tidão desmedida, pois entendem que a decisão exige profunda e seriíssima análise e reflexão, uma vez que estão em jogo os destinos do regime, do povo e do País;

d) que um único voto na Convenção Partidária e no Colégio Eleitoral representa a vontade, a aspiração, o direito e a sorte de dezenas de milhares de eleitores de cada Deputado ou Senador, aos quais delegaram poderes a 15 de novembro de 1982 para, em nome deles, votar no candidato à Presidência da República que melhor se ajuste aos interesses nacionais;

e) que os Deputados Federais e os Senadores estão absolutamente conscientes de que ninguém os impedirá de elegerem o candidato de sua escolha, até porque se trata de uma oportunidade rara e única na História Republicana do Brasil, em que o Congresso Nacional poderá eleger, sem pressões, o Chefe do Governo, impondo-lhe por direito um protocolo rígido que valorize ao máximo a classe política;

f) que os Deputados Federais e os Senadores não permitirão que os trânsfugas do regime, que nunca praticaram a Democracia, mudem as regras do jogo contra o Congresso Nacional, pois estamos vivendo de fato, mesmo de forma indireta, um regime parlamentarista tão forte que o Congresso é que elege o próprio Presidente da República, e, não podendo destituí-lo depois, por incompetência, violação das leis e da Constituição, como ocorre nos regimes de Gabinete, a ele cabe escolher com toda cautela o candidato e assumir a maior parcela de responsabilidade no Governo;

g) que o fechamento da questão no Partido em favor de um candidato apoiado pelos parlamentares federais não constitui problema, porque são estes maioria no Diretório Nacional;

h) que o comportamento de alguns candidatos e de Governadores do PDS (contra seu próprio Partido), o estímulo que elementos da Oposição estão dando à infidelidade partidária, o movimento subversivo detectado para dividir o Congresso e dele retirar o poder de decisão, contribuem para que os Deputados e os Senadores do PDS tomem uma posição em defesa do regime, que garanta, sem tropeços, as eleições presidenciais de 1985, com a escolha livre e soberana do Presidente da República pelo Colégio Eleitoral;

i) que as graves responsabilidades dos Deputados e Senadores para com os Estados e respectivas populações que representam no Congresso Nacional, na Convenção Partidária e no Colégio Eleitoral, exigem sérios compromissos com a composição do futuro Governo, por parte do candidato a Presidente que irão eleger,

RESOLVEM

marchar unidos na Convenção do Partido a realizar- se em setembro do corrente ano, e no Colégio Eleitoral, votando todos em um único candidato a Presidente da República, cujo programa de Governo atenda a angústia do Povo e do País.

O candidato deverá comprometer-se:

I - a fazer um Governo conservador no que tange à democracia, aos direitos, às liberdades, aos costumes, à família e à sociedade. E progressista, no que se relacione ao trabalho, à produção, à economia, à assistência social, à educação e à saúde;

II - a respeitar por inteiro os atos do Presidente João Figueiredo, adaptando-os, no que couber, ao novo Programa de Governo;

III - a respeitar a Missão Histórica das Forças Armadas, cujo patriotismo aflora para evitar o caos e a deterioração da sociedade brasileira;

IV - a adotar o Programa de Governo elaborado pelos parlamentares federais;

V - a escolher o Ministério civil entre os parlamentares que o apoiarem;

VI - a destinar a cada Ministro a tarefa de sua competência dentro do Programa governamental;

VII - a substituir o Ministro que não se ajustando ao Programa, deixe de cumprir corretamente a tarefa que lhe couber;

VIII - a estimular, por todas as formas e meios, a iniciativa privada, especialmente a produção industrial e agrária.

IX - a extinguir, gradativamente, a correção monetária, sem prejuízo para os depositantes bancários nas diversas formas de investimentos;

X - a sustentar a união, a integridade e a independência da Pátria.

Sessenta dias antes da Convenção haverá uma reunião dos Deputados e Senadores para apreciação dos compromissos dos candidatos e escolha do que irá receber seu apoio.

Esta é a grande oportunidade que surge ao Congresso Nacional para levantar-se e afirmar-se definitivamen

te, impondo um programa de Governo com a participação de todos, que permita a Nação caminhar livremente na estrada do futuro e realizar o ideal de emancipação política, econômica e social tão sonhado, desejado e perseguido, por mais de um século, pelos legítimos representantes do povo brasileiro.

Eleger o Presidente da República é a maior prerrogativa do Congresso Nacional, que controla, pela sua grande maioria, o Colégio Eleitoral, cabendo-nos, por isso mesmo, defendê-la a todo custo, não apenas por se tratar de um direito adquirido, mas, sobretudo, por ser a maior conquista do Poder Legislativo no Brasil em todos os tempos.

Brasília, de abril de 1984

EAP 1984.01.10
pds

STT LBN539/RJ
22 1022 035
ZCZC XRR00973 22 1019 STT/RJ(138)
RIODEJANEIRO/RJ

22/05/84

TELEGRAMA
SENADOR AMARAL PEIXOTO
NO. 2' VICE-PRESIDENTE DA EXECUTIVA
NACIONAL DO PDS
RUA VISCONDE DE ALBUQUERQUE, 1125
LEBLON
RIODEJANEIRO/RJ(22461)

MINTER - BSB 1671 22/05 08:00
GM/4165 DE 22.05.84 - TENHO A SATISFACAO CONVIDAR O EMINENTE AMIGO PARA PARTICIPAR SOLENIDADE A SE REALIZAR NO AUDITORIO DO BNH, NO RIO DE JANEIRO, DIA 24, AAS 10:00 HORAS, OPORTUNIDADE EM QUE SERAO ASSINADOS ATOS DE INTERESSE DOS MORADORES DO PROJETO RIO ET LOGO APOS, SAIDA EM ONIBUS PARA A FAVELA MARCILIO DIAS, ONDE SERAO ASSINADO ATOS DE INTERESSE DAQUELA COMUNIDADE. NA OPORTUNIDADE TEREI PRAZER ABRACAR ILUSTRE CORRELIGIONARIO.

MARIO DAVID ANDREAZZA
MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR

COL 2' 1125 22461 1671 22/05 08:00 GM/4165 22.05.84 24, 10:00

NNNN

STT LBN539/RJ

19

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT
TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

STT LBN539/RJ
25 1350 105
ZCZC XRR03283 25 1345 STT/RJ(138)
RIODEJANEIRO/RJ

EAP 1984.01.10
pds

TELEGRAMA

25/05/84

SR SENADOR AMARAL PEIXOTO
MD. 2. VICE/PRESIDENTE DA EXECUTIVA NACIONAL DO PDS
WINTER - BSB 2130 25/05
RUA VISCONDE DE ALBUQUERQUE 1125
LEBLON
RIODEJANEIRO/RJ(22450)

GM/4296 DE 25.05.84 - TENHO SATISFACAO CONVIDAR EMINENTE AMIGO PARA PARTICIPAR SEGUINTE PROGRAMACAO: - DIA 28/05, SEGUNDA FEIRA, 8,00 HORAS DECOLAGEM RIO DE JANEIRO, 08,30 HORAS POUSO EM CAMPOS, AEROPORTO BARTOLOMEU LISANDRO, 08,45 HORAS, DESLOCAMENTO RODOVIARIO PARA O CANAL DAS FLEXAS, 10,00 HORAS, VISITA AS OBRAS TERMINAL PESQUEIRO DA BARRA DO FURADO, 11,00 HORAS DESLOCAMENTO RODOVIARIO AEROPORTO BARTOLOMEU LISANDRO, 12:30 HORAS, DESLOCAMENTO DE CAMPOS PARA RIO DE JANEIRO. NA OPORTUNIDADE TEREI PRAZER ABRACAR ILUSTRE CORRELIGIONARIO. ATENCIOSAMENTE
MARIO DAVID ANDREAZZA
MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR

COL 2. 2130 25/05 1125 22450 GM/4296 25.05.84 28/05, 8,00 08,30 08,45 10,00 11,00 12:30

NNNN

STT LBN539/RJ

20

ECT TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

[maio/jun 1984?]

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar às Comissões Executivas Municipais a convocação de Convenção, a ser realizada no dia 22 de julho de 1984, entre 9 e 17 horas, a fim de

b) a) realizar consulta aos filiados do Partido sobre o nome mais recomendado para ser submetido à Convenção Nacional para disputar em 15 de janeiro de 1985, a eleição para Presidente da República;

a) b) escolher Delegados e respectivos suplentes às Convenções Regionais, para cumprimento do que dispõe o § 2º, do artigo 40, da Lei 5.682, de

c) recomendar, aos Diretórios Regional e Nacional, medidas de ação política visando a coesão partidária.

Parágrafo único - Somente poderão participar da Convenção os filiados ao Partido até 22 de junho de 1984 (Res.10785).

21

Art. 2º - A escolha prevista na alínea A somente será realizada nos municípios que tenha obtido na última eleição à Câmara dos Deputados, mais de 2500 votos de legenda para o Partido.

Art. 3º - A consulta prevista na alínea B será feita através de voto direto e secreto em cédula única cujo modelo será estabelecido pela Comissão Executiva Nacional.

E outros artigos regulamentadores...

EAP 1984.01.10
pds

[de maio a 10/09/84?]

Prezado Amaral Peixoto,

Passo às mãos do prezado amigo. textos publicados pela imprensa do País versando sobre a ação do companheiro Mário Andreazza, nosso candidato à indicação presidencial pelo Partido Democrático Social.

Confiante na solidariedade e no apoio de sua reconhecida liderança, abraça-o.

Paulo Pimentel
Coordenador Político
Campanha Pró-Andreazza

EAP 1984.01.10
pds

A renúncia coletiva

A idéia de renúncia coletiva dos postulantes à candidatura presidencial pelo PDS, exposta reiteradamente nos últimos dias pelo vice-presidente Aureliano Chaves, contém em si mesma uma preliminar da qual discordamos, a de que nenhum dos atuais candidatos reúne as condições indispensáveis à manutenção da unidade do partido. O argumento é inválido na forma e na substância.

A quem acompanha os atuais passos da campanha eleitoral dos quatro presidenciáveis do PDS salta aos olhos uma evidência: dois deles reúnem a quase totalidade dos votos convencionais, ou seja, dois candidatos atendem às aspirações de aproximadamente 80 por cento do PDS e não mais do que 20 por cento se subdividem entre os dois candidatos restantes. Coincidentemente, os dois candidatos majoritários, adiantando-se aos demais na afirmação de sua lealdade aos interesses partidários, assumiram publicamente o compromisso da recíproca adesão uma vez concluída a etapa da disputa interna no partido. Ora, se assim é, vê-se cristalinamente que se ameaça há à unidade do PDS ela parte justamente dos segmentos amplamente minoritários, desde já inconformados com a circunstância de não terem podido atingir a liderança do processo eleitoral. A maioria do partido — algo como 80 por cento dos seus quadros — preserva intacto o espírito da união que, conforme já foi dito, será proclamado tão logo a Convenção proclame sua vontade.

A proposta da renúncia coletiva, no interesse de alguma causa partidária eventualmente em jôgo, só seria ética se originária do candidato majoritário, uma vez que ele, sim, estaria de fato renunciando a uma expectativa viável. Partida de setores que, neste momento, não se apresentam como alternativa eleitoral palpável, a proposta perde qualidade porque se deixa viciar pela suspeição. Quem está em minoria nada tem a perder com a renúncia. A proposta, nas atuais circunstâncias, é um constrangimento ilegítimo a que os mais fracos submetem os mais fortes.

Quanto aos aspectos de fato, entendemos, diferentemente da idéia contida na proposta, que qualquer dos quatro candidatos atuais pode preservar a unidade do partido, bastando que seus membros estejam prontos a se submeterem à vontade da maioria. Por outro lado, o julgamento nela implícito é impróprio, dado que não compete a um candidato impor a outro a sua própria visão da virtude. Esta função é privativa, no âmbito de cada partido, das suas respectivas maiorias. Se nenhum dos atuais candidatos está apto a preservar a unidade do PDS, quem o estará? Infelizmente, nossos quadros políticos não são tão ricos de estadistas, poucos além deles, ou nenhum, estarão aptos a se elevarem, no plano das virtudes do homem, acima da média dos nossos homens. Os atuais já têm sobre os outros uma vantagem, a de terem sido escolhidos pela maioria dos silenciosos eleitores em nome de quem alguns poucos estão falando aqui.

Entendemos, inspirados no realismo e no senso prático, que a proposta da renúncia coletiva deva ser abandonada em nome da unidade partidária. Ela aprofunda o fosso, agrava ressentimentos, dá instabilidade ao processo eleitoral e é antidemocrática, porque representa a hipótese de predominância da vontade da minoria.

22A

EAP 1984.01.10
pds

[de maio a 10/08/84?]

Prezado Amaral Peixoto,

Creio ser do nosso interesse o acompanhamento e avaliação do noticiário relacionado com a atividade política de Mário Andreazza.

Solicitando a sua especial atenção para os comentários e notícias selecionados e anexados, subscrevo-me,

Atenciosamente,

PAULO PIMENTEL
Coordenador Político da Campanha
Pró-Andreazza

FGV
CPDOC

EAP pds 1984.01.10

Os documentos nº $23A_1$ a $23A_3$ do código EAP pds 1984.01.10 não serão digitalizados, todavia encontram-se disponíveis para consulta no CPDOC.

EAP 1984.01.10
pds

STT LBN539/RJ
06 1639 163
ZCZC FRR05276 06 1632 STT/RJ(049)
RIODEJANEIRO/RJ

TELEGRAMA
SENADOR AMARAL PEIXOTO
AV VISCONDE DE ALBUQUERQUE 1125
LEBLON
RIODEJANEIRO/RJ(22450)

[06/06184?]

NO PROXIMO DIA 11 DE JUNHO AS 15:00 HORAS O DOUTOR AURELIANO CHAVES, ESTARA RECEBENDO OS COMPANHEIROS DO ESTADO DO RIO PARA UMA CONVERSA SOBRE O MOMENTO POLITICO. O ENCONTRO SERA REALIZADO NA AV. RIO BRANCO 100 18 ANDAR CENTRO RIO DE JANEIRO(RJ).
ESPERAMOS CONTAR COM A SUA HONROSA PRESENCA.
MOREIRA FRANCO

COL 1125 22450 11 15:00 100 18

NNNN

STT LBN539/RJ

24

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT
TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

(PDS)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Aos 11 (onze) dias do mês de junho de 1984, às 10 horas, reuniu-se na Sede do Partido, no Setor Comercial Sul, Edifício Sofia, 2º andar, a Comissão Executiva Nacional do Partido Democrático Social - PDS. Presentes os seguintes membros: Senador José Sarney, Presidente; Deputado Homero Santos, Secretário-Geral; Senadores Jorge Bornhausen e Amaral Peixoto, 1º e 2º Vice-Presidentes; Deputado Antônio Farias, 3º Vice-Presidente; Deputado Armando Pinheiro, 1º Secretário; Deputado Augusto Franco, 1º Tesoureiro; Deputado Bonifácio de Andrada, Senadora Eunice Michilles, Senador Helvídio Nunes e Sr. Amaral de Souza, Vogais; Senador Aloysio Chaves e Deputado Nelson Marchezan, Líderes no Senado e na Câmara; e Senador Lomanto Júnior, Suplente; além do Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados e outros parlamentares do Partido. Aberta a sessão, o Presidente comunicou a razão pela qual convocou a reunião, e informou que, mesmo tendo os poderes que lhe foram conferidos por delegação da Comissão Executiva Nacional, em reunião do dia 11 de junho de 1981, resolveu ouvir a Comissão Executiva do Partido para convocar o Diretório Nacional e decidir sobre as seguintes proposições: a) examinar a convocação de Convenções Municipais, em âmbito nacional, a fim de deliberar sobre escolha de Delegados às Convenções Regionais, e respectivos suplentes, para cumprimento do que dispõe o § 2º, do artigo 40, da Lei

nº 5.682, de 15.02.1980, do Tribunal Superior Eleitoral; b) examinar proposta para a realização de uma consulta prévia às bases partidárias, para escolha do candidato do PDS à Presidência da República, em termos de unidade; c) examinar a instituição, como órgão de cooperação do Partido, do seu Departamento Feminino, com a denominação de Movimento da Mulher Democrática Social - MDS; d) assuntos de interesse partidário. O Deputado Flávio Marcílio pediu a palavra e afirmou que não via competência, no Diretório Nacional, para discutir se deveria ou não o PDS efetuar uma prévia para a escolha do candidato partidário à Presidência da República. Acentuou que o momento era difícil e mencionou a surpresa com que recebera a notícia das prévias, lembrou as palavras do Sr. Presidente da República, João Figueiredo, repetidas vezes, de que o seu candidato era o que surgisse da Convenção Nacional do Partido. Disse que, em circunstâncias normais, o Presidente do PDS, Senador José Sarney, seria o candidato de sua preferência à Vice-Presidência da República, desde que o companheiro de chapa do candidato Deputado Paulo Maluf. Reafirmou que a divulgação da notícia das prévias fora feita sem que soubessem todos os presidenciáveis. Ao término do seu pronunciamento, disse que nem ele nem a sua candidatura à Vice-Presidência seriam obstáculos para a união do PDS e para que o Brasil tivesse um Presidente capaz de promover o desenvolvimento e o atendimento da classe política. O Senador Sarney respondeu afirmando, em primeiro lugar, que não decidira a realização de eleições prévias. Sua iniciativa foi consultar todos os escalões partidários, através de sua Comissão Executiva e Diretório Nacional convocados especialmente para tal fim, uma vez que nem ele, como Presidente, nem a Comissão Exe-

cutiva têm poderes de deliberar e sim de direção. Mas, examinando no mérito, manifestou o seu direito de, como Presidente do Partido, buscar uma forma de unidade através de uma consulta prévia às bases partidárias para escolha do candidato do Partido à Presidência da República. Justificou que a unidade do Partido devia ser encontrada, mas não uma unidade gerada de interesses pessoais e de acordos menores, mas baseada em valores morais e democráticos. As prévias, pela impessoalidade da solução, obrigariam, moralmente, todos os candidatos a aceitá-las, sem que ocorresse nenhuma diminuição pessoal. A unidade, baseada em valores democráticos é necessária pois amplia a participação da maioria dos correligionários, ao se consultar prefeitos, vereadores, deputados, líderes municipais e dirigentes do Partido. E afirmou, categoricamente, já que não podemos conseguir o respaldo da opinião pública nacional, uma vez que a eleição é indireta, teríamos, pelo menos, o respaldo de todos os escalões do Partido. Considerou injuriosa a alusão a uma possível atitude baseada em problemas de natureza pessoal, como a de pretender a Vice-Presidência da República, uma vez que, pelas próprias palavras do Deputado Flávio Marcílio, poderia ter sido o candidato, se o quisesse. Por inúmeras vezes foi convidado pelo próprio Deputado Flávio Marcílio para disputar esse cargo, inclusive se dispondo este a renunciar a qualquer postulação em seu favor. Lamentou, finalmente, que coisas desta ordem menor fossem formuladas num momento de tamanha gravidade, em que os sentimentos devem estar concentrados numa solução patriótica, sem ambições, para salvar o País diante de perspectivas de uma difícil crise institucional. Com a palavra, o Deputado Bonifácio de Andrada sugeriu o adiamento da reunião

para que se ouvisse a opinião dos presidenciáveis sobre a matéria em pauta. Concordando com o adiamento, usou da palavra o Senador Aloysio Chaves, dizendo que em sua função de Líder do Partido no Senado haverá que ouvir a bancada; sugeria que fosse adiada a sessão. Com a palavra, o Senador Jorge Bornhausen sugeriu a convocação do Diretório Nacional, para dentro de 15 dias, prazo suficiente para que fossem atendidas as solicitações do Deputado Bonifácio de Andrada e do Senador Aloysio Chaves. Posteriormente, apoiando a proposta de adiamento, os Deputados Armando Pinheiro, Augusto Franco e Antônio Farias, bem como o Senador Lomanto Júnior usaram da palavra. O ex-Governador Amaral de Souza manifestou-se favorável à proposta do Senador Sarney, afirmando que o PDS não pode temer o povo, nem suas bases; lembrando que no Rio Grande do Sul foi feita uma prévia e o PDS ganhou as eleições. O Senador Amaral Peixoto deu o seu parecer favorável ao adiamento da sessão em face de ter tomado conhecimento das prévias apenas pelos jornais. O Deputado Nelson Marchezan afirmou que acertara a realização das prévias com o Senador Sarney, mas que achava válida adiar a reunião da Comissão Executiva Nacional, pois o grande objetivo era unir o Partido. Retomando a palavra o Senador José Sarney pediu a todos os presentes compreensão para o que iria dizer. Reconheceu que não parecia ser desejo da Comissão Executiva convocar o Diretório Nacional para a realização de uma consulta prévia às bases do Partido. Afirmando que, em política, todos corriam riscos, era chegada a sua hora de enfrentar riscos sem se afastar da linha de coerência que sempre teve. Sem amargura e ressentimentos recordou as dificuldades enfrentadas para a constituição do PDS. Sentia pelas opiniões ali manifestadas que a Comis

são Executiva não só se colocava contra a idéia das prévias, como também o desautorizava a convocar o Diretório Nacional, atribuição que era a menor de todas as atribuições do Presidente do Partido. Considerava então que não devia colocar em votação a matéria, porque, naquele instante, sentia que não tinha mais condições de presidir o Partido, renunciando de maneira irrevogável o cargo de Presidente da Comissão Executiva Nacional, transferindo a Presidência dos trabalhos ao seu substituto legal o 1º Vice-Presidente, Senador Jorge Bornhausen, retirando-se em seguida. Assumindo a Presidência da Comissão Executiva, o Senador Jorge Bornhausen sugeriu à Executiva que fizessem um apelo ao Senador Sarney para que continuasse no seu cargo e com a delegação anteriormente recebida para coordenar o processo sucessório do Presidente João Figueiredo. Aprovada unanimemente a proposta do Senador Jorge Bornhausen, este, em função da consulta que deveria fazer ao Senador Sarney, declarou encerrados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, eu, Deputado Homero Santos, Secretário-Geral, que a secretariei, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por mais quem assim o desejar. Brasília, 11 de junho de 1984.

EAP 1984. 01.10
pds

612502SEFE BR
612402PDSB BR

EXMO. SR.
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NESTA

[de 11 a 22 jun 1984]

TENHO PRAZER CONVIDAR CARO AMIGO ET ILUSTRE CORRELIGIONARIO PARTICIPAR REUNIAO DIRETORIO NACIONAL PDS A REALIZAR-SE DIA 25 DO CORRENTE, AAS 10 HORAS, SEDE PARTIDO SETOR COMERCIAL SUL EDIFICIO SOFIA, 2' ANDAR, NESTA CAPITAL CONVOCADO NOS TERMOS DO EDITAL PUBLICADO DIARIO OFICIAL DA UNIAO HOJE.
CDS SDS,

SENADOR JORGE BORNHAUSEN
PRESIDENTE EM EXERCICIO PDS

612502SEFE BR
612402PDSB BR

26

SENADO FEDERAL
Serviço de Telecomunicações-DG
TELEX

TELEX

TELEGRAMA DE SERVIÇO

EAP 1984.01.10
PMDB

Nº ..... Em 12 DE JUNHO DE 1984.

Hora de Apresentação	Hora de Transmissão	INICIAIS DOS TELEGRAFISTAS

EXMO. SR.
SENADOR
AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
PRACA DOS TRES PODERES
70160 BRASILIA DF

FACE CRISE ATINGE NOSSO PARTIDO COM RENÚNCIA DO SEU PRESIDENTE SENADOR JOSÉ SARNEY ET NECESSIDADE OUVIR TODOS COLEGAS A RESPEITO DA PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE PRÉVIA ELEITORAL PARA ESCOLHA DE CANDIDATO À CONVENÇÃO DO NOSSO PARTIDO VG ENCAREÇO SUA PRESENÇA EM BRASÍLIA A PARTIR DESTA DATA ATÉ SEXTA-FEIRA PARA AVALIAÇÃO DESSE QUADRO POLÍTICO PT CORDIAIS SAUDAÇÕES PT

SENADOR ALOYSIO CHAVES
LÍDER DO PDS ET GOVERNO

SENADOR ALOYSIO CHAVES RAMAL 3047

27

EAP 1984.01.10
pds

=+
21415 Z RJVP
23756 B DFCS
12/2225
ZCZC SNY05712 12 2200
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
EXMO.SR. SENADOR
AMARAL PEIXOTO
RUA VISCONDE DE ALBUQUERQUE 1125
LEBLON
RIODEJANEIRO/RJ

[12/06/84]

FACE CRISE ATINGE NOSSO PARTIDO COM RENUNCIA DO SEU PRESIDENTE SENADOR JOSE SARNEY ET NECESSIDADE OUVIR TODOS COLEGAS A RESPEITO DA PROPOSTA DE REALIZACAO DE PREVIA ELEITORAL PARA ESCOLHA DE CANDIDATO A CONVENCAO DO NOSSO PARTIDO VG ENCARECO SUA PRESENCA EM BRASILIA A PARTIR DESTA DATA ATE SEXTA-FEIRA PARA AVALIACAO DESSE QUADRO POLITICO PT CORDIAIS SAUDACOES PT

SENADOR ALOYSIO CHAVES
LIDER DO PDS ET GOVERNO

NMNNN+
21415 Z RJVP
23756 B DFCS

27 A

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO ECT
TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

MANOEL FRANCISCO DO NASCIMENTO BRITO

Prezado amigo,

Suas declarações sobre a presidência do PDS revelam lucidez incomum.

Um abraço

Nascimento Brito

Rio.14.6.84.

28

EAP 1984.01.10
pds

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1984

22/06/84

Partido Democrático Social — PDS

DIRETÓRIO NACIONAL

Edital de Convocação

A Comissão Executiva do Diretório Nacional, pelo seu presidente em exercício, nos termos da alínea "c", do Artigo 22, do Estatuto, combinado com o Artigo 86, da Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980, do Tribunal Superior Eleitoral, convoca o Diretório Nacional para reunir-se no dia 5 (cinco) de julho de 1984, às 10:00 horas, na sede do Partido, localizada no Setor Comercial Sul - SCS, Edifício Sofia, 2º andar, nesta Capital, com a seguinte ordem do dia:

a) eleição do Presidente e do 1º Vice-Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional;

b) examinar proposta do Senador José Sarney para a realização de uma consulta prévia às bases partidárias, para escolha do candidato do PDS à Presidência da República, em termos de unidade;

c) examinar a convocação de Convenções Municipais, em âmbito nacional, a fim de deliberar sobre escolha de Delegados e respectivos suplentes às Convenções Regionais, para cumprimento do que dispõe o § 2º, do Artigo 40, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971;

d) examinar a instituição, como órgão de cooperação do Partido, do seu Departamento Feminino, com a denominação de Movimento da Mulher Democrática Social - MDS;

e) assuntos de interesse partidário.

Brasília, 22 de junho de 1984

SENADOR AMARAL PEIXOTO
2º Vice-Presidente

EAP 1984.01.10
pds

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Partido Democrático Social

O Brasil vive um momento de graves impasses. O caminho da transição impõe aos homens públicos atitudes de firmeza, coerentes com as suas responsabilidades cívicas. Estão em jogo a paz social, o bem-estar dos cidadãos, o ordenamento institucional, o desenvolvimento econômico — o destino da Pátria.

Transformação e Mudança, propostas do nosso Programa partidário, é o que desejamos.

A sucessão presidencial é o momento oportuno para o entrelaçamento Nação e Governo, Povo e PDS.

É impossível convivermos sob a ameaça permanente da desagregação e do dissenso. Serenamente, mas com determinação, nossa posição é de exigência.

Nosso Partido não pode ficar à mercê de argumentos formais na escolha de seu candidato à Presidência da República. Esses argumentos nos levam a uma Convenção suspeita de vícios insanáveis, destruidores de nossa unidade institucional e, por isso mesmo, inaceitáveis.

Com o objetivo de tornar essa escolha absolutamente insuspeita, consideramos indispensável a realização de consulta prévia às bases partidárias. Essa solução tem valor de ordem moral e política. Moral porque, resultante da maioria da vontade do Partido, obriga a todos a respeitá-la. Política porque democratiza a escolha, pelo seu maior universo de participantes, considerando-se sobretudo que, pelas normas vigentes, o candidato será submetido a sufrágio indireto.

A realização da prévia é, pois, condição básica para a reconstrução da unidade partidária.

Brasília, 22 de junho de 1984.

Subscrevem o documento:

1. Vice-Presidente Aureliano Chaves
2. Senador Marco Maciel
3. Senador José Sarney

4. Senador Guilherme Palmeira
5. Governador Jair Soares
6. Governador Luiz Gonzaga Mota
7. Governador Roberto Magalhães
8. Governador Esperidião Amin
9. Governador Divaldo Suruagy
10. Governador Luiz Rocha
11. Governador José Agripino Maia
12. Governador João Alves Filho
13. Senador Carlos Chiarelli
14. Senador João Calmon
15. Senador Luís Cavalcante
16. Senador Passos Porto
17. Senador Claudionor Roriz
18. Deputado Federal Israel Pinheiro Filho
19. Deputado Federal Inocêncio Oliveira
20. Deputado Federal Saulo Queiroz
21. Deputado Federal José Mendonça
22. Deputado Federal José Jorge
23. Deputado Federal Wolney Siqueira
24. Deputado Federal José Moura
25. Deputado Federal Jairo Magalhães
26. Deputado Federal Humberto Souto
27. Deputado Federal José Lourenço
28. Deputado Federal Paulo Melro
29. Deputado Federal Francisco Benjamim
30. Deputado Federal Castejon Branco
31. Deputado Federal Tarcísio Burity
32. Deputado Federal Evaldo Amaral
33. Deputado Federal José Machado
34. Deputado Federal Navarro Vieira Filho
35. Deputado Federal João Alberto Souza
36. Deputado Federal Sarney Filho
37. Deputado Federal Norton Macedo
38. Deputado Federal Álvaro Valle
39. Deputado Federal Aécio Cunha
40. Deputado Federal Alceni Guerra
41. Deputado Federal Francisco Erse
42. Deputado Federal Thales Ramalho

43. Deputado Federal Jayme Santana
44. Deputado Federal Fernando Bastos
45. Deputado Federal José Thomas Nonô
46. Deputado Federal José Carlos Fagundes
47. Deputado Federal Paulo Lustosa
48. Deputado Federal Emílio Gallo
49. Deputado Federal Pedro Colin
50. Deputado Federal Herbert Levy
51. Deputado Federal Albérico Cordeiro
52. Deputado Federal Geraldo Melo
53. Deputado Federal Maurício Campos
54. Deputado Federal Mário Assad
55. Deputado Federal Stélio Dias
56. Deputado Federal José Penedo
57. Deputado Federal Simão Sessim
58. Deputado Federal Oscar Correia
59. Deputado Federal Antônio Dias
60. Deputado Federal Carlos Eloy
61. Deputado Federal Ruy Bacelar
62. Deputado Federal França Teixeira
63. Deputado Federal Fabiano Braga Côrtes
64. Deputado Federal Victor Faccioni
65. Deputado Federal Magalhães Pinto
66. Deputado Federal Rondon Pacheco
67. Deputado Federal Cristóvão Chiaradia
68. Deputado Federal Augusto Trein
69. Deputado Federal Wilmar Pallis
70. Vice-Governador José Raimundo Bona Medeiros
71. Vice-Governador Wilmar Peres de Farias
72. Vice-Governador Gustavo Krause
73. Francelino Pereira
74. Ney Braga
75. Wellington Moreira Franco
76. Amaral de Souza
77. Theobaldo Barbosa
78. José Lindoso

Senador Jorge Bornhausen, que recebeu, aprovou e subscreveu o documento.

EAP 1984.01.10
pds

Acabo de fazer a leitura de dois documentos de maior importância para a vida de nosso Partido . Um subscrito pelo Vice- Presidente da República , oito Governadores de Estado, Senadores , Deputados Federais, Vice- Governadores , Membros do Diretório Nacional, pede a realização de uma Prévia , para que , democraticamente , as bases partidárias , através , também e principalmente , de nossos Deputados Estaduais , Prefeitos , Vice-Prefeitos , Vereadores , Membros dos Diretórios Municipais , companheiros de todos os níveis que defenderam a nossa legenda em 1982 possam ser ouvidos através de consulta sobre quem deverá ser o nosso candidato à sucessão presidencial .

Outro subscrito por onze Membros da Comissão Executiva Nacional pede o adiamento da reunião do Diretório Nacional para o próximo dia cinco de julho , fixando-se na realização da eleição do Presidente da Comissão Executiva Nacional, bem como para a deliberação sobre outras matérias de interesse do Partido , sem justificar as razões da solicitação e sem explicitar a discussão sobre a pretendida Prévia Partidária. De forma evidente a cúpula partidária , com raras e honrosas exceções se colocou na reunião do dia onze do corrente mês contra a realização da consulta às bases,optando pelo adiamento da reunião , forma protelatória para impedir a simples discussão sobre a matéria e provocou com justas razões a renúncia de um grande companheiro - Senador José Sarney.

A Comissão Executiva do PDS , em sua maioria , naquela ocasião, de forma disfarçada se colocou ao lado do único pretendente a candidato , que não aceitando publicamente as prévias, pretende sua sagração por métodos duvidosos.

O documento agora apresentado demonstra a continuidade de um pensamento imobilista, que foge à decisão principal, relegando o programa do PDS que nasceu avançado sobre os demais partidos, pela sua característica maior de mudanças e transformações.

O Manifesto de apoio às prévias , se não se sensibilizou aos que não desejam e as protelam, ecoa perante a Nação como um brado dos líderes e pedessistas que não aceitam manobras escusas e dilatórias.

Muitos, eu tenho certeza,irão se juntar à ação corajosa dos que , irretorquivelmente, firmaram suas assinaturas no Manifesto que expressa o desejo maior de unidade partidária.

Nossa posição, acima das divisões internas, neste momento é preciso que se diga, é a favor da Emenda do Presidente João Figueiredo e sabemos , perfeitamente, quem deseja se prevalecer da crise para construir o imobilismo constitucional. A maioria da cúpula do Partido, infelizmente , se afasta de seu programa , de seu ideário e de suas bases ; pela luta fratricida da sucessão esquece a Pátria, abriga fanatismos incompatíveis com a social democracia, despreza o conselho de seus líderes com apoio na opinião pública, ignora o resultado recente da eleição de Santos para, infantilmente, encobrir seu fracasso e seus responsáveis. Nada mais há a dizer, na busca da unidade partidária ,renuncio à Vice-Presidência do PDS.

Discurso de Renúncia do Senador
Jorge Bornhausen à Presidência do PDS

Brasília, 22 de junho de 1984

ENTREVISTA: SENADOR AMARAL PEIXOTO
TV MANCHETE
23/6/84

EAP 1984.01.10
pds

P - Senador, é verdade que ao chegar ontem na reunião da Executiva, o senhor tinha também a intenção de renunciar?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - É verdade. Eu viajei para lá com esse objetivo, porque diante da renúncia do Senador Sarney, eu vi ficar uma série de impasses na condução do Partido, e não via grande finalidade na minha permanência no lugar de vice-presidente, uma responsabilidade grande e não poderia talvez agir no sentido de unificar o Partido. Quando eu cheguei o fato já estava consumado, o substituto do Senador Sarney já havia rehunciado e a sessão havia sido suspensa a minha espera. Me aconselharam até lá embaixo — não suba que a bomba vai estourar na sua mão — já tinha estourado. Não subir, estando lá, com a sessão suspensa a minha espera seria um ato deselegante, uma covardia até, da minha parte. Então eu subi, enfrentei a situação, conversei com os líderes, consegui fosse votada em ordem a moção de adiamento que havia sido proposta, e o Senador Bornhausen não chegou a por em votação qualquer medida. Ele estava em mãos com uma declaração do vice-presidente Aureliano e outros membros do Partido, e uma moção, uma proposta de onze membros da Comissão Executiva para que adiasse a a reunião. Moção essa que (inaudível) assinado. Porque essa moção? Porque nós não queríamos criar um problema antes da aprovação da Emenda Constituc ional. O vital que está aí é resolver se fazemos prévia antes ou depois, o vital é aprovar a emenda constitucional é dar uma norma de conduta para o Congresso durante esse período, para o país, não para o Congresso. Então, era necessário que tivesse calma, tranqüilidade, como houve, como aconteceu na própria Comissão, ontem, se reuniu depois, a Comissão Especial do Congresso encarregada de dar o parecer sobre a Emenda Constitucional e conseguiu chegar a um acordo mais ou menos em termos gerais para que o projeto, a Emenda Constitucional proposta pelo Governo possa ser no dia 27 de junho.

P - Senador, o senhor acha, é da sua opinião, que o partido esteja correndo o risco de implodir, tantas as facções que se apresentam?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Visivelmente o Partido atravessa uma situação difícil. E minha preocupação maior não é com o Partido, é com o país. Eu acho que o país atravessa uma situação dificílima. Nós todos sabemos, que estamos vivendo uma época difícil e o povo, com ou sem razão, atribui aos políticos tudo quanto de mau acontece. Até algumas coisas que fogem inteiramente à alçada dos políticos. Se os políticos não se entendem num problema dessa importância como a sucessão presidencial, estão dando um péssimo exemplo ao país. Daí a necessidade, que eu acho, de se chagar a uma fórmula que resolva esse problema, que dê uma saída para país. Eu tenho repetido, em entrevistas a vários jornais, inclusive à Televisão, ao longo de uma longa vida política, talvez a mais antiga do país, não vi situação tão mais sem saída como essa. Vi situações mais agitadas, atravessei períodos muito difíceis, ao lado do Presidente Vargas, ao lado do Presidente Kubistcheck , ao lado do Dr. João Goulart, depois da revolução de 64, mas não vi nenhuma situação que ficasse tão sem perspectiva, sem descortinar qualquer saída como essa que aí está. Se você perguntar o que vai acontecer dentro de seis meses, dentro de um ano, nós não sabemos. Daí a minha preocupação. O apelo que eu fiz ao Presidente antes de ele embarcar para o Japão para que coordenasse a sucessão presidencial.

P - O senhor acha que o afastamento dele desse problema sucessório teria sido uma das causas dessa situação que se coloca agora?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Uma das causas. A outra foi a falta de compreensão dos partidos políticos. Eu chamava hoje de manhã para uma entrevista no jornal a atenção para o que houve na Espanha, depois de uma ditadura de quarenta anos, numa situação dificílima e que os partidos compenetrados da gravidade da situação, e corrida desde a extrema-direita até a extrama-esquerda, elém do comunismo, eles chegaram a um acordo sobre pontos básicos em benefício do país. Esses pontos são essenciais à Espanha, então vamos resolver tudo, todas as nossas divergências, respeitando esses pontos. E conseguiram fazer a transformação de um governo totalitário, dentro do princípio monárquico que é o sentimento espanhol, para um governo constitucional e hoje já está até num governo socialista. Mas estão todos apoiando. Apoiando porque a Espanha, a resistência da Espanha representada pela sua monarquia.

P - Senador, supondo que os partidos brasileiros se unam em favor do país, em que pontos se deveria agir imediatamente na sua opinião?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Eu acho o seguinte: há pontos, há vários pontos que reúnem a unanimidade de todos os partidos. Acho que seria possível, por exemplo, chegar a uma conclusão e reformar pontos essenciais da Constituição. Eu não considero que se tenha propriamente uma Constituição. Nós temos uma Constituição outorgada, uma emenda Constitucional. Eu acho que nós poderíamos chegar a estabelecer tais pontos que devem ser reformados. Há um verdadeiro pavor de fazer uma Assembleía Nacional Constituinte, eu não tenho esse pavor. Eu acho que a rigor seria possível. Mas se não quisermos fazer uma Asembléia Nacional Constituinte, vamos estabelecer os pontos que devem ser reformados na Constituição. Vamos trabalhar nesse sentido. O programa econômico-financeiro. Os político do PDS não são totalmente responsáveis pelo programa que aí está. Alguns divergem até e críticas têm sido feitas. O povo está sofrendo, nós sabemos disso. Não é culpa somente do governo brasileiro, é culpa também da situação internacional. Mas acredito que haja também alguns erros, dos quais os políticos do PDS não têm a responsabilidade porque não são ouvidos.

P - Senador, em relação ao problema sucessório, já que está parece ser uma das maiores divergências, o que o senhor sugere para solucionar o impasse?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - O problema sucessório, a mau ver, seria resolvido com a escolha de um nome, o que não é fácil, e que desse tranqüilidade ao país. O que todo mundo quer é tranqüilidade, tranqüilidade para trabalhar, tranqüilidade para viver. Não há dúvida que um nome, que inspirasse confiança, não digo um nome de coalizão nacional que reunisse o apoio de todos mas que pelo menos não levantasse da Oposição grandes dúvidas, grandes divergências, esse nome poderia ser levado à consideração do povo, daria tranqüilidade, e o processo de escolha, eleição direta ou indireta passaria para um plano secundário.

P - O senhor sugeriria um nome desses?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Eu não quero nem sugerir, nem pensar. Não quero que julguem que eu estou trabalhando para B ou C. Esse nome tem que surgir das conversas, do consenso, e se alguém que pode fazer essa orientação é o Presidente da República. E eu já fiz esse apelo a ele. Se ele não quiser fazer, vamos tentar resolver, vamos procurar um nome que o país

aceite. Não faço restrição a nenhum dos atuais candidatos. Poderia não assumir compromisso com nenhum deles, sou muito leal a todos. Aqui nesta sala, todos estiveram aqui, e a todos eu disse a mesma coisa. Não acredito que este quadro seja definitivo e me reservo para me definir no momento oportuno. Os fatos estão mostrando que eu tinha razão. Estouraram antes do que eu pensava até.

P - Este nome, o caminho para se chagar a esse nome podería ser a prévia do PDS?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - As prévias eu acho um elemento razoável para se conhecer o canditado de cada partido. Eu tenho a impressão que as prévias iam dividir ainda mais o Partido do que já está dividido, como está dividido.

P - Esse nome surgiria então de meras reuniões?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Pronunciamentos populares, reuniões e o povo seria chamada então para se pronunciar sobre ele.

P - O povo seria chamado através de um plebiscito?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Poderia ser através de um plebiscito. Eu acho o seguinte: se nós fizermos as prévias, com a amplitude que estão dando, então seria melhor fazer as eleições diretas já. Porque quando falaram em prévias, primeiro falaram em quinhetos mil, dentro do PDS, com todos os eleitores filiados ao Partido, depois reduziram somente para membros dosdiretórios muncipais, dos vereadores, dos prefeitos, depois reduziram mais, de quinhentos mil passarm para trezentos mil e já estavam em trinta mil, estavam reduzindo. Se nós quisermos fazer ampla, seria aceitar a colaboração, o pronunciamento de todos os eleitores filiados ao PDS. Mas como fazer isso? Não é fácil. Uns falam na Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral não é obrigada, a legislação não prevê a existência de prévias. Ela pode se recusar a fazer isso. Não é fácil. Eu considero as prévias um problema secundário. Aceito que se façam as prévias, mas acho mais necessário que se cuide do país, que se cuide de um candidato, que se resolva o problema que se dê ao povo uma solução porque o povo estáansioso. Em todos os lugares que eu vou, nas classes mais altas, nos empresários, nos sindicatos, no meio dos funcionários só se ouve uma preocupação: a sucessão presidencial. O país está parado, vai agüentar um ano parado, o país? Esperando um candidato? Porque não vamos escolher logo esse candidato, porque não vamos logo tranqüilizar logo o paós, temos obrigação de fazer isso. É lamentável que não tenha havido essa compreensão, que se tenha deixado chegar a esse ponto. Daí a preocupação com que assumi a presidência do Partido, declarando que fazia até 5 de julho. Convoquei imediatamente o Diretório Nacional para a eleição do presidente, a cinco de julho, depois de aprovada e emenda constitucional, que é o essencial e depois desse cuidado tomado teremos a reunião para eleger um presidente e então discutiremos o problema das prévias.

P - Então nesse momento, na sua opinião, os interesses dos partidos estariamcolocadosacima dos interesses da Nação?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Não afirmo taxativamente isso. Mas declaro o o seguinte: o interesse de cada partido embora justificável, embora

razoável, é secundário diante do interesse público. Nós estamos com um problema muito sério na esfera nacional e temos que cuidar desse problema. O partido, se amanhã um desses se acabar, e já se acabaram outros a que eu estive filiado, substitui, se pode fazer outro. Mas o Brasil não pode acabar. Daí a minha preocupação, temos que cuidar do Brasil em primeiro lugar, depois,de cada partido.

P - Esse candidato único que o senhor aponta como a mais provável solução ou como início de solução, ele deveria, em sua opinião, um mandato de quanto tempo, o famoso mandato-tampão ou uma coisa mais longa?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Eu sou contra o mandato-tampão. O mandato-tampão é um governo de dois anos, vamos supor um mandato de dois anos, um governo de dois anos não tem credibilidade nem do país nem do Exterior. Quem é que vai negociar com um presidente que começa já acabando no governo. Não interessava ao país também, porque esse governo não podia projetar sua administração. Nós fizemos uma experiência aqui com prefeitos de dois anos e foi um desastre. Tivemos que voltar depois a um prazo maior, um mandato maior. Eu sou por princípio contra o mandato-tampão. Eu acho que um mandato razoável de quatro a cinco anos. A tendência atual da Comissão é fazer mandato de quatro anos, talvez um pouco curto, mas aceitável. Agora, sou radicalmente contrário à reeeleição, porque com a força que o governo tem no Brasil nehnhum goverandor de Estado, nenhum prefeito, nenhum presidente da República deixaria mais o cargo. Nos Estados Unidos onde o governo age muito menos que aqui em matéria eleitoral, a tendência é da reeleição. Eu fiz um levantamento, quando o governo mandou a proposta, na história americana e verifiquei que a metade dos presidentes americanos foi reeleita. Até vice-presidentes que assumiram no fim do mandato conseguiram rapidamente se afirmar e se reelegeram presidente. O presidente Roosevelt se reelegeu quatro vezes. Mas esse era um homem excepcional, era um homem providencial, necessário ao partido, ao país. Mas atendência é essa, a metade mais ou menos se reelege. Então, eu tenho muito medo disso.

P - E os presidenciáveis atuais, qual deveria ser a posição deles? Renúncia?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Ou pelo menos se entendam e dêem um nome. Eu não tenho nada contra eles, sou amigo até de alguns e tenho bom relacionamento com todos. Poderei vir a apoiar qualquer um deles, mas quatro não é possível.

P - Como presidente do Partido que atitude o senhor vai tomar com relação a suas posições pessoais?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - Felizmente meu mandato é muito curto. Quando se vagou a presidência com a renúncia do Senador Sarney, alguns amigos vieram falar comigo para ser o candidato e eu descartei completamente, não tenho mais idade, não tenho mais condições para isso nem desejava dada a situação do Partido. Mas ontem houve aquele imprevisto e fui obrigado a assumir. Mas convoquei já outra reunião para o dia 5 de julho quando deverá ser eleito o deputado Augusto Franco, de modi que um mandato de 15 dias não dá para fazer nenhum plano de ação, a não ser esse que estou fazendo de anunciar o meu ponto de vista pessoal e apelar amanhã para o Presidente que ele faça diretamente ou encarregue alguém para fazer essa coordenação.

P - O senhor terá um encontro pessoal com o Presidente onde fará esse apelo?

SENADOR AMARAL PEIXOTO - O Ministro Leitão de Abreu ficou de organizar esse encontro e o Presidente queria conversar, como vai viajar na terça-feira, eu vou segunda-feira à Brasília e serei recebido, espero que sim. É o que eu podia dizer a vocês.

EAP 1984.01.10
pds

611659SEFE BR

611659SEFE BR

SENADO FEDERAL - BSB
26.06.84 -CONTREIRAS

26.06.84

SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
BRASILIA - DF

AO DEIXAR A PRESIDENCIA DO NOSSO PARTIDO, QUERO EXPRESSAR AO PREZADO AMIGO O QUANTO FOI GRATIFICANTE RECEBER AS CONSTANTES PROVAS DE SEU COMPANHEIRISMO. SOMENTE ASSIM FOI POSSIVEL CONSOLIDAR NOSSA INSTITUICAO, FRUTO DO PERMANENTE ESFORCO QUE SEMPRE NOS ANIMOU.
ABRACOS

JOSEH SARNEY

611659SEFE BR

33

EAP 1984.01.10
pds

Exmo. Sr. Senador Amaral Peixoto.
D.D. Presidente do Diretório Nacional do Partido Democrático Social - PDS.

Assunto: Comunica DECISÃO.

O presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Social - PDS - , em São João de Meriti, devidamente autorizado pelos Srs. membros do diretório municipal que, em reunião havida em 26/06/84, por unanimidade aprovou a medida, que também recebeu aprovação dos vereadores do Partido nesta cidade, vem comunicar a V. Exa. que ESTÁ A FAVOR DA REALIZAÇÃO DAS PRÉVIAS, em nosso Partido, para escolha do candidato ao cargo de Presidente da República.

Renovando os votos de respeito e apreço,

Cordialmente.

São João de Meriti, 27 de junho 1984.

Valdinar Marques Castanheira
Presidente. e Vereador

Domingos de Freitas
Secretário

Francisco Borges Espindola
Vice-Presidente

Vereadores:

Marcos Cheuen de Barros

Paulo Teixeira

Antonio Sales de Abreu

Newton Goulart

EAP 1984.01.10
pds

SENADO FEDERAL
Ernani do Amaral Peixoto

Brasília, 28 de junho de 1984

Prezado Vice-Presidente da República
Dr. Aureliano Chaves

Com os meus cumprimentos envio-lhe, em anexo, cópias das sugestões para consulta às prévias do PDS, pedindo-lhe a sua especial atenção para a de nº 6, de autoria do Deputado Homero Santos.

Atenciosamente,

Senador Amaral Peixoto
Presidente do P. D.S.
em exercício

35

EAP 1984.01.10
pds

SENADO FEDERAL

28.06.84

Caro e eminente
Presidente Amaral Peixoto.

Conforme nossa conversa
telefônica, envio-lhe,
em anexo, nota fixando
a nossa posição — isto
é, do Vice-Presidente Au-
reliano Chaves e minha
— em relação à "Pro-
posta Senador Sarney".

de consulta às bases
do PDS para escolha
dos candidatos à Presi-
dência e Vice Presidência
da República.

Meus respeitos
do seu colega e admi-
rador

[illegible]

28.06.84.

EAP 1984.01.10
pds

DECLARAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL

PAULO MALUF

[jun 1984]

Dentre os princípios que balizam minha vida pública, dois eu coloco em destaque: o apoio aos políticos e o respeito às leis.

De todos os presidenciaveis do PDS sou o único que já percorreu os Estados e grande número de seus municípios mais de uma vez, pregando minhas idéias, intenções e programa diretamente aos governadores, ex-governadores, senadores, deputados, prefeitos, vereadores e membros dos diretorios partidários.

Não receio, portanto, o julgamento de meus correligionários de qualquer nível, porque sei que expresso, hoje, mais do que qualquer outro líder do PDS, o desejo de afirmação da classe política brasileira.

Tenho o maior respeito pelos prefeitos e vereadores, porque como Presidente da Republica, governarei com êles. Orgulho-me de ser ex-prefeito.

Entretanto, inventada agora, quando estamos a menos de noventa dias da realização da Convenção, uma "prévia" sem legislação aprovada pelo Congresso, teria o nítido sentido de casuísmo - uma verdadeira e vã tentativa de alteração das regras do jogo eleitoral.

A lei não contempla prévias nos partidos. Ela estabelece que a competência para indicar candidatos é exclusiva da Convenção partidária, perante a qual todos podem se apresentar desde que satisfeitas as qualificações legais, partidárias e

políticas. A verdadeira previa é a Convenção.

Não sendo autorizada em lei, uma "prévia" seria inócua, já que ninguem estaria obrigado a acatar seus resultados. O voto do convencional é livre e secreto.

Meu compromisso, portanto, é com a Convenção, cujos membros - senadores, deputados federais e estaduais, delegados estaduais, governadores, ex-governadores, prefeitos, vereadores e integrantes do Diretório Nacional - são legitimos representantes das bases partidárias. Uma prévia seria ato de desconfiança na representatividade dos convencionais, que foram eleitos em convenções do Partido, essas sim, verdadeiras prévias . Seria, também, um desprestigio para os membros da Convenção.

Submeto-me ao que determina a lei. Assim, não admito a inclusão do meu nome numa "prévia".

A minha prévia é a da Convenção, livre e soberana - sob observação do Tribunal Superior Eleitoral - onde estão representadas todas as correntes do PDS, que devem deliberar sem constrangimentos e em clima de disputa democrática.

EAP 1984-01.10
pds

SENADO FEDERAL
Serviço de Telecomunicações-DG
TELEX

TELEGRAMA DE SERVIÇO

Nº ..... Em ..... DE ..... DE 19.....

Hora de Apresentação	Hora de Transmissão	INICIAIS DOS TELEGRAFISTAS	

Sr. SENADOR AMARAL PEIXOTO

Estação destinatária PRESIDENTE DO PDS EM EXERCICIO

[jun/jul 1984]

NA ANTE VESPERA DA REUNIAO DO DIRETORIO NACIONAL VG QUE ELEGERA NOSSO PRESIDENTE E TAMBEM DELIBERARA SOB PREVIA VG SUGIRO INCLITO PRESIDENTE CONVENIENCIA CONDICIONAL PREVIAS NACIONAIS A PREVIAS MINEIRAS VG NOS MESMOS TERMOS E MOLDES VG SOBRE PROPALADO " PACTO DE MINAS" ANUNCIAADO POR FRENTE LIBERAL PT SAUDACOES DEPUTADO CILO COSTA SECRETARIO GERAL DO PDS / MG

SENADOR ..... RAMAL .....

38

EAP 1984.01.10
pds

[jun/jul 1984?]

1. Concordância dos quatro candidatos com a realização das prévias, inclusão de seus nomes e respeito comum ao resultado, estabelecendo-se que o venceder será o único nome indicado para disputar a Convenção.

2. Universo: terão direito a voto o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores, os Parlamentares Federais e Estaduais, os Vice-Governadores, os Prefeitos, os Vice-Prefeitos, os Vereadores, os Correligionários que, sob a legenda do PDS, disputaram o pleito de 1982 em todos os níveis e não lograram êxito no pleito, os Membros dos Diretórios Nacional, Regionais e Municipais, e um representante de cada Movimento Trabalhista, da Juventude e da Mulher, a nível Nacional, Regional e, onde houver, Municipal.

   A coordenação será orientada pelos Diretórios Regionais, cabendo a execução aos Diretórios Municipais, com ampla fiscalização por parte dos candidatos.

3. Data: 22 de julho de 1984, nas sedes das Câmaras de Vereadores de cada Município Brasileiro.

EAP 1984.01.10
pds

[jun/jul 1984?]

21415 Z RJVP
23721 M DFBR
25/2150
ZCZC CDV03366 25 2100
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
EXMO SR SEN. AMARAL PEIXOTO
R VISC. DE ALBUQUERQUE 1.125
RIODEJANEIRO/RJ

COMUNICAMOS PREZADO AMIGO EXECUTIVA NACIONAL NOSSO PARTIDO
DECIDIU REALIZAR CONVENCAO NACIONAL PARA ESCOLHA CANDIDATO
PRESIDENCIA REPUBLICA DIAS 10 ET 11 AGOSTO EM BRASILIA PT
FICARIA MUITO GRATO CONTAR COM VOTO DO PREZADO CORRELIGIONARIO PT
COLOCO ESCRITORIO ET MINHA RESIDENCIA INTEIRA DISPOSICAO
COMPANHEIRO VG OCASIAO ESPERO HOMENAGEA-LO PESSOALMENTE PT
CORDIAL ABRACO -
PAULO MALUF

NNNN
21415 Z RJVP
23721 M DFBR

40

EAP 1984.01.10
pds

0703.1149

313977ALMG BR
313977ALMG BR

SENADOR AMARAL PEIXOTO
PRESIDENTE PDS NACIONAL
BRASILIA - DF

NAO EH VERDADE COMISSAO EXECUTIVA REGIONAL-PDS TENHA TOMADO
POSIÇAO FAVORAVEL PREVIAS.
NAO TENDO HAVIDO REUNIAO PARA DELIBERAR, ESTANDO EU JUNTA-
MENTE COM OUTROS MEMBROS PRESENTES NA CAPITAL ESTADO, SEQUER
FOMOS INFORMADOS.
ASSIM, TAL MANIFESTAÇAO VALE COMO POSIÇAO PESSOAL CADA UM
DOS SIGNATARIOS, MAS NAO EH A POSIÇAO DO PDS DE MINAS GERAIS.
TAMBEM LIDER DEPUTADO CAMILO MACHADO NAO REUNIU BANCADA PARA
AFERIR POSIÇAO.
DEPUTADO LIDER MINORIA NAO PERTENCE EXECUTIVA.
SAUDAÇOES

DEPUTADO SYLO COSTA
SECRETARIO GERAL PDS-MG

B.HTL. 03.07.84
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
TRANS/MARTA

313977ALMG BR

EAP 1984.01.10
pds

SENADO FEDERAL

Brasília, 03/07/84

Com o devido respeito ao Senador José Sarney e ao ilustre causídico Dr. Raphael Eugênio Coutinho o trabalho em causa desvirtuou-se profundamente da legislação em vigor, institucionalizando a exdrúxula figura da dissidência partidária, em seu item 2.

Atenciosamente

Dourado 42

EAP 1984.01.10
pds

Ref.: PRÉVIAS NO PDS. POSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DE DELIBERAÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL, COM A COBERTURA DA JUSTIÇA ELEITORAL. FORMA.

1. Uma consulta aos filiados ao Partido, em todo território nacional, nos municípios onde for possível sua realização, sobre o nome mais apreciado, junto às suas bases, para ser submetido à Convenção Nacional para escolher o nome do candidato ao cargo de Presidente da República para disputar o Colégio Eleitoral, será o caminho mais adequado para definir a participação, ou não, dos senhores Aureliano Chaves, Marco Maciel e Mario Andreaza, nessa Convenção, diante da recusa do senhor Paulo Maluf de não submeter seu nome em qualquer tipo de "prévia".

2. O nome mais apreciado que emergir dessa consulta às bases do Partido, mesmo não envolvendo a totalidade dos municípios brasileiros, poderá, mesmo não sendo o escolhido na Convenção Nacional, obter o apoio da maioria dos componentes do Colégio Eleitoral, desde que referendado pelo menos, por um dos Partidos de Oposição; Os dissidentes do PDS, nessa oportunidade, não deixariam de sufragar o seu correligionário, mesmo indicado por um Partido de Oposição.

42A

3. Essa consulta aos filiados do PDS poderá ser feita, de forma regular e com ampla cobertura legal, através de uma Convenção Municipal Extraordinária, convocada pela Comissão Executiva Municipal ou pela maioria da bancada da Câmara de Vereadores (art. 55, II, Estatuto), cuja realização independe de qualquer autorização do Diretório Nacional.

4. Nessa Convenção Municipal, a "prévia" seria considerada uma "deliberação política" (art. 54, caput, Estatuto) e incluiria, além da escolha de um nome de candidato ao cargo de Presidente da República, a escolha de Delegados às Convenções Regionais, em razão dos votos dados à legenda do PDS nas últimas eleições à Câmara dos Deputados (art.40, § 2º, da LOP), participariam todos os filiados ao Partido no Município e contaria com a presença de Observador, designado pela Justiça Eleitoral (art. 49, caput, LOP).

5. Para os filiados do Partido, neste momento não importante da vida nacional, a realização dessa Convenção Municipal poderá representar o ressurgimento de uma maior participação na vida partidária, porque, como está expresso no Manifesto de lançamento, "o PDS não é um partido feito em gabinete ou laboratórios ou representativo de minorias, mas sustentado em bases populares, construído de baixo para cima".

6. Por outro lado, a realização de Convenções Municipais, ainda no mês de julho de 1984, com essa dupla finalidade (escolha de Delegados e de um nome recomendável para ser indicado como candidato do Partido ao cargo de Presidente da República), irá representar:

a) foro de consulta para os convencionais que escolherão o candidato do partido ao cargo de Presidente da República;

b) referência para que os participantes do PDS do Colégio Eleitoral apoiem outro candidato que não o de seu Partido, caso seja aquele que foi o mais apreciado pela maioria dos filiados;

c) ampliação do eleitorado que, em futuras convenções regionais, irá escolher os candidatos aos cargos de Governantes de Estados, Senado, Câmara Federal e Assembléias Legislativas.

EAP 1984.01.10
pds

0705.1839

611451PRDFB BR
PRES REP 420 60 051800P JRS

SENADOR ERNANI DO AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
BRASILIA DF

NR 345 DE 05/07/84 - AO CUMPRIMENTA-LO PELA SUA ELEIÇAO PARA A 1A. VICE-PRESIDENCIA DO PDS VG APROVEITO A OPORTUNIDADE PARA AGRADECER A VOSSA EXCELENCIA SEU EMPENHO EM MANTER A COESAO ENTRE NOSSOS CORRELIGIONARIOS DURANTE OS DIAS EM QUE ESTEVE A FRENTE DO PARTIDO PT CORDIALMENTE JOAO FIGUEIREDO

TR/051842P/07/84/JRS

611451PRDFB BR

[05/07/84] EAP 1984.01.10 pds

AGENDA BÁSICA

1. O Senador AMARAL PEIXOTO, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara instalada a Reunião do Diretório, em razão da existência de quorum legal, solicitando ao Deputado Homero Santos que proceda a leitura do Edital de Convocação.

2. O líder do Senado, Senador ALOYSIO CHAVES pede a palavra, pela ordem e indica o nome do Deputado AUGUSTO FRANCO para o cargo de Presidente da Comissão Executiva, a ser eleito.

3. O líder da Câmara, Deputado NELSON MARCHEZAN, em seguida, pede a palavra e indica o nome do Senador AMARAL PEIXOTO para ocupar o cargo de 1º Vice-Presidente a ser eleito.

4. O Senador AMARAL PEIXOTO diante da proposta do Deputado Marchezan transfere a presidência dos trabalhos ao Deputado ANTÔNIO FARIAS, 3º Vice-Presidente.

5. O Deputado Antônio Farias coloca em discussão como deve ser feita a votação para a eleição dos dois cargos vagos (alínea "a" do Edital): se por votação secreta, através de cédulas, ou se por aclamação. A Resolução nº 11.694, do TSE, admite que, sendo omissa a lei, e não havendo disposição estatutária a respeito, a votação poderá ser feita pelo sistema secreto, nominal, ou por aclamação, conforme deliberarem os diretorianos, "respeitada a vontade da maioria".

6. Eleição

7. O Deputado ANTONIO FARIAS proclama o resultado e declara empossados os eleitos, transmitindo a presidência dos trabalhos ao Deputado AUGUSTO FRANCO.

8. Assumindo a Presidência e a direção dos trabalhos, o Deputado AUGUSTO FRANCO declara que, em virtude da eleição procedida estão vagos os cargos de 2º Vice-Presidente e 1º Tesoureiro, que serão preenchidos por ocasião de nova convocação do Diretório.

9. O Deputado AUGUSTO FRANCO dá notícia da existência de proposta da Senadora EUNICE MICHILLES para inversão da ordem do dia para que seja examinada, desde logo, a institui - ção, como órgão de cooperação do Partido, do seu Departamento Feminino, com a denominação de Movimento da Mulher Democrática Social - MDS.

10. O Deputado AUGUSTO FRANCO coloca em votação a proposta da Senadora EUNICE MICHILLES, a qual, se aprovada, tomará o teor de Resolução, podendo ser lido em plenário o seu texto integral.

11. O Deputado AUGUSTO FRANCO, dentro da ordem do dia, coloca em discussão o 2º item do Edital e informa que existem em seu poder, além da proposta do Senador José Sarney para a realização de uma consulta prévia às bases partidárias, para escolha do candidato do PDS à Presidência da República, em termos de unidade, contida no próprio edital, diversas outras, solicitando ao Secretário-Geral Deputado Homero Santos, que procedesse a sua leitura.

[05/07/84] EAP 1984.01.10 pds

Anexo

SUGESTÕES PARA AGENDA BÁSICA

1. O Senador AMARAL PEIXOTO, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara instalada a Reunião do Diretório, em razão da existência de quorum legal.

2. O líder do Senado, Senador ALOYSIO CHAVES pede a palavra, pela ordem e indica o nome do Deputado AUGUSTO FRANCO para o cargo de Presidente da Comissão Executiva, a ser eleito.

3. O líder da Câmara, Deputado NELSON MARCHEZAN, em seguida, pede a palavra e indica o nome do Senador AMARAL PEIXOTO para ocupar o cargo de 1º Vice-Presidente a ser eleito.

4. O Senador AMARAL PEIXOTO diante da proposta do Deputado Marchezan transfere a presidência dos trabalhos ao Deputado ANTÔNIO FARIAS, 3º Vice-Presidente.

5. O Deputado Antônio Farias coloca em discussão como deve ser feita a votação para a eleição dos dois cargos vagos (alínea "a" do Edital): se por votação secreta, através de cédulas, ou se por aclamação. A Resolução nº 11.694, do TSE, admite que, sendo omissa a lei, e não havendo disposição estatutária a respeito, a votação poderá ser feita pelo sistema secreto, nominal, ou por aclamação, conforme deliberarem os diretorianos, "respeitada a vontade da maioria".

6. Eleição

7. O Deputado ANTONIO FARIAS proclama o resultado e declara empossados os eleitos, transmitindo a presidência dos trabalhos ao Deputado AUGUSTO FRANCO.

8. Assumindo a Presidência e a direção dos trabalhos, o Deputado AUGUSTO FRANCO declara que, em virtude da eleição procedida estão vagos os cargos de 2º Vice-Presidente e 1º Tesoureiro, que serão preenchidos por ocasião de nova convocação do Diretório.

9. O Deputado AUGUSTO FRANCO dá notícia da existência de proposta da Senadora EUNICE MICHILLES para inversão da ordem do dia para que seja examinada, desde logo, a institui - ção, como órgão de cooperação do Partido, do seu Departamento Feminino, com a denominação de Movimento da Mulher Democrática Social - MDS.

10. O Deputado AUGUSTO FRANCO coloca em votação a proposta da Senadora EUNICE MICHILLES, a qual, se aprovada, tomará o teor de Resolução, podendo ser lido em plenário o seu texto integral.

EAP 1984.01.10
pds

P. D. S.
Partido Democrático Social
Diretório Nacional

SUGESTÃO PARA AGENDA BÁSICA

[05/07/84]

1. O Senador AMARAL PEIXOTO, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara instalada a Reunião do Diretório, em razão da existência de quorum legal.

2. O Senador AMARAL PEIXOTO, em razão da indicação do Presidente João Figueirêdo no sentido de eleger como Presidente do Partido o Deputado Augusto Franco, renuncia ao cargo de 2º Vice Presidente e transmite a Presidência da Mesa ao Deputado Homero Santos, Secretário Geral.

3. O Deputado HOMERO SANTOS assume a Presidência dos trabalhos e anuncia a ordem do dia.

4. O Deputado AUGUSTO FRANCO, pede a palavra e, em atendimento ao pedido que lhe fez o Presidente João Figueirêdo, se dispõe a disputar o cargo de Presidente da Comissão Executiva e apresenta sua renúncia ao cargo de 1º Tesoureiro.

5. O Ministro _____ pede a palavra e apresenta os seguintes nomes para o preenchimento dos cargos vagos:

   Para Presidente: Deputado Augusto Franco
   para 1º Vice: _____
   para 2º Vice: _____
   para 1º Tesoureiro: _____

6. O Deputado HOMERO SANTOS coloca em discussão a proposta do Ministro _____ e em seguida, em

votação por aclamação.

7. O Deputado HOMERO SANTOS, proclama o resultado e declara empossados os eleitos, transferindo a Presidência da Mesa ao Deputado Augusto Franco.

EAP 1984.01.10
pds

P. D. S.
Partido Democrático Social
Diretório Nacional

[05/07/84]

SUGESTÃO PARA AGENDA BÁSICA

1. O Senador AMARAL PEIXOTO, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declara instalada a Reunião do Diretório, em razão da existência de quorum legal.

2. O Senador AMARAL PEIXOTO, em razão da indicação do Presidente João Figueirêdo no sentido de eleger como Presidente do Partido o Deputado Augusto Franco, renuncia ao cargo de 2º Vice Presidente e transmite a Presidência da Mesa ao Deputado Homero Santos, Secretário Geral.

3. O Deputado HOMERO SANTOS assume a Presidência dos trabalhos e anuncia a ordem do dia.

4. O Deputado AUGUSTO FRANCO, pede a palavra e, em atendimento ao pedido que lhe fez o Presidente João Figueirêdo, se dispõe a disputar o cargo de Presidente da Comissão Executiva e apresenta sua renúncia ao cargo de 1º Tesoureiro.

5. O Ministro _____ pede a palavra e apresenta os seguintes nomes para o preenchimento dos cargos vagos:

   Para Presidente: Deputado Augusto Franco
   para 1º Vice: _____
   para 2º Vice: _____
   para 1º Tesoureiro: _____

6. O Deputado HOMERO SANTOS coloca em discussão a proposta do Ministro _____ e em seguida, em

45A

votação por aclamação.

7. O Deputado HOMERO SANTOS, proclama o resultado e declara empossados os eleitos, transferindo a Presidência da Mesa ao Deputado Augusto Franco.

STT LBN539/RJ
16 1634 148
ZCZC XRR04855 16 1627 STT/RJ(138)
RIODEJANEIRO/RJ

EAP 1984.01.10
pds

TELEGRAMA
EXMO SENHOR
SENADOR AMARAL PEIXOTO
RUA VISCONDE DE ALBUQUERQUEM, 1.125
LEBLON
RIODEJANEIRO/RJ(22450)

[de 05/07 a 16/11/84]

SOLICITO ILUSTRE 1 VICE PRESIDENTE COMPARECER REUNIAO PRESIDENTES DIRETORIOS REGIONAIS NOSSO PARTIDO A REALIZAR-SE DIA 17 AAS 10 HORAS EM NOSSA SEDE PARTIDARIA, LOCALIZADA SCS - EDIFICIO SOFIA - 2 ANDAR - BRASILIA-DF.
COMUNICO TAMBEM CONFIRMACAO PRESENCA INTEGRAL DE TODOS OS PRESIDENTES DE DIRETORIOS REGIONAIS NA REUNIAO.

CORDIAIS SAUDACOES,

DEPUTADO AUGUSTO FRANCO
PRESIDENTE PDS

COL 1.125 22450 1 17 10 2

NNNN

STT LBN539/RJ

46

ECT TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

612500SEFE BR
612402PDSB BR

[de 05/07 a 16/11/84]

EXMO. SR.
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NESTA

TEMOS PRAZER CONVIDAR ILUSTRE CORRELIGIONARIO PARTICIPAR REUNIAO COMISSAO EXECUTIVA NACIONAL NOSSO PARTIDO, REALIZAR-SE DIA 10 (SEGUNDA-FEIRA PROXIMA) AAS 16 HORAS SEDE PARTIDARIA (SCS - EDIFICIO SOFIA, 2' ANDAR) NESTA CAPITAL.
CDS SDS,

DEPUTADO AUGUSTO FRANCO
PRESIDENTE

DEPUTADO HOMERO SANTOS
SECRETARIO-GERAL

612500SEFE BR
612402PDSB BR

EAP 1984.01.10
pdS

(A)

611156SEFE BR
612402PDSB BR

[de 5/07 a 16/11/84]

EXMO. SR.
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NEST

LEVAMOS CONHECIMENTO PREZADO CORRELIGIONARIO ESTAH DIRETORIO NACIONAL CONVOCADO PARA REUNIAO PROXIMO DIA 21 NOVEMBRO AAS 9 HORAS, SEDE PARTIDO SCS - EDIFICIO SOFIA, 2' ANDAR FIM ESTABELECER DIRETRIZ PARTIDARIA SENTIDO VOTO OBRIGATORIO COLEGIO ELEITORAL, INTERVENÇAO SECÇAO REGIONAL MARANHAO E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO PARTIDO. CONTAMOS SUA INDISPENSAVEL PRESENÇA.
SAUDAÇOES,

DEPUTADO AUGUSTO FRANCO
PRESIDENTE

DEPUTADO HOMERO SANTOS
SECRETARIO-GERAL

611156SEFE BR
612402PDSB BR

48

EAP 1984.01.10
pds

Moreira Franco

[6]

Rio, julho de 1984

Prezado Companheiro

O povo do Estado do Rio de Janeiro é testemunha de que jamais deixei de enfrentar desafios.

Em 1974, quando muitos de minha geração ainda se sentiam seduzidos pelo voto nulo, como maneira de contestar o processo político, julguei válido participar eleitoralmente. Sob a liderança do Senador Amaral Peixoto concorri, pelo MDB, à Câmara Federal. O povo fluminense me fez o Deputado Federal mais votado. Dois anos depois fui eleito Prefeito de Niterói. E a administração democrática, honesta e operosa que realizamos, teve seu julgamento popular traduzido na obtenção da maioria absoluta dos votos dos niteroienses, nas eleições de 82.

Com a reformulação partidária, optei pelo PDS, levado pelo desejo de colaborar no processo de abertura democrática, e por minhas divergências agudas com os então governantes do Estado, que dominavam o PMDB fluminense.

Pelo PDS fui candidato a Governador do Estado. O povo soube compreender minha decisão. Tornei viável, no Rio de Janeiro, um partido que muitos consideravam inviável.

Hoje, os rumos tomados pela sucessão presidencial, além dos acontecimentos partidários recentes, revelam que o PDS encontra-se em profunda crise de identidade. Impossibilitado de manter os compromissos democráticos e sociais de seu programa, o Partido se desfigura pelo desejo de fazer, a qualquer custo, o futuro Presidente da República. E, por isso, abandona o Democrático e Social e se acomoda em ser somente Partido.

Para aqueles que, como eu, entendem que o Partido deve manter-se fiel aos compromissos expressos em seu Manifesto e Programa o PDS se descaracterizou.

O momento exige clara tomada de posição. Omitir-se ou silenciar é servir àqueles que não desejam servir à Nação.

De minha parte continuo fiel à Democracia. A transição agora vivida pelo País impõe um Governo de reconciliação nacional, que promova o desenvolvimento econômico, sem aumentar os sacrifícios da população, e edifique instituições políticas sólidas e duradouras.

Esta missão só poderá ser realizada por políticos legitimados pela maioria do povo, através de eleições diretas.

Se estamos impedidos de tirar das urnas o futuro Presidente, devemos ir ao Colégio Eleitoral, para nele obter uma solução que permita realizar os nossos propósitos democráticos.

Somos muitos no Estado do Rio de Janeiro indignados com o afastamento das bases partidárias do processo decisório. Estamos dispostos a assumir, como sempre, os riscos de sermos coerentes com nossas crenças.

Ser Presidente Regional do PDS significa, para mim, representar a maioria que acredita na Democracia. E não aceitar a subordinação do Partido aos que admitem transigir com os interesses do povo. Entre ficar na Presidência e permanecer ao lado das bases, ficarei com estas para juntos construirmos um novo tempo.

Disposto a lutar por estas posições, estou devolvendo a Presidência do PDS ao seu Diretório Regional.

EAP 1984.01.10
pds

Prezado Amigo

Esta foi a carta que encaminhei ao Diretório Regional do PDS, dando as razões do meu afastamento da Presidencia do Partido no Rio.

Certo de sua compreensão

Cordialmente

Moreira Franco

49A

EAP 1984. 01.10
pds

CÂMARA DOS DEPUTADOS

VICTOR FACCIONI
Deputado Federal - RS

Anexo IV - Sala 925
Fones: (061) 213-5925
223-2548
Telex: 0611041
Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Gal. Câmara, 365 - 1.º andar
Fone: 21-4419
Telex: 512960
Diretório Regional do PDS - RS
Porto Alegre - RS

SOA

EAP 1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - P D S

DIRETÓRIO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

- REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL COM OS PRESIDENTES DOS DIRETÓRIOS REGIONAIS DO PDS. [redacted].

DATA : 17 de julho de 1984
LOCAL : Brasília - DF

- *DOCUMENTO DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PDS NO RGS*

1. RELATO DA SITUAÇÃO DO PDS NO ESTADO DO R G S ;

2. SUGESTÕES PARA UM PROJETO DE AÇÃO POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL; (e)

3. C O N C L U S Ã O .

DEPUTADO FEDERAL VICTOR FACCIONI
Presidente do Diretório Regional do PDS
Estado do Rio Grande do Sul

DIRETÓRIO REGIONAL DO PDS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRESIDENTE: *DEPUTADO FEDERAL VICTOR FACCIONI*

1. RELATO DA SITUAÇÃO DO PDS NO ESTADO - RS

1.1. MANUTENÇÃO DA UNIDADE

Das avaliações feitas com as lideranças do Partido e das consultas às bases na maioria dos municípios, chega-se a conclusão de que persiste entre os companheiros um descontentamento generalizado com a situação atual, desejo e uma esperança de que se possa salvaguardar a unidade partidária. Salvo algumas manifestações isoladas, o sentimento geral é de que o PDS ainda se constitui no instrumento capaz de dar respostas aos desafios do momento. Por isso, o Partido no Rio Grande do Sul tem agido e se esforçado para que esta unidade seja preservada.

Preocupa o PDS do Estado do Rio Grande do Sul, sobremaneira, um distanciamento que se agrava entre o Governo e o Partido, entre o Governo e a Nação. O Partido não sabe o que fazer para se reaproximar do Governo e este, da Nação.

Além disso, a unidade pode e deve ser buscada porque ela preserva um Partido que vale pelo que contém de duradouro e permanente no seu programa, pelos horizontes que baliza e pelas questões substantivas que nos aglutinam sob uma mesma sigla, jamais podendo ser avaliado pelos desencontros adjetivos que no mais das vezes dizem respeito a contrariedades e eventuais desencontros pessoais.

1.2. ATIVIDADE PERMANENTE

Outra estratégia que vem sendo desenvolvida pelo Partido no Estado é a plena atividade de todos os seus setores. Através de seus órgãos auxiliares o PDS tem promovido constantes encontros de vereadores, prefeitos e dirigentes municipais, debatendo temas que sempre dizem respeito às formas operacionais do Partido e sua constante atualização.

1.3. CONSULTAS DE OPINIÃO:

A Direção Executiva Municipal tem promovido periodicamente consultas, através de questionários, procurando ouvir os companheiros a cerca das relações com o Governo Federal, Governo Estadual e as administrações municipais e a respeito das melhores formas de atuação do comando partidário. Esta prática tem ensejado uma avaliação permanente das verdadeiras tendências dos filiados, constituindo-se em subsídios importantes para o planejamento da ação partidária.

1.4. GRUPOS DE TRABALHO:

A Direção Regional instituiu 38 (trinta e oito) Grupos de Trabalho destinados a discussão de temas de relevância e com a finalidade de sugerirem propostas de ação para o Partido e para o Governo. Tais Grupos são constituídos por companheiros de reconhecida capacidade em suas áreas de ação e vem desenvolvendo um trabalho de assessoramento e informação dos mais valiosos e importante.

1.5. S I T U A Ç Ã O :

PERPLEXIDADE nas bases e perda no ELEITORADO. É o resultado da falta de horizontes na Política Nacional, e da situação econômica do País, com a inflação não declinando, recessão e desemprego, agravado este quadro, pela situação FINANCEIRA do TESOURO DO ESTADO, sem condições sequer de assegurar o normal pagamento do funcionalismo.

2. SUGESTÕES PARA UM PROJETO DE AÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

2.1. POR UMA UNIDADE DE LINGUAGEM:

À Direção Nacional do PDS compete, mais do que nunca, promover e liderar uma campanha em favor da unidade de linguagem do Partido em todos os níveis. Unidade que se reflita em termos regionais e se materialize, também, na sintonia com suas representações parlamentares, com os detentores de mandatos executivos, com as direções partidárias e filiados, para que se alcance, com este comportamento, a confiabilidade e credibilidade que precisamos transmitir.

2.2. POR UMA OPÇÃO CLARA EM FAVOR DA DEMOCRACIA SOCIAL:

A reafirmação dos postulados da democracia social contidos no programa partidário é outra ação que se impõe neste momento de dúvidas e perplexidades. Privilegiadamente, o PDS é detentor de uma das bandeiras mais adequadas para os tempos modernos porque se coloca como alternativa entre o capitalismo exacerbado e o socialismo estatizante. Propugnar pela causa da democracia social constitui-se, por isso, em ação política das mais importantes e necessárias para o fortalecimento e afirmação do PDS.

2.3. PELO INCENTIVO AOS INSTITUTOS POLÍTICOS:

Como desdobramento destas ações torna-se de fundamental importância a promoção e o estímulo aos Institutos de Estudos Politicos para que possamos, de um lado revisar conceitos e enriquecer nosso acervo de informações e de outro, ensejar o engajamento de importantes segmentos, especialmente de jovens, para a causa partidária. Esta é uma questão que precisa merecer da direção nacional e das direções regionais um tratamento muito especial.

2.4. POR UM PROJETO DE REATIVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO:

Como já foi manifestado em reunião anterior deste Conselho, convém traçarmos, antes de mais nada, as linhas básicas de um Programa que consubstancie de forma autêntica as necessidades da sociedade nos dias de hoje. Fiel a seus compromissos o PDS não pode ser um Partido de apoio ao Governo no sentido (apenas) de sustentar a política governista, senão que, autêntico e leal consigo mesmo e com as bases; cumpre-lhe ser capaz de influir no Governo e na sociedade, na medida e xata da necessidade de novas formulações e novas perspectivas.

Basicamente um projeto novo para a Nação deve contemplar, no terreno econômico e social, algumas posturas que são impostergáveis, quais sejam:

2.4.1. Compromisso inarredável com o combate à inflação;

2.4.2. Reorganização da economia sem recessão;

2.4.3. Renegociação (politica e) inadiável da dívida externa;

2.4.4. Desdolarização da economia;

2.4.5. Reorganização da atividade produtiva interna;

2.4.6. Prioridade para a produção de alimentos;

2.4.7. Implantação da indispensável reforma tributária;

2.4.8. A reformulação da política energética;

2.4.9. Desestatização e fortalecimento da empresa privada nacional;

2.4.10. Urgente promoção da reforma agrária;

2.4.11. Atividade produtiva geradora de empregos;

2.4.12. Capital para bancos de desenvolvimento;

2.4.13. Redução dos juros bancários;

2.4.14. Reformulação do sistema de reajustes do BNH;

2.4.15. Ativação da construção civil;

2.4.16. Política salarial ajustada à nossa realidade social,

2.4.17. Política educacional capaz de assegurar a mais ampla valorização dos Recursos Humanos.

Sinteticamente, estas ações comporiam um plano de reativação da nossa economia e de promoção social capazes de assegurar ao País a estabilidade que precisa contar para acelerar o seu desenvolvimento.

Todavia, tal plano não poderia ser executado sem um projeto político a ser desenvolvido concomitantemente.

2.5. UM PROGRAMA POLÍTICO:

É inequívoco que o PDS é capaz de assimilar e absorver a vontade nacional em torno de temas que a cada passo se transformam cada vez mais em reivindicações da Nação.

Alguns, entre eles, avaliados e ajustados às realidades presentes do País, não podem estar ausentes da mesa de trabalho da Direção Nacional e Direções Regionais. E, para tanto, entendemos que devamos mesmo condicionar os próprios candidatos do Partido a um programa mínimo que contemple, por exemplo:

2.5.1. O compromisso com as eleições diretas;

2.5.2. O reaparelhamento institucional do País via Congresso (constituinte, por que não?);

2.5.3. O fortalecimento dos partidos políticos;

2.5.4. O resguardo permanente da nossa soberania;

2.5.5. O aperfeiçoamento do sistema federativo;

2.5.6. A abertura do processo de implantação do Parlamentarismo;

2.5.7. Execução de um programa de Política Econômica e Social compatível com os postulados da Democracia Social;

2.5.8. O restabelecimento da unidade partidária, num esforço renovado, amplo, profundo, capaz de sensibilizar e acolher o retorno das lideranças da FRENTE LIBERAL e, garantindo assim, a necessária coesão partidária e a vitória final na Sucessão do Presidente Figueiredo.

C O N C L U S Ã O

As bases do PDS do Rio Grande do Sul querem unidade e querem vitória do Partido na Sucessão do Presidente Figueiredo, assumindo o poder em termos partidários e de forma efetiva e ampla, para assegurar um novo período de Governo com o objetivo de consolidar a Democracia, e reativar a Economia. Para tanto, renovam o apelo ao Presidente Figueiredo para que reassuma o seu papel indeclinável na liderança política, sensibilizando-se e atendendo igualmente, as reivindicações do Partido, do Estado e municipios, no campo econômico, financeiro e social.

A candidatura do PDS a Presidência da República tem de ser condicionada a um programa mínimo, capaz de satisfazer as exigências de ordem política, econômica e social, da atualidade brasileira, dentro dos postulados da Democracia Social.

O povo quer mudanças, e o PDS surgiu para ser o Partido das REFORMAS e da TRANSFORMAÇÃO. Ou concretizamos nossa proposta comandando as MUDANÇAS reclamadas pela sociedade Brasileira, ou ficaremos à margem das grandes decisões da vida Política Nacional.

Brasília, 17 de julho de 1984.

DEPUTADO FEDERAL VICTOR FACCIONI,
Presidente do Diretório Regional do PDS no Estado do RGS.

EAP 1984.01.10
pds

P. D. S.
Partido Democrático Social
Diretório Nacional

PAUTA PARA A REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

24 de julho de 1984

1 - Fixação da data da Convenção Nacional para escolha de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

2 - Exame de proposta de minuta de Resolução, constituindo, desde logo, a Comissão Nacional, concedendo a ela poderes para elaborar o Regimento Interno, que será publicado no Diário Oficial , para conhecimento dos filiados e convencionais e fixando normas para a apresentação de candidaturas, tanto de filiados quanto de não filiados.

3- Outros assuntos.

EAP 1984.01.10
pds

P. D. S.
Partido Democrático Social
Diretório Nacional

R E S O L U Ç Ã O Nº

A Comissão Executiva do Diretório Nacional do PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL-PDS, com fundamento no artigo 17, na alínea "o", do artigo 22, ambos do Estatuto, combinados com o artigo 9º, da Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, considerando:

a) que deverá ser realizada, até 5 de setembro de 1984, a Convenção Nacional, destinada a escolher os candidatos do Partido aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República para o pleito a ser realizado, em 15 de janeiro de 1985, perante o Colégio Eleitoral;

b) que a legislação em vigor é silente quanto a diversas questões que poderão ser suscitadas durante a realização da Convenção, principalmente ligadas à forma de indicação e apresentação de candidaturas e ao sistema de eleição;

c) que há necessidade de se elaborar, antes da realização da Convenção, o seu Regimento Interno,

R E S O L V E :

Artigo 1º - Nomear, desde logo, a Comissão Nacional, encarregada de cuidar da organização e administração da Convenção Nacional, composta dos seguintes membros:

51A

1 - Deputado Homero Santos, Secretário Geral, como seu Coordenador;
2 - Senador João Castelo, Tesoureiro;
3 - Senador José Lins
4 - Senador Lourival Batista
5 - Deputado Armando Pinheiro;
6 - Deputado Prisco Viana;
7 - Doutor Eurico Rezende.

Artigo 2º - A Comissão Nacional elaborará o Regimento Interno da Convenção, o qual, até 31 de julho de 1984, deverá ser publicado no Diário Oficial da União, 1ª Seção, para conhecimento dos Convencionais e demais filiados ao Partido.

Artigo 3º - Qualquer filiado ao Partido poderá impugnar, dentro de cinco dias da publicação, através de petição fundamentada, protocolizada na Secretaria Geral da Comissão Executiva do Diretório Nacional, instalada no Edifício Sofia, 2º andar, no Setor Comercial Sul, nesta Capital, qualquer dispositivo do Regimento Interno.

Parágrafo único - As impugnações serão resolvidas pela Comissão Executiva do Diretório Nacional, em decisão terminativa, tomadas dentro de 3 (três) dias de sua protocolização.

Artigo 4º - As candidaturas de filiados ao Partido deverão ser apresentadas, perante a Comissão Nacional,até às 18 horas do dia de agosto de 1984 , mediante requerimento, com firma reconhecida por Tabelião, acompanhado de documento que comprove sua filiação, expedido pela Justiça Eleitoral e de certidão, do Tribunal Superior Eleitoral, de que

estão no gozo de seus direitos políticos, O requerimento deverá ser protocolizado na Secretaria Geral, instalada no local mencionado no artigo 3º.

Artigo 5º - Eventual candidatura de não filiado ao Partido deverá ser apresentada, perante a Comissão Nacional, até às 18 horas do dia de agosto de 1984, mediante requerimento assinado, pelo menos, por 2 (dois) filiados, protocolizado na Secretaria-Geral, instalada no local mencionado no artigo 3º.

Parágrafo único - O requerimento mencionado neste artigo deverá estar acompanhado de autorização do candidato, constante de documento com assinatura reconhecida por Tabelião e de certidão do Tribunal Superior Eleitoral de que está no gozo de seus direitos políticos.

Brasília, 24 de julho de 1984.

Deputado AUGUSTO FRANCO
Presidente da Comissão Executiva do
Partido Democrático Social-PDS

EAP 1984.01.10
pds

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT TEL CONFI
FONADO FONE PARA A GUE DEPOIS.
ECT TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

23847 Z DFWS
23721 F DFBR
28/1620
ZCZC XDF50158 28 1500
BRASILA/DF

W/3 SUL 508
128 JUL 1984
BRASILIA - BSB

TELEGRAMA
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SQS 309 BL C APTO 201
BRASILIA/DF

COLOCO AA DISPOSICAO DO ILUSTRE AMIGO MINHA RESIDENCIA ET TODAS AS FACILIDADES DO NOSSO COMITE A FIM DE QUE POSSA TER UMA EXCELENTE ESTADA EM BRASILIA VG POR OCASIAO DA CONVENCAO DO PARTIDO NOS DIAS 10 ET 11 DE AGOSTO PT CONTANDO SEMPRE COM O SEU DECIDIDO APOIO VG
UM ABRACO DO
MARIO ANDREAZZA

NNNNN
23847 Z DFWS
23721 F DFBR

52

EAP 1984.01.10
pds

Cesar Cals

Brasília, julho de 1984

Amigo Seu Amaral Peixoto

Animado pelo movimento de eminentes companheiros de diversas unidades da Federação, apraz-me comunicar ao ilustre correligionário que neste momento decidi verificar a aceitação do meu nome para, no caso de ser indicado pelo PDS como candidato à Vice-Presidência da República, concorrer ao Colégio Eleitoral.

Identificado com as causas nordestinas e conhecendo de perto os problemas nacionais, tenho procurado contribuir para o engrandecimento do País, principalmente no desenvolvimento dos programas que vêm sendo cumpridos pelo Ministério das Minas e Energia, com especial destaque para as metas alcançadas na exploração do nosso petróleo, que hoje, para orgulho nosso, já soma o significativo número de 500 mil barris/dia, considerando também o desempenho de novas fontes de energia, além da dinamização do setor mineral. Na área política tenho, ao longo da minha vida pública, procurado oferecer substanciosa colaboração no aprimoramento dos ideais democráticos, sem me descuidar do fortalecimento constante das nossas instituições.

Reconheço que a luta será das mais árduas, porém se merecer a sua indispensável ajuda, os objetivos a que me proponho serão plenamente atingidos, não deixando nenhuma margem de dúvidas quanto ao triunfo da própria classe política.

Nas várias funções exercidas, inclusive no Ministério, tive a oportunidade de conhecer todos os Estados e Territórios do Brasil, bem como vários países do mundo, o que me leva à convicção do grande futuro da Nação. Estou certo de que poderei contribuir para o prosseguimento da obra do Presidente João Figueiredo na consolidação do processo democrático brasileiro, guarnecendo, igualmente, os sagrados direitos da sociedade, com maior atenção para os segmentos mais carentes de assistência do Poder Público.

Apoiando firmemente a candidatura de Mário Andreazza, tenho mantido contatos permanentes com outras tendências, buscando o verdadeiro caminho para a conciliação do nosso partido.

Na certeza de que poderemos trabalhar juntos na convenção partidária e no Colégio Eleitoral e a partir daí, em nossas atividades específicas, coloco-me à inteira disposição do nobre amigo.

Com minha admiração, um abraço

Cordialmente,

Cesar Cals

53

EAP 1984.01.10 pds

[jul.? de 1984]

Ref.: DELEGADOS À CONVENÇÃO NACIONAL. LEGALIDADE DE SEUS ATUAIS MANDATOS. POSSIBILIDADE LEGAL DE SUA SUBSTITUIÇÃO.

1. Com a edição da Lei nº 7.090, de 14.4.1983, facultou-se aos Diretórios Nacionais dos Partidos decidir sobre a realização de convenções para a renovação dos mandatos dos membros dos Diretórios Municipais existentes naquela data, por prazo não superior a dois anos.

2. O PDS, através da Resolução nº 8/83, do Diretório Nacional, em 19.4.1983, suspendeu a realização das Convenções Municipais que se realizariam em 24.4.1983 e fixou as datas de 19.6.1983 e 10.7.1983 para a realização das Convenções Regionais e Nacionais, respectivamente. Na Convenção Nacional de 10.7.1983, decidiu-se que o mandato dos atuais membros dos Diretórios Nacional, Regionais e Municipais, fosse de dois anos, isto é, até 19.4.1985. Nessa Convenção, também foi eleito o atual Diretório Nacional.

3. Nas Convenções Regionais, realizadas em 19.6.1983, foram eleitos os atuais Diretórios Regionais e escolhidos os atuais Delegados à Convenção Nacional, com seus respectivos suplentes.

4. E o mandato dos Delegados Municipais às Con-

venções Regionais realizadas em 19.6.1983, que elegeram os atuais membros dos Diretórios Regionais e atuais Delegados à Convenção Nacional? Como foi preservado?

5. A Resolução nº 8/83, do Diretório Nacional, determinou a aplicação, a tais delegados municipais, do que dispõe o § único, do artigo 56, da LOP: durante o período de mandato dos membros dos Diretórios, permanecem, enquanto não substituídos (o grifo é proposital), os Delegados e suplentes eleitos juntamente com aqueles. Tal dispositivo da LOP se repete no § único, do artigo 80, da Resolução nº 10.785, de 15.2.1980, do TSE.

6. Dentro dessa exegese, a legalidade da situação dos atuais Delegados à Convenção Nacional que se realizará até 5.9.1984, para escolher os candidatos aos cargos de Presidente da República e Vice, para disputar o Colégio Eleitoral em 15.1.1985 parece-nos, salvo melhor juízo, perfeita. Acrescente-se a tal argumento, ainda, o fato de que os atuais Diretórios Regionais, com exceção do Estado de Goiás, estão devidamente registrados na Justiça Eleitoral, com acórdãos transitados em julgado.

7. Entretanto, no nosso entendimento, existe, legal e juridicamente, a possibilidade de se alterar a presente situação. E de maneira muito simples, com a substitui

ção dos atuais Delegados escolhidos nas últimas Convenções Regionais, realizadas em 19.6.1983.

8. Tal substituição dos atuais Delegados poderá ser feita, antes da Convenção Nacional que se realizará até 5 de setembro de 1984, se adotada a seguinte estratégia:

a) poderiam ser realizadas, até 29.7.1984, Convenções Municipais para a escolha de Delegados "adicionais" às Convenções Regionais, em razão dos votos dados à legenda nas últimas eleições à Câmara dos Deputados, de conformidade com o que dispõe o § 2º, do artigo 40, da LOP. Essas Convenções Municipais podem ser convocadas pelas Comissões Executivas Municipais ou pela maioria da bancada das Câmaras de Vereadores (art. 55, II, do Estatuto), com essa finalidade, e nelas se poderia fazer, também, a "prévia", visando a escolha do nome mais recomendável do Partido para candidato ao cargo de Presidente da República. Contariam com os filiados ao Partido no Município e com a presença de Observador, designado pela Justiça Eleitoral (art. 49, caput, LOP).

b) Poderiam ser realizadas, no máximo até 12.8.1984, Convenções Regionais, convocadas extraordinariamente pela maioria das Comissões Executivas Regionais ou de um quarto dos Diretórios Municipais ou da maioria da bancada na Assembléia Legislativa, para a substituição dos atuais Dele

gados à Convenção Nacional, pois, de acordo com a legislação vigente (art.56, da LOP, § único, combinado com o artigo 80, § único, da Resolução nº 10.785, do TSE, os Delegados eleitos com os Diretórios Regionais só permanecem com seus mandatos enquanto não substituídos.

9. Como se poderá notar, a ampliação do número de Delegados Municipais, na forma determinada pelo § 2º, do art. 40, da LOP, poderá alterar a situação do eleitorado que, em futuras convenções regionais, fará do PDS não um partido feito em Gabinetes ou laboratórios, mas sustentado em bases populares, construído de baixo para cima.

EAP 1984.01.10
pds

0805.1212

612501SEFE BR
822192TBAL BR

SENADOR ERNANI AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
BRASILIA DF

MACEIO, 03 DE AGOSTO DE 1984.

ATENDENDO INDICAÇAO COLEGAS GOVERNADORES NORDESTE COMPROMETIDOS
CANDIDATURA MINISTRO MARIO ANDREAZZA COMPOR CHAPA POSTULANDO
VICE-PRESIDENCIA REPUBLICA CONCORDEI SUBMETER MEU NOME
JULGAMENTO PREZADO COMPANHEIRO IMAGINANDO PODER SER UTIL INTERESSES
MAIORES NOSSO PAIS LEVANDO EXPERIENCIA POLITICA ET ADMINISTRATIVA
ADQUIRIDA DIVERSAS FUNÇOES JAH TIVE OPORTUNIDADE EXERCER PT
FICARIA IMENSAMENTE HONRADO PUDESSE CONTAR SEU APOIO PT
INDEPENDENTEMENTE RESULTADO SEMPRE ESTAREI SUA DISPOSIÇAO PT

ABRAÇOS.

DIVALDO SURUAGY

612501SEFE BR
822192TBAL BR

ECT TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

EAP 1984-01-10
pds

CENTRAL TELEGRÁFICA 06 AGO 1984 ECT - DF - BSB

06/1130
ZCZC XDF50548 06 1100
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
SUA EXCELENCIA O SENHOR
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADOR FEDERAL
BRASILIA/DF

06/08/84

O DEPUTADO FEDERAL E A SENHORA PAULO SALIM MALUF VG TEM A HONRA DE CONVIDAR VOSSA EXCELENCIA E EXMA FAMILIA PARA O JANTAR DE CONFRATERNIZACAO DOS ESTADOS A SER REALIZADO DIA DEZ DE AGOSTO VG SEXTA-FEIRA AAS 20:00 HS. VG NO IATE CLUBE DE BRASILIA PT TRAJE ESPORTE PT

NNNN

56

ECT TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA ECT HOJE E PAGUE DEPOIS. PARA A DEPOIS.

EAP 1984.01.10
pds

Convenção

06/1000
ZCC CDV05701 06 0900
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
EXMO. SR. SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
PRACA DOS TRES PODERES
BRASILIA/DF

TEMOS PRAZER CONVOCAR PREZADO CORRELIGIONARIO PARA VG NA CONDICAO CONVENCIONAL VG PARTICIPAR III CONVENCAO NACIONAL PARTIDO DEMOCRATICO SOCIAL - PDS VG REALIZAR=SE PROXIMO DIA 11 AGOSTO FINALIDADE PROCEDER ESCOLHA CANDIDATOS PARTIDO A PRESIDENTE ET VICE-PRESIDENTE REPUBLICA PT TRABALHOS CONVENCAO SERAO REALIZADOS CENTRO CONVENCOES VG LOCALIZADO SETOR CULTURAL SUL NESTA CAPITAL VG INICIANDO-SE AAS OITO HORAS ET CREDENCIAMENTO CONVENCIONAIS SERAH INICIADO 15 HORAS DO DIA 10 AGOSTO (SEXTA-FEIRA) VG MESMO LOCAL PT CDS SDS VG

DEPUTADO AUGUSTO FRANCO - PRESIDENTE ET DEPUTADO HOMERO SANTOS-SECRETARIO GERAL PT

ANNN

57

EAP 1984.01.10
pds

23847 Z DFWS
23756 A DFCS
09/1838
ZCZC XDF04522 09 1810
BRASILIA/DF

TELEGRAMA URGENTE

BRASILIA, 9/8/84

EXMO. SR.
AMARAL PEIXOTO
SQS 309, BLOCO C, APTO 201
70000 - BRASILIA - DF

PREZADO CONVENCIONAL,

ESPERAMOS CONTAR PRAZEIROSAMENTE COM A SUA PRESENÇA NOS EVENTOS PROGRAMADOS PELO NOSSO COMITE:

9/8/84 - QUINTA-FEIRA:
21:30 - SHOW COM IVON CURY ET SUAS MULATAS, NA SALA VILLA LOBOS DO TEATRO NACIONAL. OS CONVITES QUE VOCE DESEJAR, ESTAO AA SUA DISPOSIÇAO, NO NOSSO STANI EM SEU HOTEL, OU PELOS TELEFONES: 223-5566 ET 223-5560.

10/8/84 - SEXTA-FEIRA:

15:30 - CHAH PARA SENHORAS ET SENHORITAS, OFERECIDO PELAS SRAS. MARIO ANDREAZZA ET DIVALDO SURUAGY.
ENDEREÇO: QI 5, CHACARA 50 - LAGO SUL
FONE: 248-3307
19:30 - COQUETEL NO MEZZANINO DA AABB - ASSOCIAÇAO ATLETICA BANCO DO BRASIL.
ENDEREÇO: SCES - LOTES 16 E 17
FONES: 223-0078 E 225-3048
21:30 - JANTAR SEGUIDO DE SHOW COM CAUBY PEIXOTO, NO SALAO DE BANQUETES DA AABB - ASSOCIAÇAC ATLETICA BANCO DO BRASIL.
ENDEREÇO: SCES - LOTES 16 E 17
FONES: 223-0078 ET 225-3048

LILIANE E MARIO ANDREAZZA
LUZIA E DIVALDO SURUAGY

NNNN
23847 Z DFWS
23756 A DFCS

58

EAT 1984.01.10
pds

Mário Andreazza

Presidente Pela União

Programa - Convite

III Convenção Nacional do PDS

PROGRAMAÇÃO OFICIAL
CENTRO DE CONVENÇÕES
DE BRASÍLIA

10. 08. 84 - SEXTA-FEIRA:

15:00 *Instalação dos trabalhos preparatórios e início do recebimento de credenciais dos Convencionais.*

11. 08. 84 - SÁBADO:

08:00 *Prosseguimento do credenciamento de Convencionais.*

09:00 *Instalação oficial da* III *Convenção Nacional do PDS.*

10:00 *Início da votação.*

17:00 *Encerramento da votação, seguindo-se:*

apuração e proclamação dos resultados;
recepção dos candidatos escolhidos;
saudação aos candidatos escolhidos;
discursos dos candidatos escolhidos.

PROGRAMA CONVITE DO COMITÊ MÁRIO ANDREAZZA PARA A CONVENÇÃO NACIONAL DO PDS, DIAS 09 E 10 DE AGOSTO DE 1984

09 - 08 - 84 - QUINTA-FEIRA:

16:00 *Passeio turístico pela cidade para as senhoras. Basta procurar nossa recepcionista no hall de seu hotel, com duas horas de antecedência.*

21:30 *Show com Ivon Cury e suas mulatas, na Sala Villa Lobos do Teatro Nacional. Os convites que você desejar, estão à sua disposição, no nosso stand em seu hotel, ou pelos telefones: 223-5566 e 223-5560.*

10 - 08 - 84 - SEXTA-FEIRA:

15:30 *Chá para senhoras e senhoritas, oferecido pelas Sras. Mário Andreazza e Divaldo Suruagy.*
Endereço: QI 05 - Chácara 50 - Lago Sul
Fone: 248-3307

19:30 *Coquetel no Mezzanino da AABB- Associação Atlética Banco do Brasil.*
Endereço: SCES Lts. 16/17
Fones: 223-0078 - 225-3048

21:30 *Jantar seguido de show com Caubi Peixoto, no Salão de Banquetes da AABB- Associação Atlética do Banco do Brasil.*
Endereço: SCES Lts. 16/17
Fones: 223-0078 - 225-3048

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO EAP 1984.01.10 pds

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	[de 10/11 ago a 11 set 1984]

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
INICIAIS DO OPERADOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS

DESTINATÁRIO: EXMO. SR.
SENADOR
AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
PRAÇA DOS TRES PODERES
70160 BRASILIA DF

(Rua, Av., etc) (Bairro)

CIDADE: ESTADO:
(ou nome da estação móvel, no radiograma) (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

TEXTO E ASSINATURA - ENDEREÇO

VISANDO INTEGRAÇAO TODOS NOSSOS CORRELIGIONARIOS CAMPANHA FAVOR ELEIÇAO NOSSOS CANDIDATOS A PRESIDENTE ET VICE-PRESIDENTE REPUBLICA VG DEPUTADOS PAULO MALUF ET FLAVIO MARCILIO VG COMUNICAMOS PREZADO COMPANHEIRO ESTAMOS INSTITUINDO VG COMO ORGAO COOPERAÇAO PARTIDARIA VG SEGUINTES COMISSOES: 1) COMISSAO INTEGRAÇAO PARTIDARIA VG 2) COMISSAO RECURSOS FINANCEIROS VG 3) COMISSAO MOBILIZAÇAO BASES VG 4) COMISSAO COMUNICAÇOES (PROPAGANDA ET MEIOS DIVULGAÇAO) VG 5) COMISSAO PROGRAMAÇOES ET VIAGENS VG 6) COMISSAO ARTICULAÇAO FEMININA VG 7) COMISSAO ARTICULAÇAO TRABALHISTA VG 8) COMISSAO ARTICULAÇAO JUVENTUDE VG 9) COMISSAO ARTI-

DEPUTADO HOMERO SANTOS 226-0446
NOME DO EXPEDIDOR TELEFONE

SEDE PDS - SCS - Edifício Sofia, 2º andar 60
Rua Bairro Cidade

7530-007-0051 IMPRESSO NO CG-ECT-DR-RJ 162 x 229 mm

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
INICIAIS DO OPERADOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS

TEXTO E ASSINATURA - ENDEREÇO

DESTINATÁRIO: _____

(Rua, Av., etc.) (Bairro)

CIDADE: _____ (ou nome da estação móvel, no radiograma) ESTADO: _____ (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

CULAÇAO EMPRESARIAL VG 10) COMISSAO ASSUNTOS JURIDICOS PT CONSULTAMOS V.EXA. SOBRE POSSIBILIDADE PARTICIPAR DESSAS COMISSOES ET SOLICITAMOS INDIQUE A DE SUA PREFERENCIA PT APRECIARIAMOS RECEBER VG TELEX VG ATEH PROXIMO DIA 12 SETEMBRO VG SUA COMUNICAÇAO VG FIM POSSAMOS DESIGNAR DATA PRIMEIRA REUNIAO TRABALHO PT ESTAMOS CERTO CONTAREMOS SUA VALIOSA ET RENOVADA COLABORAÇAO PT CDS SDS VG

DEPUTADO AUGUSTO FRANCO — PRESIDENTE PDS

DEPUTADO HOMERO SANTOS — SECRETARIO-GERAL PDS

DEPUTADO HOMERO SANTOS — 226-0446
NOME DO EXPEDIDOR — TELEFONE

SEDE PDS - SCS - Edifício Sofia, 2º andar.
Rua — Bairro — Cidade

7530 - 007 - 0051 IMPRESSO NO CG-ECT-DR-RJ 162 x 229 mm

Rio, 18 de Agosto de 1984

Meu Caro Ernani. EAP pds 1984.01.10

Entrei para o P.D.S. pela sua mão que até então votava com o M.D.B.

O programa de abertura do Presidente Figueiredo e a nossa velha amizade definiram aquela atitude.

As sucessivas posições do Novo Partido, todavia, fizeram esmaecer as esperanças de renovação politica, economico e social do Brasil que o Partido prometia.

O episodio da sucessão presidencial com a predominancia final de dois candidatos que dispunham do poder economico como bandeiras tornou-me totalmente descrente da agremiação.

Aceitei o Snr. Aureliano Chaves quando se apresentou tambem candidato mas fiquei decepcionado

61

com o Partido que, tendo um candidato popular preferiu escolher entre dois velhos que, em eleições diretas, não reuniriam trinta por cento do eleitorado!

O P.D.S., a meu ver, tornou-se uma organização suicida e eu, com passo, não tenho vocação para kamikaze. Daí a minha preferência pelo P.T.B. em formação porque, apesar de velho e quasi cego, continuo a acreditar no Brasil.

Receba o abraço do velho amigo e companheiro

Átila Soares

P.S. Esta carta comprova a minha caligrafia e, como não tenho máquina de escrever, vai assim mesmo com as minhas desculpas

EAP 1984.01.10
pds

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABORAI

Carla

Of. nº: 235/84

Assunto: Envia Cópia de Requerimento

(A)

Itaboraí, 21 de agosto de 1 984.

Exmo.Sr.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exª. em anexo, cópia de requerimento de autoria do Vereador em exercício nesta Casa, Geraldo Saraiva, aprovado em reunião ordinária realizada no dia 20 de agosto do corrente.

Na oportunidade renovo a V.Exª. protestos de estima e apreço.

Edgar Rodrigues da Silva
Presidente

Ao Exmo.Sr.
Senador Amaral Peixoto
Senado Federal - Brasília - DF

62

EAP 1984.01.10
pds

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABORAI

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí,

APROVADO
Em 10
Edgar Rodrigues

A Secretaria par encaminhar
Em ___/___/ 19___
Edgar Rodrigues
Presidente

Os abaixo assinados, vereadores do PDS em exercício, partido detentor de maioria esmagadora nesta Câmara - REQUEREM, ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos ilustres deputados federais: Saramago Pinheiro, Alair Ferreira, Álvaro Valle, Amaral Netto, Darcílio Ayres, Eduardo Galil, Figueiredo Filho, Hamilton Xavier, Lázaro de Carvalho, Léo Simões, Osmar Leitão, Rubem Medina, Simão Sessim, Vilmar Pallis e Senador Amaral Peixoto, manifestando a confiança da edilidade pedessista nos seus representantes do Estado no Colégio Eleitoral, votando no candidato do PDS à presidência da República, não só pelas condições de mudança da situação que atravessa o país mas, também, pelo respeito àqueles que votaram no PDS nas últimas eleições que vêem, agora, com tristeza, alguns oportunistas que se beneficiaram com os votos ou máquina governamental pedessista, se bambearem para o lado dos que até três meses passados, nos jornais e praças públicas acusavam os integrantes do PDS de corruptos e ditadores.

Os Vereadores de Itaboraí confiam que seus representantes lutem ao lado do candidato do partido pela solução dos problemas nacionais e nunca coloquem sobre si a carapuça de corruptos.

62A

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABORAI

Cont. Fl. 02

Nós do P.D.S ainda podemos viabilizar este país e o candidato escolhido pelo Partido - PAULO SALIM MALUF - que enfrenta terrível e organizada campanha difamatória, movida por corruptos, corruptores, esquerda radical, parte considerável da chamada "grande imprensa", frustados e oportunistas - é o único não "concordino" e sem compromissos com esquerda ou direita e que ainda não "dividiu o país" em cargos a serem distribuídos.

Sala Vereador Adilson Soares, 20 de agosto de 1 984.

Geraldo Saraiva de Miranda
Vereador - Líder - P.D.S

Agnello Marins Coutinho

Hélio Nunes de Moraes

João Martins

José Oliveira

Maura Abreu Conceição

Sebastião Defáveri

Aristheu Duarte Fonseca

Edgar Rodrigues da Silva
Presidente

Encaminhado pelo Ofício
n.º ..... / ..... de ..... / ..... / .....
Funcionário

EAP 1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

RELAÇÃO NOMINAL DOS CONVENCIONAIS DO P.D.S. COM OS RESPECTIVOS NUMEROS DE VOTOS.

ESCOLHA DO CANDIDATO DO P.D.S. À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM SETEMBRO DE 1984

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

COMPOSIÇÃO DA CONVENÇÃO NACIONAL DO PDS (Eleição do Presidente da República)

ESTADOS	SENADORES	DEPUTADOS FEDERAIS	DELEGADOS ESTADUAIS	DIRETÓRIO NACIONAL	TOTAL DE VOTOS	VOTANTES
ACRE	2	4	12	1	19	18
ALAGOAS	3	5	16	5	29	23
AMAZONAS	2	4	12	3	21	19
BAHIA	3	25	56	6	90	84
CEARÁ	3	17	40	9	69	61
ESPIRITO SANTO	2	4	12	6	24	21
GOIÁS	1	5	12	3	21	15
MARANHÃO	3	14	34	5	56	48
MATO GROSSO	2	4	12	2	20	18
MATO GROSSO DO SUL	-	4	8	1	13	9
MINAS GERAIS	1	26	54	11	92	81
PARÁ	2	7	18	5	32+1 *	19
PARAÍBA	2	7	18	5	32	27
PARANÁ	-	14	28	3	45	41
PERNAMBUCO	2	14	34	6	56	45
PIAUÍ	2	6	16	3	27	24
RIO DE JANEIRO	1	14	30	12	57	47
RIO GRANDE DO NORTE	3	5	16	4	28	24
RIO GRANDE DO SUL	2	13	30	10	55+1 *	38
RONDÔNIA	3	5	16	2	26	16
SANTA CATARINA	2	8	20	2	32	23
SÃO PAULO	1	16	34	9	60	43
SERGIPE	3	6	18	3	30	18
AMAPÁ	-	4	8	2	14	11
RORAIMA	-	4	8	1	13	9
TOTAL	45	235	562	119	961+2 *	782

* Lideres da Câmara dos Deputados e no Senado Federal

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: ACRE

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Dep. Wildy Viana	x		x	2
2.	Sen. Altevir Leal			x	1
3.	Sen. Jorge Kalume			x	1
4.	Dep. Alércio Dias			x	1
5.	Dep. Amílcar de Queiroz			x	1
6.	Dep. Nosser Almeida			x	1
7.	Edgar Fontes da Silva		x		1
8.	Félix Bestene Neto		x		1
9.	Hermelino Guimarães Brasileiro		x		1
10.	Isnard Bastos Barbosa Leite		x		1
11.	Joaquim Macedo		x		1
12.	Kleber Pereira Campos		x		1
13.	Luiz Pereira de Lima		x		1
14.	Maria das Vitórias Soares de Medeiros		x		1
15.	Narciso Mendes de Assis		x		1
16.	Railda Pereira da Silva		x		1
17.	Romildo Magalhães da Silva		x		1
18.	Said Abrahim Farhat		x		1
	Total: ..... = 19 votos				
	SUPLENTES				
1.	Francisco Diógenes				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: A C R E

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
2.	Omar Sabino				
3.	Iricélia Cabanelas				
4.	Domingos Jordão				
5.	Emilson Brasil				
6.	Helder Paiva				
7.	Edivaldo Guedes				
8.	Maria do Perpétuo Socorro				
9.	Laércio Araújo Souza				
10.	Carlos Barcelar Rodrigues				
11.	Douglas Piffer Sallum				
12	Ivan Marçal				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: ALAGOAS

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Dep. Albérico Cordeiro	x		x	2
2.	Gov. Divaldo Suruagy	x	x		2
3.	Dep. Geraldo Bulhões	x		x	2
4.	Sen. Guilherme Gracindo Soares Palmeira	x		x	2
5.	Dep. José Thomaz Nonô	x		x	2
6.	Sen. Luiz Cavalcante			x	1
7.	Sen. João Lúcio da Silva		x	x	2
8.	Dep. Fernando Collor			x	1
9.	Dep. Nelson Costa			x	1
10.	Aloysio Ubaldo da Silva Nonô		x		1
11.	Benedito de Lira		x		1
12.	Carlos Benigno Pereira de Lira Neto		x		1
13.	João José Pereira de Lira		x		1
14.	João Evangelista da Costa Tenório		x		1
15.	José Bandeira de Medeiros		x		1
16.	José de Medeiros Tavares		x		1
17.	José Duarte Marques		x		1
18.	José Serpa de Menezes		x		1
19.	Manoel Gomes de Barros		x		1
20.	Miguel Soares Palmeira		x		1
21.	Neusvaldo Barbosa Leão		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: ALAGOAS

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Roberto Villar Torres		x		1
23.	Theobaldo Vasconcelos Barbosa		x		1
	Total: ..... = 29 votos				
	SUPLENTES:				
1.	Francisco Assis Gonçalves				
2.	Marcos Rubens de Medeiros Pacheco				
3.	João Batista Costa Boleado				
4.	Nelson André do Nascimento				
5.	Douglas Lins Araújo				
6.	José Martins Filho				
7.	Mário Marques Lira				
8.	Gesival Macedo da Costa Fonseca				
9.	Eneas Simplício Brandão				
10.	Orlando Campos Barros				
11.	Hilton Agra de Albuquerque				
12.	Rubens Peixoto Costa				
13.	Elisio da Silva Maia				
14.	Aloisio Rodrigues de Melo				
15.	José Luiz Lessa				
16.	Ciridião Durval Peixoto				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: AMAZONAS

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Sen. Eunice Michiles	x		x	2
2.	Dep. José de Oliveira Fernandes	x		x	2
3.	José Lindoso	x			1
4.	Sen. Raimundo Parente			x	1
5.	Dep. José Lins de Albuquerque			x	1
6.	Dep. Josué de Souza			x	1
7.	Dep. Vivaldo Frota			x	1
8.	Aristides Queiroz		x		1
9.	Átila Lins		x		1
10.	Cleuter Mendonça		x		1
11.	Enéas Gonçalves		x		1
12.	Homero de Miranda Leão		x		1
13.	Humberto Michiles		x		1
14.	Jamil Seffair		x		1
15.	José Belo Ferreira		x		1
16.	Josué Filho		x		1
17.	Maria do Socorro Dutra		x		1
18.	Natanael Bento Rodrigues		x		1
19.	Waldir Barros		x		1
	Total: ..... = 21 votos				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: AMAZONAS

SUPLENTES

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Ruy Alberto Costa Lins				
2.	Joaquim Pessoa Igrejas Lopes				
3.	Flávio Brito				
4.	Sadie Hauache				
5.	Djalma Passos				
6.	Barros de Carvalho				
7.	Eber Leão				
8.	Jair Cavalcanti				
9.	Plínio Valério				
10.	Mário Amorim				
11.	Carlos Esteves				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães	x	x		2
2.	Sen. Antônio Lomanto Júnior	x		x	2
3.	Dep. Horácio Matos Júnior	x		x	2
4.	Gov. João Durval Carneiro	x	x		2
5.	Dep. Joaquim Rui Paulilo Bacelar	x		x	2
6.	Dep. José Lourenço	x		x	2
7.	Sen. Jutahy Magalhães			x	1
8.	Sen. Luiz Viana Filho			x	1
9.	Dep. Afrísio Vieira Lima			x	1
10.	Dep. Ângelo Magalhães			x	1
11.	Dep. Antônio Osório			x	1
12.	Dep. Djalma Bessa			x	1
13.	Dep. Eraldo Tinoco			x	1
14.	Dep. Etelvir Dantas			x	1
15.	Dep. Félix Mendonça			x	1
16.	Dep. Fernando Magalhães			x	1
17.	Dep. França Teixeira			x	1
18.	Dep. Francisco Benjamim			x	1
19.	Dep. Gorgônio Neto			x	1
20.	Dep. Hélio Correia			x	1
21.	Dep. Jairo Azi			x	1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

DELEGADOS (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Dep. João Alves			x	1
23.	Dep. José Penedo			x	1
24.	Dep. Jutahy Júnior			x	1
25.	Dep. Leur Lomanto			x	1
26.	Dep. Manoel Novaes			x	1
27.	Dep. Ney Ferreira			x	1
28.	Dep. Prisco Viana			x	1
29.	Dep. Rômulo Galvão			x	1
30.	Dep. Wilson Falcão			x	1
31.	Adolfo Viana de Castro		x		1
32.	Alberval Raimundo Razoni Figueiredo		x		1
33.	Álvaro Fernandes da Cunha Filho		x		1
34.	Ângelo Calmon de Sá		x		1
35.	Antônio Bião Martins Luna		x		1
36.	Antônio Carlos Daltro Coelho		x		1
37.	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior		x		1
38.	Antônio José Imbassahy da Silva		x		1
39.	Antônio Menezes Filho		x		1
40.	Antônio Sérgio Barradas Carneiro		x		1
41.	Benito da Gama Santos		x		1
42.	César de Araújo Matta Pires		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

DELEGADOS (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Dival Figueiredo Machado		x		1
44.	Domingos Lavigne de Lemos		x		1
45.	Edivaldo Machado Boaventura		x		1
46.	Edvaldo de Oliveira Flores		x		1
47.	Eliel Silva Martins		x		1
48.	Fernando Cincurá de Andrade		x		1
49.	Geraldo Siqueira Mata Pires		x		1
50.	Jairo Alfredo Oliveira Carneiro		x		1
51.	Jayro Nunes Sento-Sé		x		1
52.	Jorge Augusto Novis		x		1
53.	Jorge Khoury Heday		x		1
54.	Jorge Lins Freire		x		1
55.	José Alfredo de Campos França		x		1
56.	José Carlos Facó		x		1
57.	José Gomes dos Santos Cruz		x		1
58.	Juracy Carvalho Brito Magalhães		x		1
59.	Cleber Pacheco de Oliveira		x		1
60.	Lauro da Silva Correia		x		1
61.	Leonídio Pinheiro Fernandes		x		1
62.	Luiz Eduardo Maron de Magalhães		x		1
63.	Luiz Fernando Pedreira Laranjeira		x		1

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

DELEGADOS (cont ...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
64.	Luís Fernando Studart Ramos de Queiroz		x		1
65.	Luís José de Oliveira		x		1
66.	Luís Rogério Mendes Cruz		x		1
67.	Luís Viana Neto		x		1
68.	Manoel de Almeida Passos Filho		x		1
69.	Manoel Figueiredo Castro		x		1
70.	Márcio Augusto Farias de Queiroz		x		1
71.	Mário Linhares Nou		x		1
72.	Maurício Magalhães Stern		x		1
73.	Murilo Coelho Cavalcanti		x		1
74.	Nelson de Carvalho Assis Barros		x		1
75.	Noide Ferreira de Cerqueira		x		1
76.	Osvaldo Ferreira Barreto		x		1
77.	Paulo Ganen Souto		x		1
78.	Paulo Rubens Souza Meccia		x		1
79.	Paulo Virgílio Maracajá Pereira		x		1
80.	Plínio Carneiro da Silva		x		1
81.	Plínio Maiani Guerreiro		x		1
82.	Rafael Souza de Oliveira		x		1
83.	Rosalvo Barbosa Romeu		x		1
84.	Waldeck Vieira Ornelas		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

TOTAL.:.....= 90 votos.

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
	SUPLENTES				
1.	João Henrique de Barradas Carneiro				
2.	Arivaldo Gomes da Mota				
3.	Hugo Navarro da Silva				
4.	Antonio Carlos Magalhães Blumetti				
5.	Raulino Franklin Queiroz				
6.	Osório Cardoso Vilas Boas				
7.	Luiz Gonzaga Andrade Amaral				
8.	Carlos Borges Luz				
9.	Jonival Lucas da Silva				
10.	Rodolfo de Queiroz Filho				
11.	Eujácio Simões Viana Filho				
12.	Edgard Dourado Lima				
13.	José Eloy de Carvalho				
14.	Horacio Matos Neto				
15.	Miguel Abrão Fahel Filho				
16.	Alfredo José Malafaia Casaes				
17.	José Carlos Melo da Silva				
18.	Afonso Hildebrando Barbuda				
19.	Antonio Navarro da Silva				
20.	Ivan Guianais de Oliveira				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
21.	Luiz Carlos Oliveira de Almeida				
22.	Lorival Evangelista da Costa				
23.	Oscar Marques				
24.	Walfredo Thales de Amorim Silva				
25.	José Carlos Leão Araújo				
26.	Ridalva Correia de Melo Figueiredo				
27.	Cicero Freitas de Carvalho				
28.	Oscar Cardoso da Silva				
29.	José Alfredo Rocha Dias				
30.	Josué da Silva Melo				
31.	Maria José da Lima Silveira				
32.	Carlos Alberto Carneiro Brandão				
33.	Antonio Alcione da Silva Cedraz				
34.	Luiz Sergio Rodrigues				
35.	Washington Paulo Correia Figueiredo				
36.	José Francisco de Carvalho Neto				
37.	Adhemar Barroso Alves				
38.	João Juarez Barreto				
39.	Hamilton Saback Cohim				
40.	Gonçalo Brandão Lima				
41.	Marcelo José Monteiro da Costa				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: BAHIA

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
42.	Plinio Matta Pires Roriz				
43.	Sergio Luiz Lacerda Brito				
44.	David Mendes Pereira				
45.	Maria Auxiliadora de Almeida Minahim				
46.	Sergio Nobre de Andrade				
47.	Luiz Alberto Brasil de Souza				
48.	Marcos Melo Neto				
49.	Firmino Ferreira Sampaio Neto				
50.	Candido Gonçalves da Costa Pereira				
51.	Antonio Rodrigues do Nascimento Filho				
52.	Noelio Dantaslé Spínola				
53.	Eduardo Pereira de Albuquerque Melo				
54.	Roberto Jacobina Vieira				
55.	Valdimir Abdala Nunes				
56.	Afonso Bastos Amorim				

Legenda:

MDN - Membros do Diretório Nacional

D - Delegados

P - Parlamentares

T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: CEARÁ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Gov. Luiz Gonzaga da Motta	x	x		2
2.	Min. César Cals de Oliveira Filho	x	x		2
3.	Fernando Nogueira Gurgel	x			1
4.	José Adauto Bezerra	x	x		2
5.	Dep. Ossian Araripe	x		x	2
6.	Dep. Haroldo Sanford	x		x	2
7.	Dep. Sérgio Philomeno	x		x	2
8.	Dep. Flávio Portella Marcílio	x		x	2
9.	Sen. José Lins Albuquerque	x		x	2
10.	Sen. Almir Pinto			x	1
11.	Sen. Virgílio Távora			x	1
12.	Dep. Aécio de Borba			x	1
13.	Dep. Carlos Virgílio			x	1
14.	Dep. Cláudio Philomeno			x	1
15.	Dep. Evandro Ayres de Moura			x	1
16.	Dep. Furtado Leite			x	1
17.	Dep. Gomes da Silva			x	1
18.	Dep. Leorne Belém			x	1
19.	Dep. Lúcio Alcântara			x	1
20.	Dep. Manoel Gonçalves			x	1
21.	Dep. Marcelo Linhares			x	1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: CEARÁ

(cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Dep. Mauro Sampaio			x	1
23.	Dep. Orlando Bezerra			x	1
24.	Dep. Paulo Lustosa			x	1
25.	Alfredo de Almeida Machado		x		1
26.	Antonio de Almeida Jacó		x		1
27.	Antonio dos Santos Soares Cavalcante		x		1
28.	Antonio Gomes da Câmara		x		1
29.	Aquiles Peres Mota		x		1
30.	Artur Silva Filho		x		1
31.	Ary Ribeiro Teixeira		x		1
32.	Carlos Alberto Cruz		x		1
33.	César Cals de Oliveira Neto		x		1
34.	Claudino Sales		x		1
35.	Domingos José Carvalho de Araújo Holanda Fontes		x		1
36.	Douvina Aleuda Eudardo de Castro		x		1
37.	Edmilton Gomes de Soarez		x		1
38.	Erasmo Rodovalho de Alencar		x		1
39.	Ernesto Gurgel Valente		x		1
40.	Etevaldo Nogueira Lima		x		1
41.	Francisco Andrade Teófilo Girão		x		1
42.	Francisco Armando Aguiar		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: CEARÁ

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Francisco Danilo Marinho Cordeiro		x		1
44.	Francisco de Paula Fortaleza		x		1
45.	Francisco Diógenes Nogueira		x		1
46.	Francisco Ednaldo Bessa		x		1
47.	Francisco Fernando Alcântara Mota		x		1
48.	Francisco Figueiredo de Paula Pessoa		x		1
49.	Francisco Fonseca Coelho		x		1
50.	José Afonso Sancho		x		1
51.	José Dias de Macedo		x		1
52.	José Mário Mota Barbosa		x		1
53.	Manoel Castro Filho		x		1
54.	Marconi José Figueiredo de Alencar		x		1
55.	Moacir Bezerra Freire		x		1
56.	Murilo Rocha Aguiar		x		1
57.	Nicia Portella Marcílio		x		1
58.	Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo		x		1
59.	Raimundo Mourão da Rocha		x		1
60.	Themístocles de Castro e Silva		x		1
61.	Ubiratan Diniz Aguiar		x		1
	Total: ..... = 69 votos				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: CEARÁ

SUPLENTES

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Vicente Antenor Ferreira Gomes Filho				
2.	Raul Cabral Sá				
3.	Antonio Bitu dos Santos				
4.	Alfredo Coelho Veras				
5.	Manoel Salviano Sobrinho				
6.	Raimundo Bezerra Coelho de Farias				
7.	Francisco Pinheiro Landim				
8.	Orzete Philomeno Ferreira Gomes				
9.	Antonio Lins Melo				
10.	Elísio Alves de Alencar				
11.	Teodoro de Jesus Germano				
12.	Padre Aristides Sales				
13.	Casimiro Leite de Oliveira Neto				
14.	Fernando Nogueira Gurgel				
15.	Eonio Fontenele				
16.	Francisco Mozze Enito Soares Pedrosa				
17.	Domingos Brasileiro Pontes				
18.	Cid Saboia de Carvalho				
19.	Wilson Magalhães Monteiro				
20.	Paulo Nogueira Cirino				
21.	Iara Guerra Silva				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: CEARÁ

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Acilon Gonçalves Pinto				
23.	José Santos Mourão				
24.	José Valdomiro Távora				
25.	Obi Diniz				
26.	Juarez Queiroz Olímpio				
27.	Francisco Sigismundo Rodrigues dos Santos Neto				
28.	José Rolim Filho				
29.	José Barros de Alencar				
30.	José Maurilio Assêncio Araújo				
31.	Liberato Moacir de Aguiar				
32.	Filuvio Nocrato Soares				
33.	Manoel Dantas de Araújo				
34.	Aloísio Soares				
35.	José Napoleão de Araújo				
36.	Canuto Tupi Caldas				
37.	Edmar Feitosa				
38.	José Gurgel Filho				
39.	José Everardo Silveira				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: ESPÍRITO SANTO

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Alício Franco	x			1
2.	Min. Danilo Venturini	x			1
3.	Christiano Dias Lopes	x	x		2
4.	Eurico Vieira Rezende	x			1
5.	Dep. José Carlos Fonseca	x		x	2
6.	Dep. Theodorico Ferraço	x		x	2
7.	Sen. João Calmon			x	1
8.	Sen. Moacyr Dalla			x	1
9.	Dep. Pedro Ceolin			x	1
10.	Dep. Stélio Dias			x	1
11.	Alcino Santos		x		1
12.	Camilo Colla		x		1
13.	Emir de Macedo Gomes		x		1
14.	Heraldo Barbosa Musso		x		1
15.	Jonice Siqueira Tristão		x		1
16.	Jorge Daher Filho		x		1
17.	Jorge Devens de Oliveira		x		1
18.	Lúcio Merçon		x		1
19.	Paulo Stefenoni		x		1
20.	Pedro Leal		x		1
21.	Walter de Prá		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional

D - Delegados

P - Parlamentares

T - Total

TOTAL :.....= 24 votos

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: ESPÍRITO SANTO

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
	SUPLENTES				
1.	Wallace Vieira Borges				
2.	João Manoel Nogueira de Miranda				
3.	Deolino Álvaro Tavares da Costa				
4.	Henrique Pretti				
5.	Edson Machado				
6.	Etevaldo Damásio				
7.	Artur Carlos Geraldth Santos				
8.	Fued Nemer				
9.	Pedro Colin				
10.	Setembrino Pelissari				
11.	Moacir Vargas				
12.	João Miguel Feu Rosa				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: GOIÁS

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Sen. Benedito Vicente Ferreira	x		x	2
2.	Golbery do Couto e Silva	x	x		2
3.	Dep. Wolney Siqueira	x	x	x	3
4.	Dep. Brasílio Caiado			x	1
5.	Dep. Ibsen de Castro			x	1
6.	Dep. Jaime Câmara		x	x	2
7.	Dep. Siqueira Campos		x	x	2
8.	Adjair de Lima e Silva		x		1
9.	Ary Valadão		x		1
10.	Clarismar Fernandes		x		1
11.	Heli Dourado		x		1
12.	Otavio Lage		x		1
13.	René Pompeu de Pina		x		1
14.	Sebastião Antonio de Mendonça		x		1
15.	Vilmar Rocha		x		1
	TOTAL: .....= 21 Votos.				
	SUPLENTES				
1.	Maria Ribeiro Cavalcante				
2.	Juracy Teixeira				
3.	Ailton Lellis				
4.	José Neide Araújo				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: GOIÁS

SUPLENTES (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
5.	Eduardo Cota Mendonça				
6.	Ataide Rodrigues Borges				
7.	Liberato de Almeida				
8.	Jamil Miguel				
9.	Sílvio Paschoal				
10.	José Eduardo Siqueira Campos				
11.	Turmim Azevedo				
12.	Olegário José de Oliveira				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MARANHÃO

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Gov. Luiz Alves Coelho Rocha	x	x		2
2.	Sen. Alexandre Alves Costa	x	x	x	3
3.	Sen. João Castelo Ribeiro Gonçalves	x	x	x	3
4.	Sen. José Sarney	x	x	x	3
5.	Dep. José Ribamar Machado	x		x	2
6.	Dep. Baima Júnior			x	1
7.	Dep. Edison Lobão			x	1
8.	Dep. Enoc Vieira			x	1
9.	Dep. Eurico Ribeiro			x	1
10.	Dep. Jaime Santana			x	1
11.	Dep. João Alberto de Souza			x	1
12.	Dep. João Rebelo			x	1
13.	Dep. José Burnett			x	1
14.	Dep. Magno Bacelar			x	1
15.	Dep. Nagib Haickel			x	1
16.	Dep. Sarney Filho			x	1
17.	Dep. Vieira da Silva			x	1
18.	Dep. Victor Trovão			x	1
19.	Alexandre Alves Costa Júnior		x		1
20.	Anselmo de França Ferreira		x		1
21.	Cândido Artur Medeiros Ribeiro		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MARANHÃO

DELEGADOS (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Carlos Gomes Amorim		x		1
23.	Eliezer Moreira Filho		x		1
24.	Expedito Leite de Souza		x		1
25.	Fernando José Macieira Sarney		x		1
26.	Francisco Herenio Alves Pereira		x		1
27.	João Antonio de Barros Neto		x		1
28.	João Rodolfo Ribeiro Gonçalves		x		1
29.	Jorge Francisco Murad		x		1
30.	José Queiroz Carvalho		x		1
31.	José Reinaldo Tavares		x		1
32.	Josélio Fernandes Carvalho Branco		x		1
33.	Jurandy da Costa Leite		x		1
34.	Lais_Pedroso de Abreu Carvalho		x		1
35.	Luiz Carlos Bello Parga		x		1
36.	Luiz Gonzaga Bayma Pereira		x		1
37.	Luiz Rocha Filho		x		1
38.	Manoel Maria Soares Paiva		x		1
39.	Manoel Martins Carvalho		x		1
40.	Marcelo Tadeu de Assunção		x		1
41.	Mario Alves de Carvalho		x		1
42.	Maria Gardenia Santos Ribeiro Gonçalves		x		1

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MARANHÃO

DELEGADOS (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Mauro de Alencar Fecury		x		1
44.	Numa Pompilio Bayma Pereira		x		1
45.	Orleans Mendes Soares		x		1
46.	Raimundo Nonato Castelo Cordeiro		x		1
47.	Roberto de Pádua Macieira		x		1
48.	Washington de Oliveira Viegas		x		1
	TOTAL: ..... = 56 votos.				
	SUPLENTES				
1.	Carlos Pinheiro Gasparinho				
2.	José Matias de Souza Neves				
3.	Carlos Alberto Barateiro da Costa				
4.	Hezir Spíndola Gomes Moreira				
5.	Íris de Moraes Rêgo Nascimento				
6.	Jurandy Ferro do Lago				
7.	Aloísio de Abreu Lobo				
8.	João Afonso Barata Lopes Bastos				
9.	Antonio Pontes de Aguiar				
10.	Moisés Alves dos Reis				
11.	Carlos Sosthenes				
12.	Yedo Flamarion Lobão				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MARANHÃO

SUPLENTES (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
13.	Rosalvo Diniz				
14.	Edivaldo de Holanda Braga				
15.	Joaquim Elias Pinto Haickel				
16.	José Ribamar Elouf				
17.	Carlos César Branco Bandeira				
18.	Manoel da Penha Oliveira				
19.	Eleotério Nan Sousa				
20.	Sebastião Murad				
21.	Antonio Carlos Braide				
22.	Riod Ayoub Jorge				
23.	Filadelfo Dedeco Mendes Filho				
24.	Marcelino Bispo Cavalcante				
25.	Mário José Dias Carneiro				
26.	Antonio Carlos Martins Jorge				
27.	Raimundo Gomes de Lima				
28.	Wilson Ramos Neiva				
29.	Luiz Alfredo Netto Guterrez Soares				
30.	Emílio Biloh Murad				
31.	Absalão Coelho				
32.	José de Ribamar Salim Rosa				
33.	Carlos Alberto Soares				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M A T O G R O S S O

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Gov. Júlio José de Campos	x	x		2
2.	Dep. Bento Porto	x		x	2
3.	Sen. Benedito Canelas			x	1
4.	Sen. Roberto Campos			x	1
5.	Dep. Cristino Cortes			x	1
6.	Dep. Jonas Pinheiro			x	1
7.	Dep. Maçao Tadano			x	1
8.	Anildo de Lima Barros		x		1
9.	Benedito Alves Ferraz		x		1
10.	Benedito Santiago		x		1
11.	Djalma Carneiro da Rocha		x		1
12.	Frederico Carlos Soares Campos		x		1
13.	Jaime Veríssimo de Campos		x		1
14.	José Monteiro de Figueiredo		x		1
15.	Pedro Rodrigues de Lima		x		1
16.	Ubiratan Francisco Vilela Spinelli		x		1
17.	Wilmar Peres de Faria		x		1
18.	Zanete Ferreira Cardinal		x		1
	Total: ..... = 20 votos				
	SUPLENTES				
1.	José Vilanova Torres				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MATO GROSSO

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
2.	Elzio Virgílio Correa				
3.	Paulo Pitaluga				
4.	João Bernardo Correa da Costa				
5.	Gerônimo Nunes Rondon				
6.	Haroldo Arruda				
7.	Aldo Borges				
8.	João José Magalhães				
9.	Márcio Pinheiro				
10.	Márcio Cassiano da Silva				
11.	Orestes Batista Barreira				
12.	Divino Moraes Coelho				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MATO GROSSO DO SUL

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Dep. Albino Coimbra	x	x	x	3
2.	Dep. Levy Dias			x	1
3.	Dep. Saulo Queiroz		x	x	2
4.	Dep. Ubaldo Barém		x	x	2
5.	Ary Rigo		x		1
6.	Londres Machado		x		1
7.	Pedro Pedrossian		x		1
8.	Walter Benedito Carneiro		x		1
9.	Zenobio dos Santos		x		1
	Total: ..... = 13 votos				
	SUPLENTES				
1.	Nelson Trad				
2.	Manfredo Alves Correa				
3.	Armando Anache				
4.	Daladier Agi				
5.	Walter de Castro				
6.	Deodato Leonardo da Silva				
7.	Antonio Rosário Migliorine				
8.	Artur Jorge F. do Amaral				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M I N A S G E R A I S

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Vice-Pres. Antonio Aureliano Chaves de Mendonça	x	x		2
2.	Dep. Bonifácio José Tamm de Andrada	x		x	2
3.	Francelino Pereira dos Santos	x	x		2
4.	Dep. Gerardo Renault	x		x	2
5.	Dep. Homero Santos	x		x	2
6.	Dep. Humberto Souto	x		x	2
7.	Min. Ibrahim Abi-Ackel	x	x		2
8.	Dep. Israel Pinheiro Filho	x		x	2
9.	Dep. José Machado	x		x	2
10.	Dep. José Magalhães Pinto	x		x	2
11.	Dep. Navarro Vieira Filho	x		x	2
12.	Sen. Murilo Badaró			x	1
13.	Dep. Aécio Cunha			x	1
14.	Dep. Antonio Dias			x	1
15.	Dep. Carlos Eloy			x	1
16.	Dep. Castejon Branco			x	1
17.	Dep. Christóvam Chiaradia			x	1
18.	Dep. Emílio Gallo			x	1
19.	Dep. Jairo Magalhães			x	1
20.	Dep. José Carlos Fagundes			x	1
21.	Dep. Mário Assad			x	1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: MINAS GERAIS

Cont....

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Dep. Maurício Campos			x	1
23.	Dep. Nylton Velloso			x	1
24.	Dep. Oscar Corrêa			x	1
25.	Dep. Ozanan Coelho			x	1
26.	Dep. Paulino Cícero de Vasconcelos			x	1
27.	Dep. Raul Bernardo			x	1
28.	Dep. Ronaldo Canedo			x	1
29.	Dep. Rondon Pacheco			x	1
30.	Dep. Vicente Guabiroba			x	1
31.	Agostinho Patrús		x		1
32.	Alcir Nascimento		x		1
33.	Antonio Luiz Vilaça Mendes		x		1
34.	Antonio Milton Sales		x		1
35.	Artur Fagundes de Oliveira		x		1
36.	Camilo Machado Miranda		x		1
37.	Cleuber Brandão Carneiro		x		1
38.	Chrispim Jacques Bias Fortes		x		1
39.	Cyro de Aguiar Maciel		x		1
40.	Delfim de Carvalho Ribeiro		x		1
41.	Delson Scarano		x		1
42.	Denio Moreira de Carvalho		x		1

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M I N A S G E R A I S

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Domingos Sávio Teixeira Lanna		x		1
44.	Edilson Lamartine Mendes		x		1
45.	Eliseu Resende		x		1
46.	Emilio Haddad Filho		x		1
47.	Euclides Pereira Cintra		x		1
48.	Fernando Antonio Rainho Tomas Ribeiro		x		1
49.	Fernando Jorge Fagundes Neto		x		1
50.	Fernando Junqueira Reis de Andrade		x		1
51.	Fulvio Moreira Fontoura		x		1
52.	Gil César Moreira de Abreu		x		1
53.	Hildebrando Canabrava Rodrigues		x		1
54.	Hugo Campos		x		1
55.	Jaime Martins do Espírito Santo		x		1
56.	João Araújo Ferraz		x		1
57.	João Batista Rosa		x		1
58.	João Carlos Ribeiro de Navarro		x		1
59.	João Marques de Vasconcelos		x		1
60.	João Pedro Gustin		x		1
61.	Jesus Trindade Barreto		x		1
62.	José Geraldo de Oliveira		x		1
63.	José Bonifácio Tamm de Andrada		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M I N A S G E R A I S

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
64.	José Laviola de Mattos		x		1
65.	José Mendes Honório		x		1
66.	José Santana de Vasconcelos Moreira		x		1
67.	Juarez Quintão Hosken		x		1
68.	Luiz Boale Porto Salman		x		1
69.	Luiz Vicente Ribeiro Calicchio		x		1
70.	Marcos da Cunha Peixoto		x		1
71.	Mário Pacheco		x		1
72.	Narcélio Mendes Ferreira		x		1
73.	Otacílio Oliveira de Miranda		x		1
74.	Paulo José de Araújo		x		1
75.	Pio Soares Canedo		x		1
76.	Raimundo Silva Albergaria		x		1
77.	Roberto Benedito Junqueira		x		1
78.	Roberto Luiz Soares de Melo		x		1
79.	Samir Tannus		x		1
80.	Sylo da Silva Costa		x		1
81.	Telêmaco Coriolano Pompei		x		1
	Total: ..... = 92 votos				
	SUPLENTES:				
1.	Feliciano de Oliveira				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M I N A S G E R A I S

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
2.	Carlos José Lemos				
3.	José Vieira de Mendonça Sobrinho				
4.	Luiz Augusto Vasconcelos Barros				
5.	Zulma Alves Dias Leal				
6.	Itamar Dias Teixeira				
7.	Helvécio Antonio Horta Arantes				
8.	Carlos Magno Dias				
9.	João Gilberto Rodrigues da Cunha				
10.	Hugo Rodrigues da Cunha				
11.	Fábio Fonseca e Silva				
12.	Geraldo Morais Quintão				
13.	Geraldo Martins Silveira				
14.	Nelson José Lombardi				
15.	Carlos Edil Freitas Fortes				
16.	Ailton de Oliveira				
17.	José Luiz de Souza				
18.	Antonio Teixeira da Costa				
19.	Marcelo Dias				
20.	Jair Carvalho				
21.	Marconi Issa				
22.	Osvaldo Franco				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M I N A S G E R A I S

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
23.	Hélio Issa				
24.	Euler Caetano de Lima				
25.	Josefino Rodrigues Froes				
26.	Marconi Cosenza				
27.	Jorge Alcici				
28.	Osvaldo Ferreira				
29.	José Monteiro da Cunha Magalhães				
30.	Haroldo Lopes da Costa				
31.	Paulo Christiano de Mendonça				
32.	Carlos Alberto Horta Rezende				
33.	Aloísio Tavares Maciel				
34.	José Maria da Luz				
35.	Nilda Tostis Lima				
36.	João Alves de Queiroz				
37.	Edir Ferreira Passos				
38.	Luiz Antonio Galante				
39.	Eduardo Lopes Tomich				
40.	Gilson Castro Pires				
41.	Newton Ferreira de Paiva Filho				
42.	Fábio Justino Couto				
43.	Geraldo Duarte Marinho				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: M I N A S G E R A I S

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
44.	João Gomes Marcos				
45.	Gabriel Geraldo Soares de Souza				
46.	João Custódio da Silva				
47.	Manoel Olivério Magalhães				
48.	Jorme dos Santos				
49.	Anacleto Correia de Faria Neto				
50.	Sebastião Camargo				
51.	Sebastião Drumond				
52.	Rubens Moreira				
53.	Geraldo Marques da Silva				
54.	Miro Auad				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARÁ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T	
1.	Sen. Aloysio Chaves da Costa	x	x	x	3+1	(Líder)
2.	Sen. Gabriel Hermes	x	x	x	3	
3.	Min. Jarbas Gonçalves Passarinho	x	x		2	
4.	Dep. Jorge Wilson Arbage	x		x	2	
5.	Dep. Osvaldo Melo	x	x	x	3	
6.	Dep. Antonio Amaral		x	x	2	
7.	Dep. Gerson Peres		x	x	2	
8.	Dep. Lúcia Viveiros		x	x	2	
9.	Dep. Manoel Ribeiro		x	x	2	
10.	Dep. Sebastião Curió		x	x	2	
11.	Antonio da Silva Pereira		x		1	
12.	Claudio Furlan		x		1	
13.	Eloy Albuquerque de Oliveira Santos		x		1	
14.	Herbert Matos Veríssimo		x		1	
15.	João Alves da Mota		x		1	
16.	Oziel Rodrigues Carneiro		x		1	
17.	Paulo Imbiriba Lisboa		x		1	
18.	Ronaldo Passarinho Pinto de Souza		x		1	
19.	Zeno Augusto Bastos Veloso		x		1	
	TOTAL:.....32+1 votos (+1= Líder					

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARÁ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
	SUPLENTES				
1.	João Augusto Figueiredo de Oliveira				
2.	Sebastião Andrade				
3.	Gilberto Ronaldo C. de Azevedo				
4.	Sílvio Leopoldo de Macambira Braga				
5.	João Mousinho Coelho				
6.	Milton Blanco de Abrunhosa Trindade				
7.	Otávio Avertano de Macedo Barreto da Rocha				
8.	Valmir Hugo Pontes dos Santos				
9.	Modesto da Encarnação Rodrigues				
10.	Antonio Nonato do Amaral Júnior				
11.	Agostinho Linhares de Souza				
12.	Daniel Cardoso da Silva				
13.	Rocimar Miranda Santos				
14.	Manoel de Almeida Coelho				
15.	Raimundo Nonato Mesquita				
16.	Tompson Félix Custódio da Mota				
17.	Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior				
18.	Carlos Benedito Pereira Castro				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARAIBA

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Gov. Wilson Leite Braga	x	x		2
2.	Dep. Antonio da Costa Gomes	x		x	2
3.	Dep. Joacil Pereira	x		x	2
4.	Dep. Tarcísio Burity	x		x	2
5.	Dep. Álvaro Gaudêncio	x		x	2
6.	Sen. Marcondes Gadelha			x	1
7.	Sen. Milton Cabral			x	1
8.	Dep. Adauto Pereira			x	1
9.	Dep. Edme Tavares			x	1
10.	Dep. Ernani Sátyro			x	1
11.	Aécio Pereira de Lima		x		1
12.	Aloysio Pereira Lima		x		1
13.	Antonio Bezerra Cabral Sobrinho		x		1
14.	Antonio Nominando Diniz		x		1
15.	Clovis Bezerra Cavalcanti		x		1
16.	Efraim de Arújo Morais		x		1
17.	Elzir Nogueira Matos		x		1
18.	Evaldo Gonçalves de Queiroz		x		1
19.	Francisco de Assis Camelo		x		1
20.	Ivan Bichara Sobreira		x		1
21.	João Juracy Palhano Freire		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARAIBA

DELEGADOS (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	José Carlos da Silva Júnior		x		1
23.	José Lacerda Neto		x		1
24.	Manoel Alceu Gaudêncio		x		1
25.	Múcio Wanderley Styro		x		1
26.	Oswaldo Trigueiro do Valle		x		1
27.	Paulo Benevides Gadelha		x		1
	TOTAL: .....32 votos .				
	SUPLENTES				
1.	Ademar Pereira Vieira				
2.	Heloísa Helena P. Pimentel				
3.	Francisco José de Figueiredo				
4.	Dirceu Arnaud Diniz				
5.	Ernesto Heráclito do Rêgo				
6.	Aderval Martins de Medeiros				
7.	Adriano Pereira Lima				
8.	Armando Abílio Vieira				
9.	Otalício Bento de Morais				
10.	Reginaldo Pereira da Costa				
11.	Benjamin Rosa de Vasconcelos				
12.	Gil Galdino				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARAIBA

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
13.	João Bosco Braga Barreto				
14.	Armando Xavier Pereira da Costa				
15.	Abdon Miranda Filho				
16.	Terezinha Lins Pessoa				
17.	Lídio Ferreira da Silva				
18.	Inácio Pedrosa Sobrinho				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARANÁ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Dep. Antonio Mazurek	x		x	2
2.	Dep. Ítalo Conti	x		x	2
3.	Dep. Oscar Alves	x	x	x	3
4.	Dep. Alceni Guerra			x	1
5.	Dep. Antonio Ueno			x	1
6.	Dep. Ary Kffuri			x	1
7.	Dep. Fabiano Braga Cortes			x	1
8.	Dep. José Carlos Martinez			x	1
9.	Dep. Luiz Antonio Fayet			x	1
10.	Dep. Norton Macedo			x	1
11.	Dep. Otávio Cesário			x	1
12.	Dep. Reinhold Stephanes			x	1
13.	Dep. Renato Johnson			x	1
14.	Dep. Santos Filho			x	1
15.	Airton Cordeiro		x		1
16.	Assis Gurgacz		x		1
17.	Augusto Carneiro		x		1
18.	Basilio Zanusso		x		1
19.	Donato Gulin		x		1
20.	Erondy Silverio		x		1
21.	Ezequias Losso		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARANÁ

DELEGADOS (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Faud Nacli		x		1
23.	Gabriel Manoel		x		1
24.	Gilberto Carvalho		x		1
25.	Ivan Gubert		x		1
26.	Jorge Maia Filho		x		1
27.	José de Oliveira Castilho		x		1
28.	Jucundino da Silva Furtado		x		1
29.	Leonidas Chaves		x		1
30.	Luiz Alberto Martins de Oliveira		x		1
31.	Nelson Buffara		x		1
32.	Odeni Mongruel		x		1
33.	Ney Braga		x		1
34.	Paulo Pimentel		x		1
35.	Pericles Pacheco		x		1
36.	Quielse Crisostomo da Silva		x		1
37.	Saul Raiz		x		1
38.	Tercio Alves de Albuquerque		x		1
39.	Tuguio Setogutte		x		1
40.	Werner Wanderer		x		1
41.	Wilson Fortes		x		1
	Total: ..... = 45 votos				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARANÁ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
	SUPLENTES				
1.	Renato Jonhsson				
2.	Wilson Deconto				
3.	Alceni Guerra				
4.	Ari Kffuri				
5.	Tulio Vargas				
6.	Reinhold Stephanes				
7.	Luiz Antonio Fayet				
8.	Antonio Ueno				
9.	Edson Coppla				
10.	Adalberto Massa				
11.	Antonio Mazurek				
12.	José Carlos Martinez				
13.	Fabiano Braga Fortes				
14.	José Hercilio Kreling				
15.	José Roberto Pegoraro				
16.	Everaldo Bergonzini				
17.	Flávio Accorsi				
18.	Otávio Cesário				
19.	Egon José Treml				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PARANÁ

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
20.	Ítalo Conti				
21.	Marcelo Milleo				
22.	Edgard Pimentel				
23.	Nelson Jorge				
24.	Gabriel Pires				
25.	Daniel Meneguel				
26.	Joaquim dos Santos Filho				
27.	Cleverson Marinho Teixeira				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: P E R N A M B U C O

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Dep. Antônio Farias	x	x	x	3
2.	Dep. Geraldo Melo	x		x	2
3.	Dep. João Carlos de Carli	x		x	2
4.	José Costa Cavalcanti	x	x		2
5.	Dep. Pedro Corrêa	x	x	x	3
6.	Gov. Roberto Magalhães	x	x		2
7.	Sen. Aderbal Jurema		x	x	2
8.	Sen. Marco Maciel		x	x	2
9.	Dep. Airon Rios			x	1
10.	Dep. Gonzaga Vasconcelos		x	x	2
11.	Dep. Inocêncio Oliveira			x	1
12.	Dep. José Jorge			x	1
13.	Dep. José Moura			x	1
14.	Dep. José Mendonça Bezerra			x	1
15.	Dep. Nilson Gibson			x	1
16.	Dep. Osvaldo Coelho			x	1
17.	Dep. Ricardo Fiúza			x	1
18.	Dep. Thales Ramalho			x	1
19.	Augusto Carneiro de Novaes		x		1
20.	Augusto da Silva Lucena		x		1
21.	Felipe Coelho		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: P E R N A M B U C O

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Gildarte Giambastiani da Silva		x		1
23.	Gilson Machado Guimarães Filho		x		1
24.	Gustavo Krause		x		1
25.	Horácio Falcão Ferraz		x		1
26.	João Pereira dos Santos		x		1
27.	João Carlos Paes Mendonça		x		1
28.	Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti		x		1
29.	Jorge Antonio Cavalcante da Silva		x		1
30.	José Antônio Barreto Guimarães		x		1
31.	José Francisco de Moura Cavalcanti		x		1
32.	José Muniz Ramos		x		1
33.	José Tinoco Machado de Albuquerque		x		1
34.	Luiz Heráclio do Rêgo Sobrinho		x		1
35.	Luiz Otávio de Melo Cavalcanti		x		1
36.	Manoel Ramos		x		1
37.	Marcos Vinicius Rodrigues Vilaça		x		1
38.	Maviael F. de Moraes Cavalcanti		x		1
39.	Rivaldo Allain F. Teixeira		x		1
40.	Rui de Barros Corrêa Filho		x		1
41.	Sérgio Higino dos Santos Filho		x		1
42.	Severino José Cavalcanti		x		1

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: P E R N A M B U C O

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Severino Otávio Raposo Monteiro		x		1
44.	Syleno Ribeiro		x		1
45.	Vital Cavalcanti Novaes		x		1
	Total: ..... 56 votos				
	SUPLENTES				
~~1.~~	~~Manoel Ramos~~				
1.	Paulo Marques				
2.	Joel de Holanda Cordeiro				
3.	Oswaldo Rabelo				
4.	Fernando Bezerra Coelho				
5.	José Aglailson				
6.	Argemiro Pereira				
7.	Braiton Nejaim				
8.	Roosevelt Gonçalves				
9.	Henrique Queiroz				
10.	Antonio Ayrton Benjamim				
11.	Cintra Galvão				
12.	Geraldo Barbosa				
13.	Félix Cantalício				
14.	Ivo Tinô do Amaral				
15.	José Liberato				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PERNAMBUCO

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
16.	Adalberto Farias				
18.	José Luiz Melo				
19.	Carlos Porto				
20.	Ribeiro Godoi				
21.	Joaquim Guerra				
22.	Manoel Sávio Fernandes Vieira				
23.	Manoel Marcos Chagas Arrocha Filho				
24.	Carlos Alberto de Oliveira				
25.	Edmir Régis de Carvalho				
26.	Paulo Lucena de Mendonça				
27.	Edmar Lira				
28.	Aquiles Moura Amorim				
29.	Romildo José Ferreira Gomes				
30.	Romero Costa de A. Maranhão				
31.	José Maria Belo				
32.	Ivo Meireles				
33.	Antônio Luiz da Silva Neto				
34.	Ubiratan de Castro e Silva				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PIAUÍ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Sen. Helvídio Nunes de Barros	x		x	2
2.	Gov. Hugo Napoleão do Rêgo Neto	x	x		2
3.	Dep. Ludgero Raulino	x		x	2
4.	Sen. João Lobo			x	1
5.	Dep. Celso Barros			x	1
6.	Dep. Jonathas Nunes			x	1
7.	Dep. José Luiz Maia			x	1
8.	Dep. Milton Brandão			x	1
9.	Dep. Tapety Júnior			x	1
10.	Antonio de Almendra Freitas Neto		x		1
11.	Antonio de Barros Araújo		x		1
12.	Djalma Martins Veloso		x		1
13.	Gerardo Juracy Campelo Leite		x		1
14.	Guilherme Xavier de Oliveira Neto		x		1
15.	Humberto Reis da Silveira		x		1
16.	Jesualdo Cavalcanti Barros		x		1
17.	José do Rêgo Lobão		x		1
18.	José Raimundo Bona Medeiros		x		1
19.	Lucidio Portela Nunes		x		1
20.	Luiz Gonzaga Paes Landim		x		1
21.	Marcelo do Egito Coelho		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PIAUÍ

DELEGADOS (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Sebastião Rocha Leal		x		1
23.	Waldemar de Castro Macedo		x		1
24.	Wilson de Andrade Brandão		x		1
	Total:.....= 27 Votos.				
	SUPLENTES				
1.	Maurício Ribeiro Melo				
2.	Sabino Paulo Alves Neto				
3.	Wilson Parente da Rocha Martins				
4.	Juarez Piauyense de Freitas Tapety				
5.	Antonio José de Moraes Sousa				
6.	Ildefonso Vieira Dias				
7.	Homero Ferreira Castelo Branco Neto				
8.	Antonio Rufino				
9.	Luiz Ferraz				
10.	João Clímaco D'Almeida				
11.	João Saldanha Fontelle Filho				
12.	Tiago Mendes Vieira				
13.	Antonio Lopes Batista				
14.	Bernardino Soares Viana				
15.	José Maria Viana				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: PIAUÍ

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
16.	Antonio Francisco do Vale Mendes				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO DE JANEIRO

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Hélio Marcos Penna Beltrão	x			1
2.	Célio de Oliveira Borja	x			1
3.	Dep. Darcílio Ayres Raunheitti	x		x	2
4.	Sen. Ernani Amaral Peixoto	x	x	x	3
5.	Gilberto Marinho	x			1
6.	Heitor Aquino Ferreira	x	x		2
7.	Dep. Wilmar Pallis	x	x	x	3
8.	Feres Osrraia Nader	x			1
9.	Dep. Amaral Netto	x		x	2
10.	Dep. Figueiredo Filho	x		x	2
11.	Alberto Lavinas	x			1
12.	Min Mário David Andreazza	x			1
13.	Dep. Alair Ferreira			x	1
14.	Dep. Álvaro Valle			x	1
15.	Dep. Eduardo Gallil			x	1
16.	Dep. Hamilton Xavier			x	1
17.	Dep. ~~Álvaro~~ Lazaro José de Carvalho			x	1
18.	Dep. Léo Simões			x	1
19.	Dep. Osmar Leitão		x	x	2
20.	Dep. Rubem Medina		x	x	2
21.	Dep. Saramago Pinheiro			x	1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO DE JANEIRO

DELEGADOS (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Dep. Simão Sessim			x	1
23.	Aécio Nanci		x		1
24.	Aloisio de Castro		x		1
25.	Ampliato Cabral		x		1
26.	Astor Mello		x		1
27.	Dayse Lucidi		x		1
28.	Flávio Palmier da Veiga		x		1
29.	Francisco Lomelino		x		1
30.	Heitor Furtado		x		1
31.	Herculano Carneiro		x		1
32.	Herodoto Bento de Melo		x		1
33.	Ítalo Bruno		x		1
34.	Jorge David		x		1
35.	José Abrahão Hadad		x		1
36.	José Augusto Guimarães		x		1
37.	José Nader		x		1
38.	Josias Ávila		x		1
39.	Ludwig Amon		x		1
40.	Luis Antonio		x		1
41.	Luiz Araújo Braz		x		1
42.	Messias Soares		x		1

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO DE JANEIRO

DELEGADOS (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Miguel Abrahão		x		1
44.	Nelson Sabrá		x		1
45.	Victorino James		x		1
46.	Wellington Moreira Franco		x		1
47.	Zeir Porto		x		1
	TOTAL .....= 57 Votos.				
	SUPLENTES				
1.	Aristóteles Drumond				
2.	Pedro Melo				
3.	Sávio de Almeida Gama				
4.	Pedro Paulo Bragança Pimentel				
5.	Narciso da Silva Dias				
6.	Roberto Nont Mor				
7.	Benevenuto dos Santos Neto				
8.	Cândido José da Costa Jorge				
9.	Allan Cruz				
10.	Alair Gouveia				
11.	Gustavo Coimbra de Castro				
12.	Djalma Macedo				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO DE JANEIRO

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
13.	Juda Tadeu Ramos Serra				
14.	Wilton Guerra				
15.	Fernando Lavaquial				
16.	Gilberto Nascimento				
17.	Nelson Gonçalves				
18.	Manoel Correia Pereira				
19.	Renato Arantes				
20.	Antonio Carlos Noronha Portela				
21.	Paulo Carrão de Moura Carijó				
22.	Jorge Paulo Wishairp				
23.	Luís Carlos dos Santos Pacheco				
24.	Edair Nunes Neto				
25.	Luís Carlos Orphão				
26.	Roberto de Pinho Carvalho				
27.	Maria da Silva Gonçalves				
28.	Jorge de Freitas Tinoco				
29.	Luís Carlos Henrique				
30.	Carlos Alberto Pinto Magaldi				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO GRANDE DO NORTE

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Dep. Antonio Florêncio de Queiroz	x		x	2
2.	Sen. Dinarte Mariz	x		x	2
3.	Gov. José Agripino Maia	x	x		2
4.	Sen. Martins Filho	x		x	2
5.	Sen. Carlos Alberto			x	1
6.	Dep. Jessé Freire			x	1
7.	Dep. João Faustino			x	1
8.	Dep. Vingt Rosado			x	1
9.	Dep. Wanderley Mariz			x	1
10.	Álvaro Coutinho da Mota		x		1
11.	Carlos Jussier T. Santos		x		1
12.	Efrem Lima Filho		x		1
13.	Genivam Josué Batista		x		1
14.	Geraldo Gomes de Oliveira		x		1
15.	Haroldo de Sá Bezerra		x		1
16.	Laércio Segundo de Oliveira		x		1
17.	Lavoisier Maia Sobrinho		x		1
18.	Leônidas Ferreira		x		1
19.	Manoel de Medeiros Brito		x		1
20.	Marcos César Formiga Ramos		x		1
21.	Paulo Tarcisio Cavalcante		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO GRANDE DO NORTE

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Radir Pereira de Araújo		x		1
23.	Reginaldo Teófilo da Silva		x		1
24.	Ulisses Bezerra Potiguar		x		1
	Total: ..... 28 votos				
	SUPLENTES				
1.	Gilvan Costa de Azevedo				
2.	Jurandi dos Santos				
3.	Célio de Figueiredo Maia				
4.	José Adécio Costa				
5.	Irami Araújo				
6.	João Eudes Ferreira				
7.	Antonio Ronaldo de Alencar Fernandes				
8.	Amaro de Souza Marinho Filho				
9.	Josemá de Azevedo				
10.	Marcos Dias Leão				
11.	Aldo Torquato da Silva				
12.	Geraldo dos Santos Queiroz				
13.	José Henrique de Araújo				
14.	Mozart dos Santos Medeiros				
15.	Francisco Josué Batista				
16.	José Luiz de Souza				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO GRANDE DO SUL

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Sen. Carlos Alberto Gomes Chiarelli	x	x	x	3
2.	Daniel Krieger	x	x		2
3.	Dep. Emídio Perondi	x	x	x	3
4.	Gov. Jair de Oliveira Soares	x	x		2
5.	Min. João Leitão de Abreu	x	x		2
6.	José Augusto Amaral de Souza	x	x		2
7.	José Deni Coutinho	x			1
8.	Marino Ferst de Andrade	x	x		2
9.	Dep. Rubens Adenghi	x		x	2
10.	Dep. Nelson Marchezan	x	x	x	3+1(Líder)
11.	Sen. Octavio Cardoso		x	x	2
12.	Dep. Augusto Trein		x	x	2
13.	Dep. Balthazar de Bem e Canto			x	1
14.	Dep. Darcy Pozza		x	x	2
15.	Dep. Guido Moesch			x	1
16.	Dep. Hugo Mardini			x	1
17.	Dep. Irineu Colato			x	1
18.	Dep. Oly Facchin		x	x	2
19.	Dep. Pedro Germano			x	1
20.	Dep. Pratini de Morais			x	1
21.	Dep. Victor Faccioni		x	x	2

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO GRANDE DO SUL

DELEGADOS (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22.	Airton Vargas		x		1
23.	Alecrides Sant'Ana de Morais		x		1
24.	Arnaldo da Costa Prieto		x		1
25.	Arthur Zanella		x		1
26.	Carlos Sá Azambuja		x		1
27.	Cláudio Strassburger		x		1
28.	Min. Cloraldino Severo		x		1
29.	Dercy Furtado		x		1
30.	Edmar Fetter		x		1
31.	Euclides Triches		x		1
32.	Geraldo Germano		x		1
33.	Horst Volk		x		1
34.	Nestor G. Fips Schneider		x		1
35.	Otavio Germano		x		1
36.	Roberto Cardona		x		1
37.	Sergio Ilha Moreira		x		1
38.	Telmo Kirst		x		1
	TOTAL .....55+1 Líder				
	SUPLENTES				
1.	Roberto Maisonave				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO GRANDE DO SUL

SUPLENTES (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
2.	Antônio Pires				
3.	Irineu Colatto				
4.	José Deni Coutinho				
5.	Antônio Dorneu Cardoso Maciel				
6.	Marco Antônio Kraemer				
7.	Baltazar Balbo Teixeira				
8.	Abel Abreu Dourado				
9.	José Octávio Germano				
10-	José Rubens Pillar				
11.	Mário Mondino	-	-		
12.	Antônio Carlos Azevedo				
13.	Edith Maciel				
14.	Arlindo Kunzler	-	-		
15.	Claudio Pacheco	-			
16.	Hélio Dourado				
17.	Milton Wairich				
18.	Jesus Linares Guimarães				
19.	Jorge Goulart				
20.	Regina Dreyer				
21.	Valdir Amaral Pinto				
22.	Leo Oliveira				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RIO GRANDE DO SUL

SUPLENTES (cont....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
23.	José Mariano da Rocha Filho				
24.	Paulo Nunes Leal				
25.	Walter Roberto Barcellos Poli				
26.	Adalberto Ban				
27.	Sylel Pires Ferreira				
28.	Luiz Vicente Dutra				
29.	Rui Born				
30.	Ester Von Zuccalmaglio				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RONDÔNIA

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Gov. Jorge Teixeira de Oliveira	x	x		2
2.	Dep. Assis Canuto	x	x	x	3
3.	Sen. Claudionor Roriz		x	x	2
4.	Sen. Galvão Modesto		x	x	2
5.	Sen. Odacir Soares		x	x	2
6.	Dep. Francisco Erse		x	x	2
7.	Dep. Francisco Sales		x	x	2
8.	Dep. Leônidas Rachid		x	x	2
9.	Dep. Rita Furtado		x	x	2
10.	Antonio Luiz de Macedo Filho		x		1
11.	Carlos Alberto Fernandes dos Santos		x		1
12.	Demétrio Bidá		x		1
13.	Jacob de Freitas Atallá		x		1
14.	João Wilson de Almeida Gondim		x		1
15.	José Abreu Bianco		x		1
16.	Marise Magalhães Castiel		x		1
	Total: ..... 26 votos				
	SUPLENTES				
1.	Maria Ângela Magalhães Elias				
2.	Flávio Gaspar de Carvalho				
3.	Manoel Renato Machado				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: RONDÔNIA

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
4.	Milton Alves de Carvalho				
5.	Josué da Silva Campos				
6.	Pedro Milhomem				
7.	Francisco Pereira Torres				
8.	Maria Sílvia Fonseca Ribeiro				
9.	Agostinho Beniche Bernardes				
10.	Heitor Luiz da Costa Júnior				
11.	Eudes Marques Lustosa				
12.	Alberto Cezar Loyola Branco				
13.	Lerson Werner Sapiros				
14.	Deusina de Jesus Teixeira				
15.	Altamir Bili Soares				
16.	Antonio Lenírio Leonardo				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SANTA CATARINA

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
1.	Gov. Esperidião Amim Hellou Filho	x	x		2
2.	Sen. Jorge Konder Bornhausen	x		x	2
3.	Sen. Lenoir Vargas		x	x	2
4.	Dep. Adhemar Ghisi		x	x	2
5.	Dep. Evaldo Amaral			x	1
6.	Dep. Epitácio Bittencourt		x	x	2
7.	Dep. Fernando Bastos			x	1
8.	Dep. João Paganella		x	x	2
9.	Dep. Nelson Morro		x	x	2
10.	Dep. Paulo Melro		x	x	2
11.	Dep. Pedro Colin		x	x	2
12.	Aldo Pereira de Andrade		x		1
13.	Antonio Carlos Konder Reis		x		1
14.	Artenir Werner		x		1
15.	Cláudio Ávila da Silva		x		1
16.	Francisco de Assis Filho		x		1
17.	Heitor Luiz Sché		x		1
18.	Ivan Ranzolin		x		1
19.	Henrique Córdova		x		1
20.	Júlio Cesar		x		1
21.	Nagib Zattar		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SANTA CATARINA

DELEGADOS (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
22	Victor Fontana		x		1
23.	Vilson Kleinübing		x		1
	TOTAL : .....32 votos.				
	SUPLENTES				
1.	Arno Damiani				
2.	Portinho Bittencourt				
3.	Manoel Dilor Freitas				
4.	Hugo Mathias Bihel				
5.	Milton P. da C. Ribeiro				
6.	Pedro Bittencourt Neto				
7.	Conrado Morro				
8.	Luiz Gomes				
9.	Uda Gonzaga				
10.	Eloy Ranzi				
11.	Artêmio Paludo				
12.	Neudy P. Massolini				
13.	Octacílio P. Ramos				
14.	Vasco Fernandes Furlan				
15.	Otair Becker				

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SANTA CATARINA

SUPLENTES (cont.....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
16.	Jarvis Gaidzinski				
17.	Victor Petters				
18.	Otavio G. dos Santos				
19.	Nilson Wilson Bender				
20.	Dionísio Badin				

Legenda:

MDN - Membros do Diretório Nacional

D - Delegados

P - Parlamentares

T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SÃO PAULO

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Dep. Adail Vetorazzo	x	x	x	3
2.	Adalberto Camargo	x			1
3.	Dep. Alcides Franciscato	x	x	x	3
4.	Dep. Armando de Souza Pinheiro	x		x	2
5.	Min. Antonio Delfim Neto	x	x		2
6.	Antonio Luís Lima do Amaral Furlan	x			1
7.	Dep. José Camargo	x	x	x	3
8.	José Maria Marin	x	x		2
9.	Min. Murilo Macedo	x			1
10.	Sen. Amaral Furlan		x	x	2
11.	Dep. Cunha Bueno		x	x	2
12.	Dep. Diogo Nomura		x	x	2
13.	Dep. Estevam Galvão			x	1
14.	Dep. Ferreira Martins			x	1
15.	Dep. Gióia Júnior		x	x	2
16.	Dep. Herbert Levy			x	1
17.	Dep. Maluly Neto		x	x	2
18.	Dep. Natal Gale		x	x	2
19.	Dep. Paulo Salim Maluf		x	x	2
20.	Dep. Renato Cordeiro		x	x	2
21.	Dep. Salles Leite			x	1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SÃO PAULO

Cont...

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos			
		MDN	D	P	T
22.	Dep. Salvador Julianelli			x	1
23.	Ademar de Barros		x		1
24.	Álvaro Alfredo Fraga Moreira		x		1
25.	Artur Alves Pinto		x		1
26.	Calim Eid		x		1
27.	Celso Toshito Matsuda		x		1
28.	Emílio Augusto Machado Julianelli		x		1
29.	Enéa Caldato Raphaeli		x		1
30.	Fauze Carlos		x		1
31.	Geraldo Ferraz de Menezes		x		1
32.	Januário Mantelli Neto		x		1
33.	José Papa Júnior		x		1
34.	Marcelino Romano Machado		x		1
35.	Maria Luiza Figueiredo Pereira da Silva		x		1
36.	Maurício Nagib Najar		x		1
37.	Mithuo Miname		x		1
38.	Reynaldo Emígdio de Barros		x		1
39.	Ricardo Nagib Izar		x		1
40.	Sílvio Benito Martine		x		1
41.	Wadih Helú		x		1
42.	Walter Auada		x		1

Legenda: MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SÃO PAULO

Delegados (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
43.	Walter Lemos Soares		x		1
	Total: ..... = 60 votos				
	SUPLENTES				
1.	Alberto Figueiredo				
2.	Adalberto Camargo				
3.	Antonio Sallin Curiati				
4.	Antonio Luís Lima do Amaral Furlan				
5.	Francisco de Assis Bosque				
6.	Carlos Francisco Sobreira Guimarães				
7.	Elias Salin Curiati				
8.	Abrahim Dabus				
9.	Abido Antonio Haddad				
10.	Hatiro Shimomoto				
11.	Gilberto Delmont				
12.	José Francisco Archimedes Lammoglia				
13.	Sebastião de Paula Coelho				
14.	Manoel de Oliveira Sala				
15.	José Costa				
16.	Oswaldo Casella				
17.	Naor Guelsi				
18.	Marcel Preotesco				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SÃO PAULO

Suplentes (cont...)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
19.	Hélio Machado Bastos Filho				
20.	Francisco Prieto Martin				
21.	José Maria Siqueira de Barros				
22.	Tufi Jubran				
23.	Avelino Juarez Augusto				
24.	Otávio Zampirollo				
25.	Milton Edgard Leão				
26.	João Gilberto Cort				
27.	José de Lima				
28.	Fausto Auromir Lopes Rocha				
29.	Benedito Ferreira Campos				
30.	Cássia de Almeida				
31.	Antonio Roberto Siqueira				
32.	William Alfredo Attui				
33.	Sebastião Monteiro de Barros				
34.	Jorge Alberto Neves da Fontoura				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SERGIPE

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Gov. João Alves Filho	x	x		2
2.	Dep. Adroaldo Campos Filho	x	x	x	3
3.	Dep. Augusto do Prado Franco	x	x	x	3
4.	Sen. Albano Franco		x	x	2
5.	Sen. Lourival Baptista		x	x	2
6.	Sen. Passos Pôrto		x	x	2
7.	Dep. Celso Carvalho		x	x	2
8.	Dep. Francisco Rollemberg		x	x	2
9.	Dep. Gilton Garcia		x	x	2
10.	Dep. Hélio Dantas		x	x	2
11.	Antonio Carlos Valadares		x		1
12.	Arnaldo Rollemberg Garcez		x		1
13.	Djalma Teixeira Lobo		x		1
14.	Djenal Tavares de Queiroz		x		1
15.	José Rollemberg Leite		x		1
16.	Manoel Conde Sobral		x		1
17.	Reinaldo Moura Ferreira		x		1
18.	Valter Cardoso Costa		x		1
	TOTAL: .....30 Votos.				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: SERGIPE

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
	SUPLENTES				
1.	Idalito de Oliveira				
2.	João Gomes Cardoso Barreto				
3.	Narciso Machado da Conceição				
4.	Hildegardes de Azevedo Santos				
5.	Carlos José Magalhães de Melo				
6.	Josias Costa				
7.	Elias Hora Espinheira				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: AMAPÁ

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Gov. Anníbal Barcelos	x	x		2
2.	Dep. Antonio Pontes	x		x	2
3.	Dep. Clarck Platon		x	x	2
4.	Dep. Geovani Borges			x	1
5.	Dep. Paulo Guerra			x	1
6.	Antero Duarte Dias Pires Lopes		x		1
7.	Edson Gomes Corrêa		x		1
8.	João Evangelista Alves Pereira		x		1
9.	Jonas Pinheiro Borges		x		1
10.	Manoel Antonio Dias		x		1
11.	Maria Cerqueira Barcellos		x		1
	TOTAL:.....= 14 Votos.				
	SUPLENTES				
1.	Abdallah Houat				
2.	Edmundo Evelim Coêlho				
3.	Miguel Pinheiro Borges				
4.	Murilo Agostinho Pinheiro				
5.	Alfredo Augusto Ramalho de Oliveira				
6.	Moisés Zagury				
7.	Manoel Deodato de Queiroz do Couto				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: AMAPÁ

SUPLENTES (cont.....)

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
8.	Vivaldo Eloy de Oliveira				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

Secretaria-Geral

III CONVENÇÃO NACIONAL PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estado: R O R A I M A

Nº de ordem	NOME DO CONVENCIONAL	Votos MDN	D	P	T
1.	Dep. Mozarildo Cavalcanti	x	x	x	3
2.	Dep. Alcides Lima		x	x	2
3.	Dep. João Batista Fagundes			x	1
4.	Dep. Júlio Martins		x	x	2
5.	Francisco das Chagas Duarte		x		1
6.	Getúlio Alberto de Souza Cruz		x		1
7.	José Evandro Moreira		x		1
8.	Newton Tavares		x		1
9.	Ubirajara Riz Rodrigues		x		1
	Total: ..... = 13 votos				
	SUPLENTES				
1.	Oder Brasil				
2.	Maria Leitão Martins				
3.	Augusto Afonso Botelho Neto				
4.	José Maria Gomes Carneiro				
5.	Gilda Monteiro Cavalcanti				
6.	Reinaldo Fernandes Neves Filho				
7.	Luís Aimberê Soares de Freitas				
8.	José Dutra do Prado				

Legenda:
MDN - Membros do Diretório Nacional
D - Delegados
P - Parlamentares
T - Total

EAP 1984.01.10
pds

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT
TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
12 OUT 1984
BRASÍLIA-DSB

23714 Y DFCD
23861 K DFBR
17/1211
ZCZC FRR01245 17 1142 STT/RJ(052)
RIODEJANEIRO/RJ

TELEGRAMA
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
BRASILIA/DF(70160)

TENHO PRAZER COMUNICAR EMINENTE COMPANHEIRO QUE PAULO MALUF ESTARA CONOSCO PROXIMO DIA 19, SEXTA-FEIRA, CHEGADA PREVISTA 15 HORAS SEDE NOSSO PARTIDO, ONDE ESPERAMOS CONTAR SUA PRESENCA PRESTIGIAR REUNIAO PT SAUDACOES
PEDESSISTAS
ALAIR FERREIRA
PRESIDENTE

2260446

COL 70160 19, 15

NNNN
23714 Y DFCD
23861 K DFBR

64

EAP 1984.01.10
pds

STT LBN539/RJ
17 1152 047
ZCZC FRR01316 17 1148 STT/RJ(028)
RIODEJANEIRO/RJ

TELEGRAMA
SENADOR ERNANI DO AMARAL PEIXOTO
AV. VISC DE ALBUQUERQUE 1125
LEBLON
RIODEJANEIRO/RJ(22450)

[17|10|84?]

NOME COMISSAO EXECUTIVA REGIONAL PRAZER CONVIDAR ILUSTRE
SENADOR PARTICIPAR PROGRAMA RECEPCAO DEPUTADO PAULO MALUF
CANDIDATO PDS PRESIDENTE DA REPUBLICA PROXIMO DIA 19 PARTIR
1400 HS AEROPORTO SANTOS DUMONT PTABRACOS
DEPUTADO JOSE NADER - SECRETARIO GERAL

COL 1125 22450 19 1400

NNNN

STT LBN539/RJ

65

ECT TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
ECT TELEGRAMA FONADO É CÔMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

01/11/84

EAP 1984.01.10
pds

PROF. DR. MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO
ADVOGADO

ANEXO VII

P A R E C E R

1. A consulta.

1.1. Foi-me formulada consulta a propósito da modalidade da votação no Colégio Eleitoral, previsto no art. 74 da Constituição Brasileira, que elegerá o próximo Presidente da República. Especialmente se indaga o alcance da expressão "votação nominal", contida no caput do art. 74 referido, e do termo "escrutínio", presente (no plural) no art. 75, § 2º da Lei Magna.

1.2. Antes de responder à indagação, convém fixar, objetivamente, determinados conceitos. Com efeito, dada a relevância da decisão a ser tomada pelo Colégio, o acirramento da disputa e as paixões políticas que dominam os cidadãos, o debate sobre a interpretação constitucional está sendo obscurecido por opiniões arbitrárias, vindas, não da razão mas do coração, dos eminentes juristas que as pro

latam. Para que não pairem dúvidas sobre este trabalho, necessário, pois, se torna fixar os conceitos fundamentais.

2. Os conceitos fundamentais.

2.1. A primeira conceituação imprescindível concerne ao binômio voto público-voto secreto. E isto porque, certamente, não há discrepância sobre o que seja voto (ato pelo qual alguém manifesta a sua vontade numa deliberação em assembléia) (Cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Sedegra, 11ª ed., 1973; Pedro Nunes, Dicionário de Tecnologia Jurídica, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 6ª ed., 1965, vol. II, verbete "voto"). Este último expressamente dá o voto o significado de "ato e meio pelo qual o cidadão exerce o direito de sufrágio, num pleito eleitoral, indicando o seu candidato a um cargo eletivo".

Ora, o mesmo Pedro Nunes avança o sentido de voto secreto: "o que o votante dá sem revelar o nome da pessoa sobre quem ele recai" (Id., ibid.). Disso não discrepa o ilustre Prof. José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2ª ed., 1984, pág. 362)

Voto público é o oposto de voto secreto, como até sabe o Cons. Acácio. É o que se emite com identificação, apesar de os dicionaristas se terem esquecido de registrar o conceito.

Ninguém negará que o voto secreto é, como aponta José Afonso da Silva, "garantia da liberdade do elei

tor na emissão de seu voto" (Ob. cit., pág. 362). E, há muito, observava um mestre francês, Joseph-Barthélemy (membro do Institut de France e Professor da Faculdade de Direito de Paris):

> "O voto público organiza a tepidez (tiédeur) eleitoral. Hesita-se em votar se se expõe a aborrecimentos (ennuis) conforme o sentido no qual se terá votado. Sobretudo o voto público é uma ocasião de tumulto, de agitações (troubles), de vinganças, e de perseguições" (Précis de Droit Constitutionnel, Paris: Dalloz, 4ª ed., 1938, nº . 191).

E o mesmo Joseph-Barthélemy já assinalara:

> "O voto público torna mais fácil a corrupção. Com o voto secreto pode-se, sem dúvida, tentar corromper; somente não se sabe jamais se o indivíduo ao qual se deu dinheiro votou no sentido para o qual foi pago. Ao contrário, com o voto público, sabe-se o que o eleitor deu em troca do dinheiro que recebeu, então pode-se deixar para pagar depois do voto" (Id., ibid.).

3.2. Outra conceituação imprescindível é a de voto nominal.

Os dicionaristas a esqueceram. Pedro Nunes, todavia, conceitua "votação nominal". Esta é "aquela que é feita por chamada, com indicação do nome de cada votante" (Id., verbete "votação"). Depreende-se, portanto, que para

este autor o voto nominal pode ser voto secreto. O nome do votado não precisaria ser tornado público.

2.3. Na doutrina francesa, a matéria foi estudada pelos melhores autores.

Léon Duguit, no famoso Traité de Droit Constitutionnel, ensina:

> "Os artigos 54 do regimento do Senado e 74 do regimento da Câmara (da 3ª República) indicam a maneira como se procede no voto público. Ela é a mesma nas duas câmaras. Cada deputado deposita na urna, que lhe é apresentada por um bedel, um boletim de voto com seu nome, branco se ele vota a favor, azul se é contra" (Paris: Fontemoing, 2ª ed., 1924, pág. 361, vol. IV)

É uma votação publica nominal escrita, portanto.

Numa obra um pouco posterior, Maurice Hauriou, não menos famoso constitucionalista, assinala a existência de duas modalidades de votação pública. Uma, feita por escrito, tal qual a descreve Duguit, outra, oral, na tribuna (Précis de Droit Constitutionnel, Paris; Sirey, 1929, pág. 520).

Autor contemporâneo, e bem conhecido no Brasil, Maurice Duverger confirma essas lições. Didaticamente expõe as "diferentes categorias de voto":

> "Distinguem-se quatro categorias de voto:
>
> 1ª - O voto pela mão levanta

da. (omissis)

2ª - O voto por sentados e de pé. (vote par assis et levé)

3ª - A votação pública. Esta se faz por boletins impressos com o nome dos deputados. São depositados em urnas que se faz circular pelas bancadas: o boletim é branco para a adoção, azul, contra. (omissis)

4ª - A votação pública na tribuna. (omissis)". (Droit Public, Paris: P.U.F., 1957, pág. 97).

Decorre desta lição que para este eminente constitucionalista voto público é o deixa marcado quem votou e em que sentido votou, e isto tanto pode ser feito por escrito, ou oralmente, já que o registro das posições constará da ata.

2.4. No regimento da Assembléia Nacional francesa (7ª ed., 1958), encontra-se a confirmação do entendimento dos juristas.

No art. 81, lê-se:

"1. Procede-se à votação pública do seguinte modo:

2. O Presidente convida eventualmente os Deputados a retomarem os seus lugares.

3. Cada Deputado deposita na urna, que lhe é apresentada por bedéis, um boletim de voto em seu nome, branco se é a favor da adoção, azul, se é contra.

....."

No art. 82:

> "1. Quando na apuração da votação, a diferença entre o número de boletins brancos e o de boletins azuis não é superior a vinte e cinco, ou quando o número de boletins recolhidos nas urnas é superior ao número de Deputados que podem tomar parte da votação, os Secretários devem proceder à enumeração nominativa (pointage) dos votos emitidos.
> ....."

E o art. 83 prevê, excepcionalmente, a "votação pública na tribuna".

2.5. No direito brasileiro, conhecem-se igualmente vários processos de votação.

No regimento da Câmara dos Deputados, prevê em-se três processos de votação: o simbólico, o nominal e o de escrutínio secreto (art. 175). E no art. 177 está que "a votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos"...

No do Senado Federal, distinguem-se a votação ostensiva (simbólica ou nominal) e a secreta (eletrônica, por meio de cédulas e por meio de esferas) (art. 326). E a nominal é feita pelo registro eletrônico (328) e somente se este não estiver em condições pela chamada nominal e voto oral.

2.6. Cumpre ainda determinar o conceito de escrutínio.

A consulta a Aurélio Buarque de Holanda elucida:

> "Votação em urna; apuramento dos votos; urna em que se recolhem os votos", etc. (Id., verbete "escrutínio")

A seu turno, Pedro Nunes, a respeito desse verbete, dá, como primeiro sentido:

> "Votação numa assembléia deliberativa, num plenário, ou numa eleição pública, por meio de cédulas, que são depositadas numa urna: primeiro escrutínio, segundo escrutínio, etc." (Ob. cit.).

3. A votação no Colégio Eleitoral presidencial.

3.1. Cabe agora examinar as disposições constitucionais que regem o Colégio Eleitoral presidencial, na Lei Magna em vigor.

A primeira a lembrar é o art. 74, caput, onde se encontra:

> "O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal" (grifei).

Igualmente é preciso ter presente o que está nos parágrafos 1º e 2º do art. 75:

"§ 1º - Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos.

§ 2º - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples" (sublinhei).

3.2. Resulta do cotejo destes textos que a eleição presidencial se fará mediante votação nominal em sucessivos escrutínios, nos dois primeiros dos quais se exige a maioria absoluta, no último basta a maioria simples.

Ora, como se viu acima, na lição da doutrina estrangeira, do direito francês e do próprio direito parlamentar brasileiro, são várias as modalidades de voto nominal. Há voto nominal escrito, voto nominal oral, voto nominal eletrônico.

Mas escrutínio, segundo os dicionaristas, é votação em urna, por meio de cédulas.

Assim, para que se atenda tanto ao que está no caput do art. 74 e nos §§ 1º e, sobretudo, 2º do art. 75, a votação no Colégio Eleitoral presidencial deve ser nominal por escrito. Ou seja, cada membro do Colégio deverá manifestar a sua vontade numa cédula marcada com seu nome.

3.3. Sublinhe-se que esta modalidade de votação é pública, segundo a lição dos publicistas franceses. Ora, não está no art. 74, caput, referência a votação pública e sim a votação nominal. Refere-se, na Constituição, a vo

tação pública o art. 59, § 3º que regula a apreciação dos projetos de lei vetados, o qual certamente inspira na praxe parlamentar brasileira a indevida identificação entre votação pública e votação nominal que não se confundem.

Veja-se, por exemplo, o que ensina José Afonso da Silva:

> "Nossa Constituição acolheu o voto secreto, obrigatório e direto, salvo, quanto a este, as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, que são eleitos por voto indireto" (Ob. cit., pág. 366).

Com efeito, a votação nominal pode não ser divulgada como dá a entender o mestre paulista. É o que deflui claramente do art. 82.1 do regimento da Assembléia Nacional francesa, que só em determinado caso manda que se divulguem, enunciando-os, os votos de seus membros. Destarte, no direito francês, há votação pública nominal não divulgada

E não se diga que votação não divulgada é votação secreta. Ela não o é. Ela é pública porque o voto é identificado, deixa traço material, torna-se de pronto conhecido dos pares e pode chegar ao conhecimento de quem por isso se interessar.

3.4. A contraprova da interpretação acima, de que a votação no Colégio Eleitoral presidencial deve ser nominal por escrito, é fornecida pela sua compatibilidade com o sistema estabelecido na Constituição.

A identificação do voto permite a verificação

da observância da fidelidade partidária, imposta pelo art. 152, § 5º da Lei Magna a "quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas". E quem - sem estar dominado pelo partidarismo - ousará contestar que a definição de uma candidatura pode ser diretriz partidária, ainda mais quando ela é democraticamente decidida numa convenção? E que tem por sanção a perda do mandato "no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais". Afora a questão da invalidade do voto que, na consulta ora respondida, não foi posta.

Igualmente ela se compatibiliza com o voto partidário dos delegados das Assembléias Legislativas dos Estados, "indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros" (art. 74, § 2º). Obviamente escolhidos para votar no candidato desse partido, como a tanto lhes obriga a fidelidade partidária, questão, todavia, também não levantada na consulta.

É ela perfeitamente compatível com a coragem cívica que é de se exigir do membro do Legislativo, como de qualquer representante da nação. Segundo aponta Georges Vedel, "um deputado ou senador deve ter a alma suficientemente elevada e com a coragem bastante para cumprir a missão que lhe foi confiada, ainda que corra riscos ao fazê-lo" (apud meus Comentários à Constituição Brasileira, São Paulo: Saraiva, 5ª ed., 1984, pág. 358).

3.5. Enfim, ela não prejudica a lisura da eleição como pode ser uma solução para que se evitem episódios condenáveis.

Com efeito, o voto público nominal escrito não oferece qualquer dúvida sobre a vontade enunciada e sobre o seu emitente. Nem oferece qualquer dificuldade na apuração e na fiscalização desta.

Por outro lado, se ela prejudica o show business, que fica privado de um "espetáculo", evita os aplausos e apupos, bem como outras exteriorizações mais condenáveis ainda, infelizmente já registradas no âmbito no Congresso Nacional. Previne, portanto, atos atentatórios à dignidade do Colégio e de seus membros. Dispensa, pelo menos no recinto e nas galerias, as medidas de segurança que, em virtude das exteriorizações referidas, vem sendo necessárias, ultimamente, para garantir a livre deliberação das casas do Congresso Nacional.

3.6. Observe-se que, em vista de a Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, no art. 13, parágrafo único, haver atribuído a direção do Colégio Eleitoral à Mesa do Senado Federal, esta é que deverá dispor sobre os pontos omissos a respeito do funcionamento desse mesmo Colégio. Ou seja, modo de votação (que parece definido na Constituição segundo apontei), apuração, divulgação dos votos, etc.

É o meu parecer.

São Paulo, 1º de novembro de 1984.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho.
Professor Titular (por concurso de títulos e provas) de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
Doutor em Direito pela Universidade de Paris.

612502SEFE BR
612402PDSB BR

EAP 1984.01.10
pds

[de 1º a 5 nov de 1984]

EXMO. SR,
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NESTA

TEMOS HONRA CONVIDAR PREZADO CORRELIGIONARIO PARTICIPAR REUNIAO COMISSAO EXECUTIVA NACIONAL PDS A REALIZAR-SE DIA 6 DO CORRENTE (TERÇA-FEIRA), AAS 17 HORAS, SEDE PARTIDARIA (SCS - EDIFICIO SOFIA, 2' ANDAR) NESTA CAPITAL.
CDS SDS,

DEPUTADO AUGUSTO FRANCO
PRESIDENTE

DEPUTADO HOMERO SANTOS
SECRETARIO-GERAL

612502SEFE BR
612402PDSB BR

67

03/11/84
EAP 1984.01.10
pds

ANEXO VI

P A R E C E R

1. A consulta.

1.1. Indagam-me se a fidelidade partidária, prevista no art. 152, § 5º da Constituição vigente, é exigível relativamente ao voto no Colégio Eleitoral presidencial. Também, se é válido voto atribuído em violação de diretriz partidária. E, enfim, qual a sanção eventualmente incidente sobre quem votar em desobediência à linha partidária.

Tais indagações somente podem ser respondidas dentro do sistema que traça a Constituição, mais especificamente em função do modelo de Democracia que a Lei Magna em vigor consagra. E especificamente sobre o papel que o partido político nela desempenha.

2. A democracia pelos partidos.

2.1. É verdade banal que a democracia moderna, por oposição à democracia antiga, helênica, é uma democracia indireta. O povo nela se governa, mas por intermédio de agentes que escolhe.

A forma clássica desta democracia moderna é a representativa. Ou seja, a democracia moderna, que nasce com o liberalismo, é democracia representativa. O povo se governa, nesse sistema, por meio de "representantes".

Ora, o representante, de acordo com a doutrina que Montesquieu formulou e Sieyès institucionalizou, fala e decide em nome e em lugar do povo que o elegeu. Tem um "mandato" deste, o de zelar pelos seus interesses como ele próprio o faria, se fosse suficientemente sábio para tanto. Sim, porque o representante é mais capaz de cuidar do bem geral do que os ho-

mens em geral (Cf. Espírito das Leis, Livro XI, cap. VI). Assim, o "mandato" representativo nada mais é, no fundo, que a investidura num poder de querer pelo povo, no lugar e em nome do povo. Destarte, esse "mandato" não se ajusta ao que por mandato se conhece no direito privado, não tolera instruções (não pode ser imperativo), é "livre". Tudo isto é perfeita' e cansativamente reconhecido por todos os juristas (Cf., por exemplo, o que a esse propósito está no meu Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva, 13ª ed., 1984, cap.11).

2.2. Entretanto, a prática deste sistema veio demonstrar que se o governo assim estabelecido poderia ser para o povo, não o era, realmente, pelo povo. Daí a contestação ao caráter democrático da chamada democracia representativa. Com efeito, para os críticos, essa fórmula mal encobriria um governo oligárquico, o da oligarquia dos representantes,da classe política, numa palavra.

No início do século XX, registra-se a procura de um modelo que aperfeiçoasse a democracia representativa. Ou a corrigisse, evitando essa deturpação oligárquica. E isto dentro do inexorável, a existência de delegados do povo, já que razões práticas, óbvias, tornam impossível a democracia direta. Uma solução é a democracia semi-representativa, que abre participação direta para o povo, por meio do referendum, do veto popular, da iniciativa popular, etc.

Outra é a democracia pelos partidos.

2.3. A democracia pelos partidos está vinculada ao nome de Hans Kelsen, que lhe emprestou os aspectos fundamentais no livro Vom Wesen und Wert der Demokratie (Essência e Valor da Democracia). Este modelo começou a ser praticado no entre-duas-guerras na Europa, quando constituições e leis políticas adotaram as suas linhas mestras.

Neste modelo, o partido é um elemento essencial da constituição. É um verdadeiro ente para-estatal. Cumpre-lhe' formular programas de governo e selecionar candidatos dispostos a por em prática o respectivo programa.

Em face destes partidos programáticos, o eleitor ao votar escolheria o governo. Ao escolhê-lo, porém, não estaria apenas designando os "representantes" que iriam exercê-lo, iria também escolher a política de governo, ou seja, o programa a ser posto em prática. Programa este que haveria ' de ser, obviamente, o do partido vitorioso.

Na verdade, no novo modelo, o verdadeiro candidato' é o partido, como bem se vê no sistema de representação proporcional que desde então se adota, e não por mera coincidência.

Decorrência disto, e fundamental, é a alteração nos caracteres do "mandato representativo". O eleito recebe um "mandato imperativo", o mandato de obedecer ao partido, de por em execução o seu programa, as suas diretrizes, as suas' decisões. Daí a obrigação de disciplina partidária, daí a fidelidade partidária. É em vista disto que, como está na lei orgânica do Tribunal Constitucional da Tchecoslováquia, o parlamentar que abandonar o partido que o elegeu, ou violar' a disciplina partidária, perde o mandato (V. o meu Os Partidos políticos nas Constituições democráticas, Belo Horizonte: R.B.E.P., 1965).

2.4. O Direito Constitucional Brasileiro, como todos sabem (ainda que alguns finjam esquecê-lo às vezes) , amolda politicamente o Estado, como uma democracia pelos partidos.

Ninguem ignora que o partido político é entre nós ' uma pessoa jurídica de direito público interno, tem sua orga

nização e seu funcionamento definidos nos seus pontos funda - mentais pela própria Constituição, tem o monopólio das candidaturas (o próprio candidato a Presidente deve ser " regis - trado por partido político"). Ninguém pode ser candidato se não for filiado, e com antecipação, a partido. Quem deixa um partido somente poderá ser candidato de outro, após o trans - curso de determinado prazo. Etc. Além de ser, a representação proporcional, sistema que presume partidos, o sistema eleitoral adotado para todas as eleições com ele compatíveis (V. o meu trabalho "O partido político na democracia brasileira",em Sete vezes Democracia, São Paulo, Convívio, 1977).

E, vinculando o mandato ao partido, está a fidelidade partidária.

Fácil, portanto, é ver, em face disto, que todo aquele que argumenta com o mandato livre não está seguindo o que preceitúa a Constituição. Está ainda no modelo primitivo e abandonado da democracia representativa.

3. A sanção pessoal da infidelidade partidária.

3.1. Prevê a Constituição vigente, indo-se desde logo ao ponto fundamental, no art. 152, § 5º:

> "Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo partido".

Está aqui a sanção pessoal da violação pelo eleito

das obrigações que assumiu para com o partido que o elegeu : a perda do mandato. A redação em vigor, tolerante, permite ' que o eleito deixe o partido pelo qual se elegeu sem perder' o mandato para fundar novo partido. É esta a única exceção ' ao princípio da fidelidade. Nenhuma protege quem, pelas atitudes ou pelo voto, descumprir as suas obrigações para com o partido.

3.2. O texto constitucional é amplo. O ato violador da fidelidade, que enseja a perda do mandato, tanto pode ser um voto como uma atitude.

Voto, isto é, manifestação de vontade em deliberação a favor ou contra o determinado no âmbito partidário.

Sublinhe-se que a Constituição se refere a voto sem restringir. Qualquer voto, portanto, que o membro da câmara' for chamado a proferir na Casa a que pertença, ou noutra se for o caso, como o Colégio Eleitoral.

Atitude é qualquer posicionamento que não seja voto, dentro ou fora da casa de que faz parte, como, obviamente, conduta contra o programa do partido, o candidato do partido, etc.

3.3. Acentue-se, por outro lado, que a Constituição não fala em Senador, ou Deputado Federal, ou Deputado Estadual, ou Vereador, o que daria lugar à interpretação (sofística) de que a fidelidade só obriga o Senador nas deliberações do Senado, etc. O que, aliás, vem sendo sustentado por quem não cita expressamente a norma constitucional.

A Constituição clarissimamente diz: "Quem (aquele ' que) por atitudes ou pelo voto se opuser às diretrizes partidárias "perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais" (grifei). A menção às diversas casas legislativas'

serve para designar a séde do exercício do mandato que será perdido por infidelidade partidária. Mesmo porque as atitudes insofismavelmente o infiel poderá manifestá-las dentro ou fora da câmara de que é membro.

3.4. Não há dúvida que a infidelidade, posto de lado o abandono do partido, somente acarreta perda do mandato se ela infringir "diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária".

A direção partidária deve, portanto, formalizá-las nos termos da lei, para que as diretrizes sejam obrigatórias.

Tais diretrizes podem englobar votos, e normalmente é no sentido de determiná-los que se tomam. Isto é patente no texto constitucional. Este diz que perderá o mandato quem pelo voto descumprir diretrizes partidárias. Portanto, diretriz partidária pode ser determinação de voto em favor do candidato do partido.

E que diretriz mais legitimamente estabelecida haverá num partido do que a resultante de uma convenção democrática que escolhe o candidato do partido a um cargo como a Presidência da República?

4. A sanção preventiva da infidelidade.

4.1. A sanção pessoal da infidelidade partidária é a perda do mandato decretada pela Justiça Eleitoral, como preceitúa o art. 152, § 6º da Constituição.

Mas isto não significa que só ela exista no sistema constitucional. De fato, correto é punir o violador da norma, entretanto melhor é prevenir a violação.

4.2. Com a instituição da fidelidade partidária quer a Constituição que o membro de câmara siga o partido pelo

qual foi eleito. Isto no pressuposto de que o povo votou no partido e o elegeu para seguir a linha do partido. Por este caminho, na democracia pelos partidos, o povo se governa não apenas escolhendo quem o governa mas também a linha de ação que os eleitos vão por em prática.

Admitir, por isso, a validade do voto infiel é permitir seja violada a finalidade da norma de fidelidade instituída. De pouco adianta punir o culpado se se deixa que sua ação contribúa para uma deliberação no sentito contrário à que deveria ter, segundo o modelo da democracia pelos partidos.

Ora, como é lição de Marshall (Mc Culloch x Mary - land), e de bom senso, quem quer o fim quer os meios. Para as -segurar a finalidade, a decisão no sentido da opção partidária que foi determinada pelo voto popular, mister se torna considerar nulo o voto em desobediência às diretrizes partidárias.

4.3. Acrescente-se, ademais, que os delegados das Assembléias estaduais são designados "pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros" (art. 74, § 2º).

Pode-se dizer que são delegados do partido majoritário na Assembléia, já que é condição indispensável que pertençam a este e sejam no âmbito da bancada deste escolhidos. Membros de Assembléia estão presos à fidelidade partidária ' mas no seu caso o vínculo é maior,porque claro está que são' escolhidos no âmbito de um partido para votar no candidado ' deste partido. O contrário seria um contra-senso.Escolhidos' num partido para votar no candidato de outro partido! A nulidade de seu voto, então, quando infringente de diretriz partidária, está duplamente alicerçada.

4.4. Em conseqüência do exposto, a Mesa do Senado Federal,a quem cabe a direção dos trabalhos do Colé_io Eleito-

ral, deve prevenir a infração das diretrizes partidárias quanto à disciplina de voto, anulando os que forem dados em candidato de outro partido que não o do votante. E o partido, oportunamente, poderá, e deverá, iniciar o processo de cassação do mandato.

É o meu parecer.

São Paulo, 3 de novembro de 1984.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho
Professor Titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da U.S.P. Doutor em Direito pela Universidade de Paris.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
(P. D. S.)

EAP 1984.01.10
pds

Reunião da Comissão Executiva Nacional realizada em 06 de novembro de 1984.

A democracia que pretendemos para nosso País somente prosperará e será duradoura se assentada em Partidos Políticos representativos, bem estruturados e fortes politicamente. Nenhum Partido sobreviverá, entretanto, se não cultivar, como valores fundamentais de sua ação, a lealdade entre os seus integrantes e em relação à instituição, a fidelidade aos princípios doutrinários e programáticos e a disciplina em face das diretrizes partidárias.

Foi com essa compreensão que a Constituição prescreveu em seu Art. 152, § 2º, IV, que a disciplina partidária é condição essencial para o funcionamento dos Partidos Políticos. Tanto assim que pune com a perda do mandato o parlamentar que descumprir diretriz partidária ou deixar o Partido pelo qual foi eleito. Esses preceitos - a disciplina e a fidelidade - são regulamentados pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que considera, de plano, faltas graves, puníveis com a perda do mandato, fazer propaganda de candidato a cargo eletivo inscrito por outro Partido ou, de qualquer forma, recomendar seu nome ao sufrágio do eleitorado e fazer acordo ou alianças com filiados de outro partido.

O desrespeito a tais preceitos, por filiados ou órgãos partidários é, antes de tudo, grave atentado à Constituição e às leis. Representa,também, traição a compromissos assumidos no ato de filiação que, pela sua natureza, e por representarem opção livre e consciente do cidadão, são eticamente irretratáveis.

O esforço desses últimos anos, para a retomada da normalidade democrática e a valorização dos mecanismos institucionais da atividade política, poderá perder-se inteiramente se consentirmos, pela omissão ou através da tolerância consciente, com a continuada prática de normas de conduta política e partidária distanciada daqueles princípios e em flagrante desrespeito a preceitos constitucionais e legais.

O povo brasileiro, nas eleições de 1982, concedeu ao PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL a maior votação partidária do País, dentro do sistema legal da vinculação de votos, o que assegurou ao Partido a eleição de 12 dos 22 governadores de Estado, a posição majoritária na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na maioria das Assembléias Legislativas, assegurando, portanto, maioria do PDS no Colégio Eleitoral do Presidente da República. Essa delegação política assim obtida é intransferível e deve ser exercida lealmente através do sufrágio dado

./.

aos candidatos do Partido a Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, deputados Paulo Maluf e Flávio Marcílio, escolhidos livremente pela III Convenção Nacional do Partido.

Face ao exposto, e considerando que a desagregação do quadro partidário a que estamos assistindo, concebida e executada sob a inspiração de interesses personalistas dirigidos exclusivamente para a conquista do Poder a qualquer preço, ameaça a vida dos Partidos e, por via de consequência, o próprio regime democrático;

e, ainda, que a atual conjuntura brasileira, sob os riscos de graves atitudes, afrontosas à Constituição, às leis e ao Estatuto, exigem da Direção Nacional do PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL providências pronta e eficazes em defesa do Partido e do cumprimento das normas constitucionais referentes à disciplina partidária, fidelidade e éticas partidárias, a Comissão Executiva Nacional, reunida nesta data em Brasília,

RESOLVE :

Convocar o Diretório Nacional do Partido, nos termos do seguinte Edital:

"Edital de Convocação do Diretório Nacional do PDS

A Comissão Executiva Nacional do Partido Democrático Social, no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, "C", do Estatuto, resolve convocar o Diretório Nacional do Partido para uma reunião a ser realizada no dia 21 de Novembro de 1.984, às 9:00 horas, na sua sede, no Edifício Sophia em Brasília, com a seguinte Ordem do dia:

I - Estabelecimento de Diretriz Partidária, fundada no art. 79, "c", do Estatuto, no sentido de que é obrigatório o voto, no Colégio Eleitoral que se reunirá a 15 de janeiro de 1.985, nos candidatos escolhidos pela III Convenção Nacional do PDS, por parte de todos os seus membros.

II - Deliberação no sentido de instaurar processo disciplinar contra filiados do PDS que apoiarem candidatos à Presidência da República escolhidos por outro Partido.

III - Decisão sobre a recusa ao reingresso no Partido de filiados que venham a se desligar para participarem, como fundadores, da Constituição de Novo Partido.

IV - Proposta de intervenção na Secção Regional do Partido no Maranhão, e quando necessário, em outras secções regionais.

V - Adoção de medidas para impugnação de votos, no Colégio Eleitoral, que contrariem a fidelidade e a disciplina Partidária.

VI - Outros assuntos de interesse do Partido.

Brasília, 6 de novembro de 1984."

Deputado AUGUSTO FRANCO
Presidente da Comissão Executiva Nacional do PDS

21/11/84

EAP 1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

(PDS)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SEC. DE COMUNICAÇÕES
22 NOV 1984 004270
PROC. ESPÉCIE DISTRIB.

RESOLUÇÃO Nº 14/84

O Diretório Nacional do PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS, no uso de suas atribuições e para os efeitos dos arts. 152, § 2º, inciso IV, e §§ 5º e 6º e 35, inciso V, ambos da Constituição Federal, combinados com os artigos 70, 72, 73 e 74 da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos) com as alterações posteriores, bem como os artigos 79, alínea "c" e 80 e seguintes, do Estatuto do Partido, resolve baixar a seguinte

R E S O L U Ç Ã O.

Art. 1º - Os senadores, os deputados federais e os deputados estaduais, ou seus suplentes, que integram, ou venham a integrar o Colégio Eleitoral (Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, com as modificações feitas pelo Decreto-lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977 e Lei Complementar nº 47, de 22 de agosto de 1984) que elegerá, em 15 de janeiro de 1985, o Presidente e o Vice-Presidente da República, deverão comparecer às sessões do referido Colégio Eleitoral e dar integral apoio, por atitudes e pelo voto, aos nomes dos Deputados Paulo Salim Maluf e Flávio Portella Marcílio, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, escolhidos como candidatos do Partido, pela III Convenção Nacional do PDS, realizada em Brasília, no dia 11 de agosto do corrente ano.

70

Art. 2º - Para os efeitos previstos na Constituição e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a Comissão Executiva Nacional promoverá o arquivamento desta diretriz na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de dez (10) dias, e fará comunicação à Mesa do Senado Federal, perante à qual e à Justiça, adotará as medidas que julgar necessárias ao fiel cumprimento e eficácia da presente deliberação partidária.

Brasília, 21 de novembro de 1984.

Deputado ANTONIO FARIAS
3º Vice-Presidente em exercício da Presidência

22/11/84

EAP 1984.01.10
pds

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

(PDS)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SUBSECRET. DE COMUNICAÇÕES
22 NOV 1721 004270
PROC. ESPÉCIE DISTRIB.

Excelentíssimo Senhor Ministro Rafael Mayer
Eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

O PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS, pelo Presidente de sua Comissão Executiva Nacional, em exercício, requer a Vossa Excelência, nos termos do que dispõe o § 1º, do artigo 133, da Resolução nº 10.785, de 15 de fevereiro de 1980, dessa Egrégia Corte, para os fins do artigo 132 (Lei nº 5.682, art. 72, com a redação da Lei nº 6.767) se digne de determinar o arquivamento da Resolução nº 14/84, de 21 de novembro de 1984, do seu Diretório Nacional estabelecendo diretriz a ser cumprida por seus filiados, senadores, deputados federais, deputados estaduais ou seus suplentes, que integram, ou venham a integrar o Colégio Eleitoral (Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, com as modificações feitas pelo Decreto-lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977 e Lei Complementar nº 47, de 22 de agosto de 1984) que elegerá, em 15 de janeiro de 1985, o Presidente e o Vice-Presidente da República, no sentido de que deverão comparecer às sessões do referido Colégio Eleitoral e dar integral apoio, por atitudes e pelo voto, aos nomes dos Deputados Paulo Salim Maluf e Flávio Portella Marcílio, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, escolhi

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

(PDS)

Fls. 2 .

dos como candidatos do Partido, pela III Convenção Nacional do PDS, realizada em Brasília, no dia 11 de agosto do corrente ano.

Pede deferimento.

Brasília, 22 de novembro de 1984

Deputado ANTONIO FARIAS
3º Vice-Presidente em exercício da Presidência

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica EAP 1984-01-10 pds
Será preenchida pelo expedidor	

E C T	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	[nov 1984]

INICIAIS DO OPERAD

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXAD

DESTINATÁRIO:

Exmº. Sr.
Senador AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NESTA

(Rua, Av., etc.) (Bairro)

CIDADE: _____ (ou nome da estação móvel, no radiograma) ESTADO: _____ (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

TEXTO E ASSINATURA - ENDEREÇO

LEVAMOS CONHECIMENTO PREZADO CORRELIGIONARIO ESTAH
DIRETORIO NACIONAL CONVOCADO PARA REUNIAO PROXIMO DIA
21 NOVEMBRO AAS 9 HORAS VG SEDE PARTIDO SCS - EDIFICIO
SOFIA 2º ANDAR FIM ESTABELECER DIRETRIZ PARTIDARIA
SENTIDO VOTO OBRIGATORIO COLEGIO ELEITORAL VG INTER-
VENCAO SECCAO REGIONAL MARANHAO ET OUTROS ASSUNTOS DE
INTERESSE DO PARTIDO PT CONTAMOS SUA INDISPENSAVEL
PRESENÇA PT SAUDACOES
DEPUTADO AUGUSTO FRANCO VG PRESIDENTE ET
DEPUTADO HOMERO SANTOS VG SECRETARIO-GERAL

Deputado HOMERO SANTOS 226-0446 72
NOME DO EXPEDIDOR TELEFONE

SEDE PDS - SCS Edificio Sofia, 2º andar BRASÍLIA - DF
Rua Bairro Cidade

EAP 1984.01.10
pds

1204.1610

611659SEFE BR
612402PDSB BR

[04/12/84]

TELEX URGENTE

SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NESTA

TENHO PRAZER CONVIDAR CARO COMPANHEIRO COMPARECER IMPORTANTE REUNIAO DA COMISSAO EXECUTIVA NACIONAL NOSSO PARTIDO A REALIZAR-SE AMANHA (DIA 5) AAS 11 HORAS SEDE PARTIDO.
CORDIALMENTE,

DEPUTADO ANTONIO FARIAS
PRESIDENTE INTERINO PDS

611659SEFE BR
612402PDSB BR

73

EAP 1984.01.10
pds

[1984/85]

ELEITOS em 15/11/83 (15/11/82)

Governadores	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	T O T A L
	12	09	01	-	-	22
Senadores (3 Rondônia)	15	09	01	-	-	25
Deputados Federais	235	200	23	13	08	479
Deputados Estaduais	476	404	36	18	13	947
Delegados (Colégio Eleitoral)	81	51	06	-	-	138

Votos Câmara Federal	17.779.849	17.673.682	2.394.723	1.829.055	1.458.718	48.481.170

COLÉGIO ELEITORAL p/15.01.84 (15/01/85)

Senadores	45	22	01	01	-	69
Deputados Federais	235	200	23	13	08	479
Delegados (Dep. Estaduais)	81	51	06	-	-	138
T O T A L	361	273	30	14	08	686

PDS = 361

74

EAP 1984.01.10
pds

CÂMARA DOS DEPUTADOS

15/01/85

DECLARAÇÃO DE VOTO

Deputado VICTOR FACCIONI

Além da declaração de voto do Líder da Bancada, Deputado NELSON MARCHEZAN, e das posições do Governador JAIR SOARES, do Vice-Governador CLÁUDIO STRASSBURGER, da Bancada Estadual e Federal do PDS do Rio Grande do Sul, Prefeitos, Vereadores, Dirigentes Municipais e Diretório Regional, devo declarar ainda que:

Abstenho-me não da escolha da pessoa do futuro Presidente, mas muito mais, abstenho-me de chancelar um processo político e um Sistema de Governo que não será capaz de dar respostas eficazes aos anseios da Sociedade Brasileira.

Não desejo ratificar um quadro político institucional que não encerra intrinsicamente as garantias de que podemos praticar uma verdadeira democracia representativa.

Abstenho-me, pois, de referendar um Governo que proximamente, menos pelos dotes pessoais do mandatário escolhido e mais pelas distorções do Sistema, enfrentará dificuldades imensas para corresponder a este sentimento contagiante de confiança e de expectativa que anima a todos os brasileiros.

Abstenho-me, finalmente, para que possa assinalar, aqui e agora, que somente através do Sistema Parlamentar de Governo poderemos atingir os ideais de Democracia e Justiça Social que pretendemos.

Com o Parlamentarismo, e só com ele, vamos conseguir dirimir os conflitos que já se esboçam na área partidária e que vão inocular o futuro governo com o virus de confrontos e de impasses. Só pelo Parlamentarismo poderemos fazer com que a Nação fale a qualquer momento para formular seu desagrado ou para manifestar sua conformidade. Só pelo Parlamentarismo poderemos conviver com um Governo responsável e sujeito à censura e à desconfiança da Sociedade.

.....

Abstenho-me, pois, não para negar, mas para afirmar. Não para me omitir, mas para participar. Não por indefinição, mas por uma postura clara em favor de uma causa. Abstenho-me para conclamar a Nação para a necessidade de implantarmos o Parlamentarismo já.

Brasília, 15 de janeiro de 1985

Deputado Federal VICTOR FACCIONI

EAP 1984. 01. 10
pds

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
MESA DO SENADO FEDERAL				
Presidente: Moacyr Dalla	☒	☐	☐	☐
1º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior	☒	☐	☐	☐
2º-Vice-Presidente: Jaison Barreto	☒	☒	☐	☐
1º-Secretário: Henrique Santillo	☒	☐	☐	☐
2º-Secretário: Lenoir Vargas	☐	☐	☐	☐
3º-Secretário: Milton Cabral	☐	☐	☐	☐
4º-Secretário: Raimundo Parente	☐	☐	☐	☐
ESTADO DO ACRE				
SENADORES				
Altevir Leal	☐	☐	☐	☐
Jorge Kalume	☒	☐	☐	☐
Mário Maia	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Alércio Dias	☒	☒	☐	☐
Aluísio Bezerra	☒	☐	☐	☐
Amílcar de Queiroz	☒	☐	☐	☐
Geraldo Fleming	☐	☐	☐	☐
José Mello	☐	☐	☐	☐
Nosser Almeida	☐	☐	☐	☐
Rui Lino	☐	☐	☐	☐
Wildy Vianna	☐	☐	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Alcimar Nunes Leitão	☐	☐	☐	☐
Edson Cadaxo	☐	☐	☐	☐
Félix Pereira	☐	☐	☐	☐
Francisco Thaumaturgo	☐	☐	☐	☐
Manoel Pacífico	☐	☐	☐	☐
Valmir Ribeiro	☐	☐	☐	☐
ESTADO DO AMAZONAS				
SENADORES				
Eunice Michiles	☐	☒	☐	☐
Fábio Lucena	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Arthur Virgílio Neto	☐	☒	☐	☐
Carlos Alberto de Carli	☐	☒	☐	☐
José Fernandes	☒	☐	☐	☐
Josué de Souza	☒	☐	☐	☐
Mário Frota	☐	☒	☐	☐
Randolfo Bittencourt	☐	☒	☐	☐
Ubaldino Meirelles	☐	☒	☐	☐
Vivaldo Frota	☒	☐	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Erasmo Prestes Amazonas Neto ...	☐	☒	☐	☐
Francisco Guedes de Queiroz	☐	☒	☐	☐
João Pedro Gonçalves da Costa ...	☐	☒	☐	☐
João Thomé Verçosa de Medeiros Raposo	☐	☒	☐	☐
Manoel Monteiro Diz	☐	☒	☐	☐
Samuel Peixoto da Silva	☐	☒	☐	☐
ESTADO DE RONDÔNIA				
SENADORES				
Claudionor Roriz	☒	☒	☐	☐
Galvão Modesto	☒	☐	☐	☐
Odacir Soares	☒	☐	☐	☐
DEPUTADOS				
Assis Canuto	☒	☐	☐	☐
Francisco Erse	☐	☒	☐	☐
Francisco Sales	☒	☐	☐	☐
Leônidas Rachid	☒	☐	☐	☐
Múcio Athayde	☐	☒	☐	☐
Olavo Pires	☐	☒	☐	☐
Orestes Muniz	☐	☒	☐	☐
Rita Furtado	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Genivaldo José de Souza	☐	☒	☐	☐
Heitor Luiz da Costa Júnior	☒	☐	☐	☐
Jô Yutaka Sato	☐	☒	☐	☐
José de Abreu Bianco	☐	☒	☐	☐
Marvel Faber Pelucio Falcão	☐	☒	☐	☐
Osvaldo Piana Filho	☐	☒	☐	☐
ESTADO DO PARÁ				
SENADORES				
Aloysio Chaves	☒	☐	☐	☐
Gabriel Hermes	☒	☐	☐	☐
Hélio Gueiros	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Ademir Andrade	☐	☒	☐	☐
Antônio Amaral	☒	☐	☐	☐
Brabo de Carvalho	☒	☐	☐	☐
Carlos Vinagre	☐	☒	☐	☐
Coutinho Jorge	☐	☒	☐	☐
Dionísio Hage	☐	☒	☐	☐
Domingos Juvenil	☐	☒	☐	☐
Gerson Peres	☐	☒	☐	☐
Jorge Arbage	☒	☐	☐	☐
Lúcia Viveiros	☒	☐	☐	☐
Manoel Ribeiro	☒	☐	☐	☐
Osvaldo Melo	☒	☐	☐	☐
Ronaldo Campos	☐	☒	☐	☐
Sebastião Curió	☒	☐	☐	☐
Vicente Queiroz	☐	☒	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Amilcar Benassuly Moreira	☐	☒	☐	☐
Hermínio Calvinho Filho	☐	☒	☐	☐
Lucival de Barros Barbalho	☐	☒	☐	☐
Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro .	☐	☒	☐	☐
Mariuadir José Miranda Santos	☐	☒	☐	☐
Romero Ximenes Ponte	☐	☒	☐	☐
ESTADO DO MARANHÃO				
SENADORES				
Alexandre Costa	☒	☐	☐	☐
João Castelo	☒	☐	☐	☐
José Sarney	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Bayma Júnior	☒	☐	☐	☐
Cid Carvalho	☐	☒	☐	☐
Edison Lobão	☒	☐	☐	☐
Enoc Vieira	☐	☒	☐	☐
Epitácio Cafeteira	☐	☒	☐	☐
Eurico Ribeiro	☒	☐	☐	☐
Jayme Santana	☐	☒	☐	☐
João Alberto de Souza	☐	☒	☐	☐
João Rebelo	☒	☐	☐	☐
José Burnett	☒	☐	☐	☐
José Ribamar Machado	☒	☐	☐	☐
Magno Bacelar	☐	☒	☐	☐
Nagib Haickel	☒	☐	☐	☐
Sarney Filho	☐	☒	☐	☐
Vieira da Silva	☒	☐	☐	☐
Victor Trovão	☐	☒	☐	☐
Wagner Lago	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Edivaldo de Holanda Braga	☐	☒	☐	☐
Eduardo Costa Matias da Paz	☐	☒	☐	☐
José Ribamar Elouf	☐	☒	☐	☐
Manoel da Penha Oliveira	☐	☒	☐	☐
Marconi Tácito Félix Caldas	☐	☒	☐	☐
Raimundo Rocha Leal	☐	☒	☐	☐
ESTADO DO PIAUI				
SENADORES				
Alberto Silva	☐	☒	☐	☐
Helvídio Nunes	☒	☐	☐	☐
João Lobo	☒	☐	☐	☐
DEPUTADOS				
Celso Barros	☐	☒	☐	☐
Ciro Nogueira	☐	☒	☐	☐
Heráclito Fortes	☐	☒	☐	☐
Jonathas Nunes	☐	☒	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
José Luiz Maia	X			
Ludgero Raulino	X			
Milton Brandão		X		
Tapety Júnior		X		
Wall Ferraz		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Ildefonso Vieira Dias				
José do Rêgo Lobão	X	X		
Sabino Paulo Alves Neto	X	X		
Sebastião Rocha Leal	X	X		
Waldemar de Castro Macêdo	X	X		
Wilson de Andrade Brandão	X	X		
ESTADO DO CEARÁ				
SENADORES				
Almir Pinto				
José Lins	X			
Virgílio Távora	X			
DEPUTADOS				
Aécio de Borba	X			
Antônio Morais		X		
Carlos Virgílio	X			
Chagas Vasconcelos		X		
Cláudio Philomeno	X			
Evandro Ayres de Moura		X		
Flávio Marcílio	X			
Furtado Leite	X			
Gomes da Silva	X			
Haroldo Sanford	X			
Leorne Belém	X			
Lúcio Alcântara		X		
Manoel Gonçalves	X			
Manuel Viana		X		
Marcelo Linhares	X			
Mauro Sampaio		X		
Moysés Pimentel		X		
Orlando Bezerra		X		
Ossian Araripe	X	X		
Paes de Andrade		X		
Paulo Lustosa		X		
Sérgio Philomeno	X			
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Antônio Gomes da Silva Câmara		X		
Etevaldo Nogueira Lima		X		
Francisco Jarbas Neri Bezerra de Menezes		X		
José Mário Mota Barbosa		X		
Maria Dias Cavalcante Vieira		X		
Raimundo Coelho Bezerra de Farias		X		
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE				
SENADORES				
Carlos Alberto	X			
Martins Filho		X		
Moacyr Duarte	X			
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
DEPUTADOS				
Agenor Maria		X		
Antônio Câmara		X		
Antônio Florêncio		X		
Henrique Eduardo Alves		X		
Jessé Freire	X			
João Faustino	X			
Vingt Rosado	X			
Wanderley Mariz	X			
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Carlos Augusto		X		
Getúlio Rêgo		X		
José Fernandes		X		
Márcio Marinho		X		
Raimundo Fernandes		X		
Willy Saldanha		X		
ESTADO DA PARAÍBA				
SENADORES				
Humberto Lucena		X		
Marcondes Gadelha		X		
DEPUTADOS				
Adauto Pereira	X			
Aluízio Campos		X		
Álvaro Gaudêncio		X		
Antônio Gomes	X			
Carneiro Arnaud		X		
Edme Tavares		X		
Ernani Satyro	X			
Joacil Pereira	X			
João Agripino		X		
José Maranhão		X		
Raymundo Asfora		X		
Tarcísio Buriti		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Afranio Atayde Bezerra Cavalcanti	X			
Egídio Silva Madruga	X			
João Ribeiro			X	
José Soares Madruga	X			
Nilo Feitosa Mayer Ventura	X			
Vani Leite Braga Figueiredo	X			
ESTADO DE PERNAMBUCO				
SENADORES				
Aderbal Jurema	X			
Cid Sampaio	X			
Marco Maciel	X			
DEPUTADOS				
Antônio Farias		X		
Arnaldo Maciel	X			
Carlos Wilson	X			
Cristina Tavares	X			
Egídio Ferreira Lima	X			
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Fernando Lyra		X		
Geraldo Melo		X		
Gonzaga Vasconcelos		X		
Inocêncio Oliveira		X		
Jarbas Vasconcelos				
João Carlos de Carli	X			
José Carlos Vasconcelos		X		
José Jorge		X		
José Mendonça Bezerra		X		
José Moura		X		
Josias Leite	X			
Mansueto de Lavor		X		
Miguel Arraes		X		X
Nilson Gibson				
Oswaldo Coelho		X		
Oswaldo Lima Filho		X		
Pedro Corrêa	X			
Ricardo Fiuza	X			
Roberto Freire		X		
Sérgio Murilo		X		
Thales Ramalho		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Cantalício Cabral		X		
Carlos Porto		X		
Felipe Coelho		X		
Fernando Bezerra Coelho		X		
Joel de Holanda		X		
Severino Otávio		X		
ESTADO DE ALAGOAS				
SENADORES				
Carlos Lyra		X		
Guilherme Palmeira		X		
Luiz Cavalcante		X		
DEPUTADOS				
Albérico Cordeiro		X		
Djalma Falcão		X		
Fernando Collor	X			
Geraldo Bulhões	X			
José Thomaz Nonô		X		
Manoel Affonso		X		
Nelson Costa	X			
Renan Calheiros		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Benedito de Lira		X		
Emilio Silva		X		
Edval Gaia		X		
Hélio Lopes		X		
Laércio Malta		X		
Roberto Torres		X		
ESTADO DE SERGIPE				
SENADORES				
Albano Franco		X		
Lourival Baptista		X		
Passos Pôrto	X			
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
DEPUTADOS				
Adroaldo Campos	X			
Augusto Franco	X			
Celso Carvalho	X			
Francisco Rollemberg	X			
Gilton Garcia				X
Hélio Dantas		X		
Jackson Barreto		X		
José Carlos Teixeira		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Américo Alves dos Santos	X			
Francisco Vieira da Paixão		X		
José Cleonâncio da Fonseca		X		
José Matos Valadares		X		
Manoel Conde Sobral	X			
Manoel Messias Góis		X		
ESTADO DA BAHIA				
SENADORES				
Jutahy Magalhães	X			
Luiz Viana	X			
DEPUTADOS				
Afrísio Vieira Lima	X			
Ângelo Magalhães		X		
Antônio Osório		X		
Carlos Sant'Anna		X		
Djalma Bessa		X		
Domingos Leonelli		X		
Elquisson Soares		X		
Eraldo Tinoco		X		
Etelvir Dantas		X		
Felix Mendonça		X		
Fernando Gomes		X		
Fernando Magalhães		X		
Fernando Santana		X		
França Teixeira		X		
Francisco Benjamim		X		
Francisco Pinto		X		
Genebaldo Correia		X		
Gorgônio Neto	X			
Haroldo Lima		X		
Hélio Correia		X		
Horácio Matos		X		
Jairo Azi		X		
João Alves	X			
Jorge Medauar		X		
Jorge Vianna		X		
José Lourenço		X		
José Penedo		X		
Jutahy Júnior	X			
Leur Lomanto	X			
Manoel Novaes		X		
Marcelo Cordeiro		X		
Ney Ferreira	X			
Prisco Viana	X			
Raymundo Urbano	X			
Raul Ferraz		X		
Rômulo Galvão	X			
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Ruy Bacelar		X		
Virgildásio de Senna		X		
Wilson Falcão	X			
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Clemenceau Gomes Teixeira		X		
Faustino Dias Lima		X		
Luiz Eduardo Maron de Magalhães		X		
Luiz Lago Cabral		X		
Murilo Coelho Cavalcanti		X		
Paulo Virgílio Maracajá Pereira		X		
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO				
SENADORES				
João Calmon		X		
José Ignácio Ferreira		X		
DEPUTADOS				
Hélio Manhães		X		
José Carlos Fonseca	X			
Max Mauro		X		
Myrthes Bevilacqua		X		
Nyder Barbosa		X		
Pedro Ceolim	X			
Stélio Dias		X		
Theodorico Ferraço	X			
Wilson Haese		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Dailson Laranja		X		
Dilton Lyrio Netto		X		
João Gama Filho		X		
Juracy Magalhães Gomes		X		
Moacyr Martins Brotas Júnior		X		
Paulo Cesar Hartung Gomes		X		
ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
SENADORES				
Amaral Peixoto				
Nelson Carneiro		X		
Roberto Saturnino		X		
DEPUTADOS				
Agnaldo Timóteo	X			
Alair Ferreira	X			
Aloysio Teixeira		X		
Álvaro Valle		X		
Amaral Netto	X			
Arildo Teles		X		
Bocayuva Cunha		X		
Brandão Monteiro		X		
Carlos Peçanha		X		
Celso Peçanha		X		
Clemir Ramos		X		
Darcílio Ayres	X			
Daso Coimbra		X		
Délio dos Santos		X		
Denisar Arneiro		X		
Eduardo Galil	X			
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Fernando Carvalho	X			
Figueiredo Filho	X			
Francisco Studart		X		
Gustavo Faria		X		
Hamilton Xavier	X			
Jacques D'Ornellas		X		
JG de Araújo Jorge		X		
Jiulio Caruso				
Jorge Cury		X		
Jorge Leite		X		
José Colagrossi		X		
José Eudes		X		
José Frejat		X		
Lázaro Carvalho		X		
Léo Simões		X		
Leônidas Sampaio		X		
Marcelo Medeiros		X		
Márcio Braga		X		
Márcio Macedo		X		
Mário Juruna		X		
Osmar Leitão			X	
Roberto Jefferson		X		
Rubem Medina		X		
Saramago Pinheiro	X			
Sebastião Ataíde			X	
Sebastião Nery		X		
Sérgio Lomba		X		
Simão Sessim		X		
Walter Casanova		X		
Wilmar Palis		X		
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Alexandre Farah		X		
Carlos Fayal		X		
Eduardo Chuahy		X		
José Gomes Talarico		X		
Paulo Quental		X		
Paulo Ribeiro		X		
ESTADO DE MINAS GERAIS				
SENADORES				
Alfredo Campos		X		
Itamar Franco		X		
Morvan Acayaba	X			
DEPUTADOS				
Aécio Cunha		X		
Aníbal Teixeira		X		
Antônio Dias		X		
Bonifácio de Andrada	X			
Carlos Cotta		X		
Carlos Eloy		X		
Carlos Mosconi		X		
Cássio Gonçalves		X		
Castejon Branco		X		
Christóvam Chiaradia		X		
Emílio Gallo		X		
Emílio Haddad	X			
Gerardo Renault	X			
Homero Santos		X		
Humberto Souto		X		
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Israel Pinheiro	☐	☒	☐	☐
Jairo Magalhães	☐	☒	☐	☐
João Herculino	☐	☒	☐	☐
Jorge Carone	☐	☒	☐	☐
Jorge Vargas	☐	☒	☐	☐
José Aparecido	☐	☒	☐	☐
José Carlos Fagundes	☐	☒	☐	☐
José Machado	☐	☒	☐	☐
José Maria Magalhães	☐	☒	☐	☐
José Mendonça de Morais	☐	☒	☐	☐
José Ulisses	☐	☒	☐	☐
Juarez Baptista	☐	☒	☐	☐
Júnia Marise	☐	☒	☐	☐
Luís Dulci	☐	☐	☐	☐
Luiz Baccarini	☐	☒	☐	☐
Luiz Leal	☐	☒	☐	☐
Magalhães Pinto	☐	☒	☐	☐
Manoel Costa Júnior	☐	☒	☐	☐
Marcos Lima	☐	☒	☐	☐
Mário Assad	☐	☒	☐	☐
Mário de Oliveira	☐	☒	☐	☐
Maurício Campos	☐	☒	☐	☐
Melo Freire	☐	☒	☐	☐
Milton Reis	☐	☒	☐	☐
Navarro Vieira Filho	☐	☒	☐	☐
Nylton Velloso	☐	☒	☐	☐
Oscar Corrêa Júnior	☐	☒	☐	☐
Oswaldo Murta	☐	☒	☐	☐
Paulino Cícero de Vasconcellos	☐	☒	☐	☐
Pimenta da Veiga	☐	☒	☐	☐
Raul Belém	☐	☒	☐	☐
Raul Bernardo	☒	☐	☐	☐
Ronaldo Canêdo	☐	☒	☐	☐
Ronan Tito	☐	☒	☐	☐
Rondon Pacheco	☐	☒	☐	☐
Sérgio Ferrara	☐	☒	☐	☐
Silvio Abreu Junior	☐	☒	☐	☐
Vicente Guabiroba	☐	☒	☐	☐
Wilson Vaz	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Ademir Lucas Gomes	☐	☒	☐	☐
Dalton Moreira Canabrava	☐	☒	☐	☐
Elmo Braz Soares	☐	☒	☐	☐
Felipe Néri de Almeida	☐	☒	☐	☐
Genésio Bernardino de Souza	☐	☒	☐	☐
Jairo Magalhães Alves	☐	☒	☐	☐
ESTADO DE SÃO PAULO				
SENADORES				
Amaral Furlan	☒	☐	☐	☐
Fernando Henrique Cardoso	☐	☒	☐	☐
Severo Gomes	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Adail Vettorazzo	☒	☐	☐	☐
Airton Sandoval	☐	☒	☐	☐
Airton Soares	☐	☒	☐	☐
Alberto Goldman	☐	☒	☐	☐
Alcides Franciscato	☒	☐	☐	☐
Armando Pinheiro	☒	☐	☐	☐
Aurélio Peres	☐	☒	☐	☐
Bete Mendes	☐	☒	☐	☐
Cardoso Alves	☐	☒	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Celso Amaral	☐	☒	☐	☐
Cunha Bueno	☒	☐	☐	☐
Darcy Passos	☐	☒	☐	☐
Del Bosco Amaral	☐	☒	☐	☐
Djalma Bom	☐	☐	☐	☐
Diogo Nomura	☒	☒	☐	☐
Doreto Campanari	☐	☐	☐	☐
Eduardo Matarazzo Suplicy	☐	☐	☐	☐
Estevam Galvão	☒	☐	☐	☐
Farabulini Júnior	☐	☒	☐	☐
Felipe Cheidde	☐	☒	☐	☐
Ferreira Martins	☒	☐	☐	☐
Flávio Bierrenbach	☐	☒	☐	☐
Francisco Amaral	☐	☒	☐	☐
Francisco Dias	☐	☒	☐	☐
Freitas Nobre	☐	☒	☐	☐
Gastone Righi	☐	☒	☐	☐
Gióia Júnior	☒	☐	☐	☐
Herbert Levy	☐	☒	☐	☐
Horácio Ortiz	☐	☒	☐	☐
Irma Passoni	☐	☐	☐	☐
Israel Dias-Novaes	☐	☒	☐	☐
João Bastos	☐	☒	☐	☐
João Cunha	☐	☒	☐	☐
João Hermann Neto	☐	☒	☐	☐
José Camargo	☐	☒	☐	☐
José Genoino	☐	☐	☐	☐
Maluly Neto	☐	☒	☐	☐
Márcio Santilli	☐	☒	☐	☐
Marcondes Pereira	☐	☒	☐	☐
Mário Hato	☐	☒	☐	☐
Mendes Botelho	☐	☒	☐	☐
Mendonça Falcão	☐	☒	☐	☐
Moacir Franco	☒	☐	☐	☐
Natal Gale	☐	☒	☐	☐
Nelson do Carmo	☒	☐	☐	☐
Octacílio de Almeida	☐	☒	☐	☐
Pacheco Chaves	☐	☐	☐	☐
Paulo Maluf	☒	☐	☐	☐
Paulo Zarzur	☐	☒	☐	☐
Raimundo Leite	☐	☒	☐	☐
Ralph Biasi	☐	☒	☐	☐
Renato Cordeiro	☒	☐	☐	☐
Ricardo Ribeiro	☐	☒	☐	☐
Roberto Rollemberg	☐	☒	☐	☐
Salles Leite	☒	☐	☐	☐
Salvador Julianelli	☒	☐	☐	☐
Samir Achôa	☐	☒	☐	☐
Theodoro Mendes	☐	☒	☐	☐
Tidei de Lima	☐	☒	☐	☐
Ulysses Guimarães	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Aloysio Nunes Ferreira Filho	☐	☒	☐	☐
José Yunes	☐	☒	☐	☐
Laerte Pinto	☐	☒	☐	☐
Luiz Carlos Santos	☐	☒	☐	☐
Mauro Bragato	☐	☒	☐	☐
Néfi Talis	☐	☒	☐	☐
ESTADO DE GOIÁS				
SENADORES				
Benedito Ferreira	☒	☐	☐	☐
Mauro Borges	☐	☒	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
DEPUTADOS				
Aldo Arantes	☐	☒	☐	☐
Brasílio Caiado	☒	☐	☐	☐
Fernando Cunha	☐	☒	☐	☐
Genésio de Barros	☐	☒	☐	☐
Ibsen de Castro	☐	☒	☐	☐
Iram Saraiva	☐	☒	☐	☐
Irapuan Costa Júnior	☐	☒	☐	☐
Iturival Nascimento	☐	☒	☐	☐
Jaime Câmara	☐	☒	☐	☐
João Divino	☐	☒	☐	☐
Joaquim Roriz	☐	☒	☐	☐
Juarez Bernardes	☐	☒	☐	☐
Paulo Borges	☐	☒	☐	☐
Siqueira Campos	☒	☐	☐	☐
Tobias Alves	☐	☒	☐	☐
Wolney Siqueira	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Angelo Rosa Ribeiro	☐	☒	☐	☐
Divino Nogueira Vargas	☐	☒	☐	☐
Frederico Jaime Filho	☐	☒	☐	☐
José Edmar Brito Miranda	☐	☒	☐	☐
Juarez Magalhães de Almeida	☐	☒	☐	☐
Milton Alves Ferreira	☐	☒	☐	☐
ESTADO DE MATO GROSSO				
SENADORES				
Benedito Canellas	☐	☒	☐	☐
Gastão Müller	☐	☒	☐	☐
Roberto Campos	☒	☐	☐	☐
DEPUTADOS				
Bento Porto	☒	☐	☐	☐
Cristino Cortes	☒	☐	☐	☐
Dante de Oliveira	☐	☒	☐	☐
Gilson de Barros	☐	☒	☐	☐
Jonas Pinheiro	☒	☒	☐	☐
Maçao Tadano	☒	☐	☐	☐
Márcio Lacerda	☐	☒	☐	☐
Milton Figueiredo	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Ary Campos	☒	☐	☐	☐
Francisco Monteiro	☒	☐	☐	☐
Ninomiya Miguel	☒	☐	☐	☐
Oscar Ribeiro	☒	☐	☐	☐
Ubiratan Spinelli	☐	☐	☐	☐
Zanete Cardinal	☒	☐	☐	☐
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL				
SENADORES				
José Fragelli	☐	☒	☐	☐
Marcelo Miranda	☐	☒	☐	☐
Saldanha Derzi	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Albino Coimbra	☒	☐	☐	☐
Harry Amorim	☐	☒	☐	☐
Levy Dias	☐	☒	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Plínio Martins	☐	☒	☐	☐
Ruben Figueiró	☐	☐	☒	☐
Saulo Queiroz	☐	☒	☐	☐
Sérgio Cruz	☐	☒	☐	☐
Ubaldo Barém	☒	☐	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Anis Faker	☐	☒	☐	☐
Gandi Jamil Georges	☒	☐	☐	☐
Roberto Moaccar Orro	☐	☒	☐	☐
Valdir Pires Cardoso	☒	☐	☐	☐
Valter Pereira de Oliveira	☐	☒	☐	☐
Walter Benedito Carneiro	☒	☐	☐	☐
ESTADO DO PARANÁ				
SENADORES				
Affonso Camargo	☐	☒	☐	☐
Álvaro Dias	☐	☒	☐	☐
Enéas Faria	☐	☒	☐	☐
DEPUTADOS				
Alceni Guerra	☐	☒	☐	☐
Alencar Furtado	☐	☒	☐	☐
Amadeu Geara	☐	☒	☐	☐
Anselmo Peraro	☐	☒	☐	☐
Antônio Mazurek	☒	☐	☐	☐
Antônio Ueno	☐	☒	☐	☐
Aroldo Moletta	☐	☒	☐	☐
Ary Kffuri	☒	☐	☐	☐
Borges da Silveira	☐	☒	☐	☐
Celso Sabóia	☐	☒	☐	☐
Dilson Fanchin	☐	☒	☐	☐
Fabiano Braga Cortes	☐	☒	☐	☐
Hélio Duque	☐	☒	☐	☐
Irineu Brzesinski	☐	☒	☐	☐
Italo Conti	☐	☒	☐	☐
José Carlos Martinez	☒	☐	☐	☐
José Tavares	☐	☒	☐	☐
Luiz Antônio Fayet	☐	☒	☐	☐
Mattos Leão	☐	☒	☐	☐
Norton Macedo	☐	☒	☐	☐
Oscar Alves	☐	☒	☐	☐
Oswaldo Trevisan	☐	☒	☐	☐
Otávio Cesário	☒	☐	☐	☐
Paulo Marques	☐	☒	☐	☐
Pedro Sampaio	☐	☒	☐	☐
Reinhold Stephanes	☐	☒	☐	☐
Renato Bernardi	☐	☒	☐	☐
Renato Loures Bueno	☐	☒	☐	☐
Renato Johnsson	☒	☐	☐	☐
Santinho Furtado	☐	☒	☐	☐
Santos Filho	☒	☐	☐	☐
Sebastião Rodrigues Júnior	☐	☒	☐	☐
Valmor Giavarina	☐	☒	☐	☐
Walber Guimarães	☐	☒	☐	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Amélia Hruschka	☐	☒	☐	☐
Anibal Khury	☐	☒	☐	☐
Antonio Martins Anibelli	☐	☒	☐	☐
Arleir Tilfrid Ferrari Júnior	☐	☒	☐	☐
Artagão de Mattos Leão	☐	☒	☐	☐
Eduardo Baggio	☐	☒	☐	☐
Subtotal				

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
ESTADO DE SANTA CATARINA				
SENADORES				
Jorge Bornhausen	□	☒	□	□
DEPUTADOS				
Adhemar Ghisi	☒	□	□	□
Artenir Werner	☒	□	□	□
Casildo Maldaner	□	☒	□	□
Dirceu Carneiro	□	☒	□	□
Epitácio Bittencourt	☒	□	□	□
Evaldo Amaral	□	●	□	□
Ivo Vanderlinde	□	☒	□	□
João Paganella	☒	□	□	□
Luiz Henrique	□	□	□	□
Nelson Morro	☒	□	□	□
Nelson Wedekin	□	☒	□	□
Odilon Salmoria	□	☒	□	□
Paulo Melro	□	☒	□	□
Pedro Colin	□	☒	□	□
Renato Vianna	□	☒	□	□
Walmor de Luca	□	☒	□	□
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Aldo Pereira de Andrade	☒	□	□	□
Amilcar Gazaniga	□	□	☒	□
Moacir Bertoli	□	□	☒	□
Neudy Primo Massolini	☒	□	□	□
Ruberval Francisco Pilotto	☒	□	□	□
Salomão Antonio Ribas Júnior	□	□	☒	□
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
SENADORES				
Carlos Chiarelli	□	☒	□	□
Octávio Cardoso	☒	□	□	□
Pedro Simon	□	☒	□	□
DEPUTADOS				
Aldo Pinto	□	☒	□	□
Amaury Müller	□	☒	□	□
Augusto Trein	□	☒	□	□
Balthazar de Bem e Canto	□	☒	□	□
Darcy Pozza	☒	□	□	□
Emídio Perondi	☒	□	□	□
Floriceno Paixão	□	☒	□	□
Guido Moesch	☒	□	□	□
Hermes Zaneti	□	☒	□	□
Hugo Mardini	☒	□	□	□
Ibsen Pinheiro	□	☒	□	□
Irajá Rodrigues	□	☒	□	□
Irineu Colato	□	□	☒	□
João Gilberto	□	☒	□	□
Jorge Uequed	□	☒	□	□
José Fogaça	□	☒	□	□
Júlio Costamilan	□	☒	□	□
Lélio Souza	□	☒	□	□
Matheus Schimidt	□	☒	□	□
Nadyr Rossetti	□	☒	□	□
Nelson Marchezan	□	□	☒	□
Nilton Alves	□	☒	□	□
Oly Fachin	□	☒	☒	□
Osvaldo Nascimento	□	☒	□	□
Subtotal				

a/marca

LISTA DE VOTAÇÃO DOS MEMBROS DO COLÉGIO ELEITORAL — ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 15 DE JANEIRO DE 1985

NOMES	PAULO SALIM MALUF	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ABSTENÇÃO	NULO
Paulo Mincarone	☐	☒	☐	☐
Pedro Germano	☒	☐	☐	☐
Pratini de Morais	☒	☐	☐	☐
Rosa Flores	☐	☒	☐	☐
Rubens Ardenghi	☒	☐	☐	☐
Siegfried Heuser	☐	☒	☐	☐
Sinval Guazzelli	☐	☒	☐	☐
Victor Faccioni	☐	☐	☒	☐
DELEGADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				
Airton Vargas	☒	☐	☐	☐
Camilo Moreira	☐	☒	☒	☐
Luiz Fernando Staub	☒	☐	☐	☐
Pedro Américo Leal	☒	☐	☐	☐
Roberto Atayde Cardona	☐	☐	☒	☐
Valmir Susin	☐	☐	☐	☐
TERRITÓRIO DO AMAPÁ				
DEPUTADOS				
Antônio Pontes	☐	☒	☐	☐
Clark Platon	☒	☐	☐	☐
Geovani Borges	☒	☐	☐	☐
Paulo Guerra	☒	☐	☐	☐
TERRITÓRIO DE RORAIMA				
DEPUTADOS				
Alcides Lima	☐	☒	☐	☐
João Batista Fagundes	☐	☒	☐	☐
Júlio Martins	☒	☐	☐	☐
Mozarildo Cavalcanti	☐	☒	☐	☐
Total Geral				

Senador **Henrique Santillo**
Primeiro-Secretário

EAP 1984.01.10
pds

s/d

Rua Souza e Silva, 112 — Fone 243-1724
Declarada de Utilidade Pública
Dec. 431 de 28-12-61

ZC-05 - CEP 20.000

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO
Rua do Livramento 27
Fones 223-2689 - 223-6373

CASA DO PEQUENO LAVRADOR
Estrada dos Bandeirantes, 25.976

Sede

PRESIDENCIA

Nº 169

DO Do Gabinete de Brasília

AO

ASSUNTO

Convida para um almoço
amanhã às 12:30
na residencia do Dep.
Paulo Maluf, e às 15:00
reunião com o Dep. Paulo M
e a comissão executiva
do P.D.S também em Brasília
o convite chegou à Mônica
através do Dep.

Rio de Janeiro, / /19

Armando Pinheiro

77

Sofi.

O Ministro do Interior
convida para dia 17.
Sofi lançamento de
Varios Atos no
Teatro do B.N.H.

Solbey -
Fazenda - 061 6212749 Rio

Sr. Carlinhos 15:35' hoje
segunda-feira

Dep. Thomaz Santos
de Brasília 224-9124

2260391 2260446 224 4569

TELEX TEL

1018.1414

611156SEFE BR

EAP 1984.01.10
pds

AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL - DF

RECEBA ESTIMADO AMIGO MEUS AGRADECIMENTOS SUA HONROSA PRESENÇA JANTAR CONFRATERNIZAÇAO COMPANHEIROS ESTADO DO RIO PT ABRAÇO AFETUOSO MARIO DAVID ANDREAZZA.

611156SEFE BRV

1018.1416

611156SEFE BR

78

TELEX TE

EAP 1984.01.10
pds

TELEX TELEX TELEX TELEX

1003.1226
⊕
611156SEFE BR

AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL

TEMOS A SATISFAÇAO DE CONVIDAR O PREZADO COLEGA PARA PARTICIPAR DE CHURRASCO EM HOMENAGEM A MARIO ANDREAZZA VG PROXIMO DIA 04 VG TERÇA-FEIRA VG AAS 20:30 HORAS VG EM BRASILIA VG NA CHURRASCARIA DO LAGO PT TRAJE ESPORTE PT CONTANDO COM SUA PRESENÇA QUE MUITO' NOS HONRARAH VG SOLICITAMOS ESTENDER O PRESENTE CONVITE A TODOS OS COMPANHEIROS DELEGADOS DE SEU ESTADO - PELA CONISSAO : ALAIR FERREIRA - DARCILIO AYRES ET LEO SIMOES.

⊕
611156SEFE BR

78A

EAP 1984.01.10
pds

612502SEFE BR
612402PDSB BR

EXMO. SR.
SENADOR AMARAL PEIXOTO
SENADO FEDERAL
NESTA

A JUVENTUDE DEMOCRATICA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL EM NOME DA JUVENTUDE BRASILEIRA, SOLIDARIZA-SE COM V. EXCIA PELO APOIO QUE VEM SENDO DADO AO GRANDE PRESIDENTE JOAO FIGUEIREDO PARA O RETORNO DA NAÇAO AA SUA PLENITUDE DEMOCRATICA. GOSTARIAMOS DE EXTERNAR NOSSA PREOCUPAÇAO EM RELAÇAO A SUCESSAO PRESIDENCIAL, DA QUAL PARTILHAMOS DA CANDIDATURA DO DEPUTADO PAULO MALUF, POIS ACHAMOS SER O UNICO CANDIDATO COM CAPACIDADE, FORÇA DE TRABALHO, INTELIGENCIA, JUVENTUDE E CORAGEM PARA MANTER A NAÇAO NO CAMINHO DO PROGRESSO E DA DEMOCRACIA QUE A JUVENTUDE AGUARDA TAO ANSIOSA. ACHAMOS POIS NECESSARIO QUE SE VERIFIQUE A FIDELIDADE PARTIDARIA NO COLEGIO ELEITORAL, PARA QUE NAO OCORRAM NOVOS CASUISMOS POR PARTE DAQUELES QUE NADA FAZEM PARA O BRASIL E AGINDO APENAS VISANDO OS INTERESSES PESSOAIS, NAO HONRANDO A BANDEIRA QUE VINHAM EMPUNHANDO, POR FALTA DE CORAGEM, AGORA SE DIZEM CONTRA OS VERDADEIROS DEMOCRATAS QUE ESTAO NA CONDUÇAO DESTE NOSSO QUERIDO BRASIL. SAUDAÇOES PEDESSISTAS,

TARCISIO PINTO
PRESIDENTE DA JUVENTUDE DEMOCRATICA SOCIAL DO DF

612502SEFE BR
612402PDSB BR

79

EAP 1984.01.10
pds

Prezado Amaral Peixoto,

Creio ser do nosso interesse o acompanhamento e avaliação do noticiário relacionado com a atividade política de Mário Andreazza.

Solicitando a sua especial atenção para os comentários e notícias selecionados e anexados, subscrevo-me,

Atenciosamente,

PAULO PIMENTEL
Coordenador Político da Campanha
Pró-Andreazza